

O Segredo da Pirâmide

Para uma teoria marxista do jornalismo

Adelmo Genro Filho.

Editora: *tchê!* Editora Ltda.

(Texto das orelhas do livro)

O jornalista Adelmo Genro Filho faz nesta obra uma ampla revisão das abordagens teóricas e práticas do jornalismo, desvendando as limitações dessa atividade tal como foi pensada até agora.

Adelmo mostra que, até hoje, a prática do jornalismo, embora insinue potencialidades e alternativas, baseia-se num conjunto de impressões empíricas. Os profissionais, de um modo geral, não aprofundam uma reflexão sobre a prática jornalística: "eles colocam seu talento, honestidade e ingenuidade a serviço do capital, com a mesma naturalidade com que comprem cigarros no bar da esquina".

Mostra também que a teoria produzida sobre o tema, em certos enfoques, não vai muito além do simples reconhecimento do valor operativo das técnicas. Em outros, limita-se à crítica ideológica do jornalismo como instrumento de dominação. Na opinião do autor, tais abordagens não revelam, de forma consistente, a natureza do jornalismo.

Além disso, segundo Adelmo, a impotência teórica não é exclusividade do jornalismo burguês, tal como se pratica nos países capitalistas. Também nos países do "socialismo real" a essência humanizadora do jornalismo não é compreendida, o que explica a manipulação e a pobreza do jornalismo praticado nesses países.

Porém ao disparar suas críticas tanto ao jornalismo burguês como ao jornalismo do "socialismo real", o autor não está propondo uma "terceira via" no campo ideológico. Amparando-se numa sólida formação marxista e assumindo uma postura antidogmática e

criativa, Adelmo atribui ao jornalismo um papel revolucionário: o de ser uma forma de conhecimento que, embora historicamente condicionada pelo capitalismo, apresenta potencialidades que ultrapassam esse modo de produção. Para o autor, o jornalismo deve ser encarado como uma nova "forma de conhecimento" que se distingue e complementa as mediações que a ciência e a arte proporcionam para a compreensão do mundo humano: "A consumação da liberdade humana exige, em especial, o desenvolvimento do jornalismo".

"O Segredo da Pirâmide" culmina com a revelação de importantes conclusões que a própria prática do jornalismo está exigindo - em relação ao uso do *lead* e da "pirâmide invertida" - e que a teoria, até o momento, não explicava adequadamente. Adelmo Genro Filho propõe essas explicações e, nesta ousada obra, expõe concepções inovadoras sobre a natureza do fenômeno jornalístico.

Este trabalho foi apresentado, inicialmente, como dissertação de conclusão do Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina. Nessa ocasião, foram orientadora e c-orientadora as professoras Ilse Scherer-Warren e Maria José Reis, às quais manifesto meu agradecimento pela sua permanente disposição em colaborar. Cabe-me, no entanto, inteira responsabilidade pelo conteúdo destas reflexões, bem como pelas premissas filosóficas e políticas que nortearam este trabalho.

Em especial, agradeço aos jornalistas Daniel Herz, Luiz Alberto Scotto, Pedro S. Osório e Airton Kanitz, com os quais debati várias idéias aqui desenvolvidas. Ao Chefe do Departamento de Comunicação da UFSC, Prof. Francisco Castilhos Karam, e ao Coordenador do Curso de Jornalismo, Prof. Hélio Ademar Schuch, meu reconhecimento pelo apoio recebido durante a elaboração deste trabalho. Agradeço também à Prof^a. Cássia Corintha Pinto, que corrigiu os originais, e a Albertina Buss, que realizou a tarefa

de datilografia. Para a presente publicação foram feitas pequenas modificações no texto final da tese.

Prefácio

Existe uma grande defasagem entre a atividade jornalística e as teorizações que se fazem em torno dela. Esse distanciamento se dá em tal grau que, inclusive, tem gerado falsas e absurdas polêmicas opondo "teóricos" e "práticos". Recentemente, uma campanha movida no Brasil contra a obrigatoriedade do diploma acadêmico para o exercício do jornalismo indicou até que ponto os pragmáticos chegam em seu desprezo pela teoria. Eles consideram que a simplicidade das técnicas jornalísticas dispensa uma abordagem teórica específica e uma formação especializada.

Por outro lado, é bem verdade que os "teóricos" não têm feito muito no sentido de lançar uma ponte com mão dupla entre a teoria e a prática. Em geral, as teorizações acadêmicas oscilam entre a obviedade dos manuais, que tratam apenas operativamente das técnicas, e as críticas puramente ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação.

Assim, o profissional que procura, realmente, refletir sobre o significado político e social de sua atividade - cujas ambigüidades e contradições ele percebe em seu dia-a-dia -, coloca-se num impasse. Ou ele vai tomar conhecimento das variações em torno de um tema que já domina, ou buscar contato com enfoques teóricos que desprezam as contradições e potencialidades críticas do jornalismo, com as quais ele se depara na prática.

Por isso, a indevida polarização entre "teóricos" e "práticos" corresponde, no fundo, a uma incomunicabilidade real entre as teorizações existentes e a riqueza da prática. Essa polarização torna-se a expressão de um diálogo, não de surdos, mas de mudos: um não consegue falar ao outro. A prática, por sua limitação natural, jamais soluciona a teoria. Ela apenas insiste, através de suas evidências e

contradições, que deve ser ouvida. Mas só pode se expressar racionalmente através da teoria.

Responsabilidade maior, portanto, cabe à própria teoria que está muda em relação às evidências e contradições da prática, quando deveria transformá-las numa linguagem racional. Isto é, elucidar e direcionar a prática num sentido crítico e revolucionário.

O objetivo maior do presente trabalho é propor, certamente com limitações, um enfoque teórico capaz de apreender racionalmente tanto as misérias quanto a grandeza da prática que é seu objeto e critério. É a tentativa de iniciar um diálogo, tendo presente que a responsabilidade integral pela iniciativa e pela fecundidade ou não dos conceitos cabe à teoria.

Trata-se, a rigor, de um ensaio que pretende fornecer elementos para uma teoria do jornalismo, entendido este como uma *forma social de conhecimento*, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção. O jornalismo que tratamos aqui, portanto, não é uma atividade ligada exclusivamente ao jornal, embora tenha sido tipificado pelos diários que nasceram a partir da segunda metade do século passado, já com características empresariais e voltados para a diversificação crescente das informações.

O enfoque teórico, situado na perspectiva da dialética marxista, está alicerçado nas categorias do "singular", "particular" e "universal" - noções de larga tradição no pensamento filosófico, especialmente na filosofia clássica alemã - que atingiram sua plena riqueza de determinações lógicas no pensamento de Hegel, apesar de inseridas dentro de seu sistema idealista. Sob a inspiração da estética de Lukács, que definiu a arte como uma forma de conhecimento cristalizada no "particular" (típico), o jornalismo é caracterizado como uma forma de conhecimento centrada no "singular". Uma forma de conhecimento que surge, objetivamente, com base na indústria moderna, mas se torna indispensável ao aprofundamento

da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura. Assim, a proposta de um "jornalismo informativo", ideologicamente antiburguês, transforma-se numa possibilidade política efetiva.

Inicialmente, são criticados alguns pressupostos do funcionalismo que estão subjacentes ao tratamento pragmático que normalmente é dado ao problema das técnicas jornalísticas e, igualmente, à questão da "objetividade e imparcialidade" da informação. Incluída na mesma linhagem teórica do funcionalismo, à chamada Teoria Geral dos Sistemas é apontada como inadequada para a abordagem crítica da comunicação humana em geral e do jornalismo em particular, à medida que reduz a antologia do ser social às propriedades sistêmicas referidas pela cibernética.

A Escola de Frankfurt, que nos legou uma importante herança teórica de crítica da cultura, da comunicação e da ideologia no capitalismo desenvolvido, é denunciada em sua unilateralidade ao abordar tais questões exclusivamente sob o ângulo da *manipulação*. Nessa perspectiva, são discutidas idéias do jovem Habermas a respeito do jornalismo e algumas posições de autores contemporâneos situados nessa tradição.

Mais adiante, uma corrente que se pretende marxista, chamada por nós de "reducionismo ideológico" - que trabalha com as premissas naturalistas do stalinismo - é analisada em seu caráter manipulatório e conseqüências a éticas no terreno político.

Os últimos capítulos, com base nos pressupostos formulados ao longo do balanço crítico, propõem uma rediscussão dos conceitos de *lead*, notícia e reportagem, assim como uma revisão do significado da "pirâmide invertida". Finalmente, numa abordagem das relações do jornalismo com a sociedade capitalista e, mais amplamente, com a perspectiva histórica de uma sociedade sem classes, são delineadas suas potencialidades socializantes e humanizadoras.

Introdução

Este trabalho pretende fornecer alguns elementos e indicações para a construção de uma teoria do jornalismo. Não tem, evidentemente, o fôlego e a sistematicidade do projeto desenvolvido pelo pioneiro Otto Groth, cujo admirável esforço teórico reafirma a tradição do pensamento abstrato entre os alemães. Em 1910, o Dr. Groth começa a escrever sua primeira obra, *Die zeitung* (O jornalismo), uma enciclopédia do jornalismo em quatro tomos, publicada entre os anos de 1928 e 1930. Em 1948 publica sua segunda obra. A partir de 1960 aparece seu trabalho mais importante e sistemático: *Die unerkannte culturmacht. Grudlegung der zeitungswiessenschaft* (O desconhecido poder da cultura. Fundamentação da ciência jornalística). Foram seis volumes produzidos até 1965, quando o autor morreu sem terminar o sétimo.¹

Seu grande objetivo era obter o reconhecimento da "ciência jornalística" como disciplina independente. Essa meta hoje aparece como algo, no mínimo, duvidoso, considerando-se que a tendência atualmente dominante nas ciências sociais é a confluência de disciplinas e perspectivas. No entanto, o principal mérito de Groth, que consiste em ter estudado o jornalismo (ou os "periódicos") como um objeto autônomo entre os demais processos de comunicação social, não teve muitos herdeiros.

As abordagens que predominaram nas últimas décadas giram em torno da comunicação de massa, da publicidade e das técnicas de informação, sem destacar o jornalismo como um objeto específico a ser desvendado. Em geral, o jornalismo tem sido considerado como simples modalidade da comunicação de massa e mero instrumento de reprodução da ideologia das classes dominantes.

Otto Groth definiu claramente o objeto sobre o qual erigiu sua teoria:

"Hay que advertir que para Groth la Ciencia Periodística debe investigar todas las publicaciones que aparezcan periódicamente como un solo fenómeno en sus elementos. Su obra tiene siempre presente la 'unidad confirmada historicamente de revistas y periódicos', por lo que Groth propone para los dos el nombre de 'periodik'. Este término abarca no solo el periódico sino la prensa en conjunto".²

Suas reflexões estão dirigidas, fundamentalmente, para o jornalismo escrito. Mas sua teoria jornalística, segundo Belau, em muitos pontos é perfeitamente aplicável ao rádio e à TV.

Seu método de análise - ao contrário do que afirmam alguns pesquisadores - não é funcionalista, mas tipicamente weberiano.³ Os periódicos, para ele, são uma obra cultural produzida por sujeitos humanos dotados de finalidades conscientes, como parte da totalidade das criações humanas. Vejamos as próprias palavras de Groth:

"La obra cultural tiene como realización un sentido de realidad sensual y por lo tanto está teleologicamente determinado al hombre, al sujeto. Su estructura está en el todo, y en cada una de sus partes, objetiva y subjetivamente. De esto recibe lo característico de su ser, su autolegalidad. Los fines que fundan así la Cultura derivan de las diferentes demandas humanas y de las normas válidas".⁴

Para Groth, o exterior, a forma, a produção técnica, não possuem nenhum valor para a determinação do conceito e a delimitação do objeto da ciência do jornalismo. "Lo que vale en una obra cultural es su ser, su sentido".⁵ As edições e os exemplares de um periódico não são as peças das quais ele se compõe, mas a manifestação e materialização da idéia que é sua substância. De sua unidade imaterial resulta a continuidade de suas manifestações, pois essa idéia tem vida e destino próprios, colocando a seu serviço as máquinas, os homens, os edifícios, etc.

Essa idéia cumpre uma finalidade, que é comunicar os acontecimentos em todos os ramos da cultura e da vida em geral ao indivíduo e à sociedade em seu conjunto. O significado do periódico, então, é a comunicação de bens imateriais de todos os tipos, desde que pertençam aos mundos presentes dos leitores, de um modo público e coletivo. O periódico deve servir de mediador, o que não implica apenas uma função social, mas também uma reciprocidade das relações entre os jornalistas, o periódico e os leitores.

As quatro características fundamentais do jornalismo, apontadas por Groth - *periodicidade, universalidade, atualidade e difusão* -, consideradas numa perspectiva histórico-social, formam a dimensão que chamaríamos *estrutural* do fenômeno jornalístico. Não caracterizam a sua essência. Por outro lado, ao afirmar a significação do periódico como *mediador na comunicação de bens imateriais*, Otto Groth permanece num terreno excessivamente genérico e abstrato. O que é preciso definir é a especificidade desses bens imateriais produzidos por essa estrutura jornalística historicamente determinada. Noutras palavras, qual o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo?

Aqui já temos, portanto, outra delimitação teórica do objeto, distinta daquela construída por Groth. E um outro método: já não se trata apenas de distinguir a racionalidade de uma comunidade subjetiva de indivíduos que trocam bens simbólicos, mas de compreender como as condições históricas - em primeiro lugar, as condições objetivas - produziram a necessidade dessa reciprocidade subjetiva e, sobretudo, a especificidade dos bens simbólicos que nasceram dela. Trata-se de, sob esse prisma, descobrir as ambigüidades e contradições do fenômeno jornalístico diante da dominação e da luta de classes no capitalismo, buscando inclusive perscrutar as potencialidades que se abrem ao futuro.

Mas voltemos ao problema do método. É importante insistir sobre a bússola que vai nortear esse trabalho. Já é quase senso

comum nas ciências, hoje em dia, a idéia de que o "objeto teórico" (ou "objeto do conhecimento") é distinto do "objeto real", entendido este apenas enquanto manifestação fenomênica. Não obstante, essa premissa é interpretada de maneiras diferentes, dependendo dos pressupostos filosóficos dos quais se parte.

Há duas interpretações agnósticas sobre a questão que devem ser descartadas. A *primeira* delas, extrai dessa premissa uma conclusão de fundo neopositivista, isto é, a realidade é tomada simplesmente para efeitos operatórios, como um "construto" relativamente arbitrário. A *segunda*, a partir da distinção entre "objeto teórico" e "objeto real", assume uma postura francamente idealista, ou seja, o real é entendido como dotado de uma essência inacessível ao conhecimento.

A posição assumida neste trabalho reconhece que, analiticamente, o "objeto teórico" é distinto do "objeto real" e interpreta essa sentença no sentido que foi claramente indicado por Marx em *Para a crítica da economia política*.⁶ Isso quer dizer que o real, para o conhecimento, não aparece imediatamente em sua concreticidade. Não é a objetividade evidenciada diretamente pelos sentidos que constitui o concreto, mas a síntese de suas múltiplas determinações enquanto concreto pensado, embora a concreticidade que o constitua seja o verdadeiro ponto de partida. O percurso do conhecimento vai do abstrato ao concreto, das abstrações mais gerais produzidas pelos conhecimentos anteriores, através das quais o sujeito para apreender a particularidade do objeto, até o momento da síntese realizada pelo conceito para apanhá-lo em suas determinações específicas, isto é, como *concreto pensado*. É o que afirma, numa linguagem hegeliana, Jean Ladrière:

"Compreender o fenômeno é, de alguma maneira, efetuar o caminho da manifestação em sentido inverso, remontar o processo de vinda ao manifesto, vincular o manifesto ao seu princípio. Mas a caminhada não está separada do fenômeno, ela é a própria

possibilidade mais interior, sempre presente no próprio ato de manifestação".⁷

Neste sentido, o "objeto real" é o próprio fenômeno, aquilo que aparece imediatamente aos sentidos e se anuncia na experiência presente, assimilada de forma isolada e fragmentária. E o "objeto teórico" (ou "objeto do conhecimento") é a realidade observada sob o ângulo dos conhecimentos acumulados preliminarmente, ou seja, nos limites em que isso foi possível já vinculada (a realidade) ao seu princípio.

Assim, dois aspectos merecem ser ressaltados. Primeiro, que o "objeto teórico", tal como o "objeto real", não é algo dado de uma vez para sempre, alguma coisa fixa e inerte, mas um processo de construção paralelo à produção, da própria realidade humana. Segundo, que não existe um fosso intransponível entre um e outro, mas uma transformação constante e progressiva do "objeto real" em "objeto teórico" e vice-versa. É se apropriando do mundo que o homem vai realizando essa transformação e, através dela, revelando a verdade do objeto real por meio da teoria.

O percurso da teoria, em consequência, não pode partir de um conceito exaustivo do objeto (no caso, o jornalismo), para em seguida derivar suas determinações, pois isso seria adiantar como premissa ideal aquilo que se pretende - embora com muitas limitações - desenvolver na totalidade da reflexão. É recomendável, ao que nos parece, que o percurso da exposição não violente a lógica da apreensão teórica, embora não deva ser coincidente com ela, a fim de evitar os tropeços e descaminhos que a teoria foi obrigada a percorrer. O melhor rumo da exposição parece ser um caminho lógico presidido pelas conclusões teóricas já obtidas, não reveladas inteiramente de antemão, embora delineadas previamente a fim de que sirvam como vetor para a compreensão.

Avancemos, então, em direção ao nosso objeto pela via delicada da aproximação excludente. O objeto deste trabalho não é a comunicação em geral, o que poderia enfeixar todo um conjunto

heterogêneo de processos físicos, biológicos e sociais, abordados sob a ótica da Cibernética e da Teoria da Informação. Tampouco se pretende dar conta do conjunto de relações humano-sociais indicado sob o título genérico de Comunicação Social, mas apenas de uma de suas determinações históricas, a saber, o "jornalismo informativo", tomado como modelo do próprio conceito de jornalismo.⁸

A escassez de estudos teóricos sobre o jornalismo (tendo presente a exceção de Otto Groth) nos obriga a discutir a questão no contexto de categorias e referências mais amplas. Assim, o critério usado para o balanço dos conhecimentos existentes está alicerçado em duas premissas: os pressupostos teóricos assumidos e a adoção privilegiada - para efeitos da crítica - de certas correntes de pensamento que, a nosso juízo, produziram conceitos relativamente abrangentes sobre o jornalismo. Discutiremos aspectos de três grandes correntes: o "*funcionalismo norte-americano*", a "*Escola de Frankfurt*" e uma espécie de concepção sobre o jornalismo que se autoproclama marxista, que será chamada de "*reducionismo ideológico*". Esta concepção está inserida na tradição stalinista e encontra seu complemento teórico nas teses de Althusser.⁹

A "escola francesa" de Jacques Kaiser, que seria considerada mais tarde como precursora do estruturalismo¹⁰, e os estudos semiológicos inspirados na lingüística estrutural de Saussure, na lingüística de Jakobson, na lingüística transformacional de Chomsky, na psicanálise de Lacan e na antropologia de Lévi-Strauss não serão discutidos. A partir da década de 60, na Europa, e principalmente na França, esboçou-se nos pesquisadores universitários "o sonho megalômico de uma decodificação geral dos sistemas de signos; e como toda a manifestação humana é um sistema de signos... Imaginou-se uma ciência geral da narrativa, que se encaixaria numa ciência geral das artes, que se encaixaria numa ciência geral da linguagem, abarcando sociedade e inconsciente".¹¹ Pela natureza desse enfoque, que privilegia o mundo enquanto "linguagem", "textos", "articulação de signos", o jornalismo é investigado, via de regra, como produção ideológica que emana das

estruturas subjacentes em que se organiza a mensagem. Em consequência, para os objetivos do nosso trabalho que é situar o jornalismo como fenômeno histórico-social concreto e não apenas como organização formal da linguagem que manifesta conteúdos explícitos ou implícitos, tais enfoques apresentam um insanável vício de origem, que é a parcialidade na apreensão do fenômeno.

Inicialmente faremos um balanço crítico no qual as nossas hipóteses irão sendo apresentadas. Os capítulos finais abordarão a "pirâmide invertida", o *lead*¹², as relações entre jornalismo e arte e, finalmente, as perspectivas históricas do jornalismo. Na questão das relações entre jornalismo e ideologia, por uma opção epistemológica, e também política, o conteúdo das notícias é tomado em seus opostos extremos ("funcional" ou "crítico-revolucionário"), embora seja necessário reconhecer que a dialética social estabelece todo um leque de gradações e ambigüidades. Para abordar o jornalismo como modalidade de conhecimento, são utilizadas três categorias de larga tradição no pensamento filosófico desde a Antigüidade e, em especial, na filosofia clássica alemã: o *singular*, o *particular* e o *universal*. Elas foram aplicadas por Lukács, com relativo êxito, na formulação de uma estética marxista. Nossa intenção é aplicá-las para a constituição de uma teoria do jornalismo.¹³

Nossa abordagem postula a aplicação do método dialético-materialista, tomada esta expressão não no sentido do "reducionismo economicista" ou do "naturalismo dialético"¹⁴ - o que conduz a um enfoque de matiz positivista - mas numa perspectiva marxista que toma as *relações práticas* de produção e reprodução da vida social como ponto nodal da autoprodução humana na história. Ou seja, trata-se de uma maneira de considerar a realidade histórico-social que compreende as determinações subjetivas como algo real e ativo, uma dimensão constituinte da sociedade, mas que só pode ser apanhada logicamente em sua dinâmica como momentos de uma totalidade que tem na objetivação seu eixo central. Em síntese, um enfoque que toma a *práxis* como categoria fundamental.

A dificuldade maior é que inexiste uma tradição teórica integrada e solidamente constituída sobre o jornalismo, como já foi indicado, em que pesem alguns avanços significativos em problemáticas paralelas ou áreas limítrofes. A Teoria da Informação, por um lado, e a Comunicação de Massa, por outro, envolvem investigações relativamente recentes e bastante desconstruídas. O fundamento comum, enunciado e discutido pelos estudiosos de ambas as áreas, é ainda por demais incipiente para que se possa reconhecer a existência de uma inequívoca unidade teórica. Persiste, entre a Teoria da Informação e as investigações filosóficas, sociológicas e semiológicas da comunicação humana, uma terra de ninguém, um vácuo atormentado por dúvidas e imprecisões.

Entre o formalismo da primeira e a generalidade dos demais enfoques, não é de se admirar, portanto, que o jornalismo - fenômeno que nasceu no bojo da comunicação de massa - seja tão carente de explicações teóricas e tão farto em considerações empiristas e moralizantes. O que tem acontecido é que as abordagens sociológicas ou filosóficas contornam, ou simplesmente ignoram, as questões formais propostas pela Teoria da Informação. Esta, por seu lado, tende a exercer uma espécie de "redução ontológica" da sociedade para inseri-la em seus modelos.

A chamada "Teoria Geral dos Sistemas", pela metodologia abrangente e reducionista que propõe, é um dos pólos desse dilema teórico.¹⁵ Os mal-entendidos que se produziram com a participação de Lucien Goldmann num debate com cientistas de diversas áreas sobre "o conceito de informação na ciência contemporânea"¹⁶, indicam o reverso da medalha, isto é, a dificuldade dos enfoques "humanistas" em incorporar o aspecto objetivo e matemático implicado no conceito de informação.

Assim, pode-se perceber que a ausência de uma teorização axiomática sobre o jornalismo não ocorre por acaso, mas num contexto de reflexões heterogêneas e até paradoxais sobre o problema da comunicação. Tampouco essa lacuna é destituída de

consequências políticas e sociais: em geral, os posicionamentos nascidos dessa indigência teórica capitulam diante do empirismo estreito - caminho mais curto até a apologia - ou assumem o distanciamento de uma crítica supostamente radical que resume tudo no engodo e na manipulação.

A ingenuidade dessas propostas, que desprezam as mediações especificamente jornalísticas e propõem a panacéia de "devolver a palavra ao povo", denuncia a inconsistência teórica das premissas. É certo que a ideologia burguesa está embutida na justificação teórica e ética das regras e técnicas jornalísticas adotadas usualmente. Mas isso não autoriza, como muitos parecem imaginar, que se possa concluir que as técnicas jornalísticas são meros epifenômenos da dominação ideológica. Essa conclusão não é legítima nem do ponto de vista lógico nem histórico.

Um enfoque verdadeiramente dialético-materialista deve buscar a concreticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno. Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução. Dito de outro modo, o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz. Parafraseando Sartre: a notícia é uma mercadoria, mas não é uma mercadoria qualquer.¹⁷ O capitalismo não é um acidente no processo histórico, mas um momento da totalidade em seu devir. Suas determinações culturais (no sentido amplo do termo) envolvem uma dialética entre a particularidade dos interesses da classe dominante e a constituição da universalidade do gênero humano. A quem pertencem, hoje, as obras de Balzac, Flaubert, Zola e tantos outros? A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes.

O que faremos nas reflexões subsequentes é discutir o jornalismo como produto histórico da sociedade burguesa, mas um produto cuja potencialidade a ultrapassa e se expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constituiu como *uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular*. Porém, o conceito de *conhecimento* não deve ser entendido na acepção vulgar do positivismo, e sim como momento da *práxis*, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade. Nosso ponto de partida, portanto, pode ser ilustrado pela assertiva final do livro de Nilson Lage. Ele intuiu corretamente o caminho a seguir e o expressou de modo incisivo:

"Os jornais, em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa".¹⁸ Orações imponentes de um jornalista talentoso. Talvez o *lead de uma nova abordagem*.

Notas de Rodapé

1)BELAU, Angel Faus. *La ciencia periodística de Otto Groth*. Pamplona, Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra, 1966. (A síntese do pensamento de Groth apresentada aqui, bem como alguns dados biográficos, foram baseados principalmente na presente obra).

2)BELAU, Angel Faus. Op. cit., p.17.

3)José Marques de Melo afirma que Groth adotou a perspectiva funcionalista para o estabelecimento das leis do jornalismo. Cf.: *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973. (coleção Meios de Comunicação Social; 10, Série *Pesquisas*; 2) p.20.

4)GROTH, Otto. Apud:BELAU, Angel Faus. Op.cit., p.26.

5)Idem, p.29

6)Marx, Karl. In: *Karl Marx*. 3. Ed. São Paulo, Abril Cultural, 1985. (Col. Os Pensadores) p. 116-7.

7) LADRIÈRE, Jean. *Filosofia e práxis científica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. p.23.

8) O "jornalismo informativo" produzido em qualquer veículo, especialmente aquele que apresenta uma periodicidade pelo menos diária, é o fenômeno que tipifica nosso objeto. Trata-se da manifestação mais característica do fenômeno que pretendemos analisar, servindo como principal referência do nosso "objeto real" no sentido já apontado.

9) Mais adiante veremos que as idéias de Althusser, mais harmônicas com a concepção que denominamos "reducionismo ideológico", também influenciaram as análises do belga Armand Mattelart, embora estas, no seu conjunto, estejam mais identificadas com a tradição de "Frankfurt".

10) CASASÚS, José Maria. *Ideologia y análisis de medios de comunicación*. Barcelona. DOPESA, 1972. p.20.

11) MOISÉS, Leila Perrone. *Roland Barthes*. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Col. Encanto radical; 23) p.43.

12) Mesmo sendo expressões usuais no dia a dia dos jornalistas, cabe informar o seu significado aos leitores de outras áreas. A "pirâmide invertida" é a representação gráfica de que a notícia deve ser elaborada pela ordem decrescente de importância das informações. O *lead* designa "o parágrafo sintético, vivo, leve, com que se inicia a notícia, na tentativa de fisgar a atenção do leitor".

13) Para quem não estiver familiarizado com tais categorias, seria interessante iniciar a leitura pelo capítulo VII, onde se discute o sentido que elas adquirem em Hegel e Marx, e onde são apresentadas algumas reservas ao uso que delas fez Lukács em sua estética.

14) GENRO FILHO, Adelmo. Introdução à crítica do dogmatismo. In: *Teoria e Política*. São Paulo, Brasil Debates, 1980. n.1.

15) Cf. BUCKLEY, Walter. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. 2.ed. São Paulo, Cultrix, s/d.

16) GOLDMANN, Lucien. Sobre o conceito de consciência possível. In: *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. (Série Ciência e Informação; 2).

17)"Valéry es un intelectual pequeño-burgués, no cabe la menor duda. Pero todo intelectual pequeño-burgués no es Valéry". In: SARTRE, Jean-paul. *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires, Losada, 1979. Libro I. p.53.

18)LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 112 (Violette Morin aponta no mesmo sentido: "Parece que el tratamiento periodístico, em su versión actual, encierra alguna 'virtud' cuya intensidad, aún mal definida, podría un día rivalizar con la ya reconocida de sus 'vicios'. Es éste, en todo caso, el sentimiento que este trabajo contribuye a sugerir". Ver: El tratamiento periodístico de la informacion. Madrid, A.T.E., 1974. (Col. Libros de Comunicación Social). p.10.

CAPÍTULO I

O funcionalismo e a comunicação: considerações preliminares

A proposta de enquadrar as ciências sociais no paradigma das ciências naturais, feita por Comte, foi levada a termo por Dürkheim. O positivismo foi a base filosófica da concepção que desembocou no funcionalismo. Mas essa continuidade fundamental não deve obscurecer o fato de que Dürkheim apresenta certas particularidades epistemológicas. O modelo proposto por Comte para a sociologia era o da física: ele defendia a necessidade de fundar uma "física social". Para Dürkheim, o modelo das ciências sociais era o da biologia (notadamente sob a influência de Spencer), embora reconhecendo que a sociedade possui uma infinidade de consciências e o corpo humano apenas uma. Além disso, o pressuposto da existência de "conexões causais" era defendido por Dürkheim, distinguindo-se do positivismo comteano que somente admitia a formulação de leis que representassem a repetibilidade e a regularidade dos fenômenos.

As idéias de Dürkheim deixaram marcas no pensamento conservador em várias disciplinas das ciências humanas. Na antropologia, um dos seus mais importantes seguidores foi o

britânico Radcliffe-Brown, que exerceu notável influência sobre os estudiosos ingleses da sua área. Segundo alguns autores, Dürkheim teria sido, inclusive, uma das fontes do estruturalismo de Lévi-Strauss.¹ Foi, porém, nos Estados Unidos que suas idéias tornaram-se precursoras da formação de um campo teórico mais definido e sistematizado, especialmente através de Talcott Parsons e Robert K. Merton, nomes que podem ser considerados clássicos no estrutural-funcionalismo norte-americano.

Dürkheim procura distinguir a explicação "causal" da explicação "funcional" dos fatos sociais. A primeira tenta esclarecer a sucessão dos fenômenos, enquanto a segunda quer definir o papel que é atribuído a cada fenômeno pelas necessidades do organismo social. Vejamos o sentido mais preciso desse último tipo de explicação, o qual nos interessa salientar aqui.

*"A concepção de Dürkheim da análise funcional está estreitamente ligada à sua tentativa de proporcionar critérios para distinguir a normalidade da patologia social. De acordo com a concepção ortodoxa em filosofia, desenvolvida por Hume, o 'deve' está logicamente separado do 'é': julgamentos de valor não podem derivar de enunciados fatuais. Para Dürkheim, uma noção dessa natureza separa em demasia a ciência da prática. O que a ciência pode fazer é discernir e estudar as condições do funcionamento normal do sistema orgânico e do social, identificando patologia e indicando medidas práticas apropriadas para restaurar a saúde. Podemos descobrir, de acordo com Dürkheim, 'critérios objetivos, inerentes aos próprios fatos' do que é normal e do que é patológico. Quer se trate de biologia, quer se trate de sociologia, isto envolve, primeiro que tudo, uma classificação de espécies ou tipos. A temperatura normal do sangue de um lagarto difere da temperatura normal do sangue de um homem; o que é normal para uma espécie é anormal para outra. Uma classificação assim de tipos de sociedade foi o que Dürkheim tentou levar a cabo em sua discussão do desenvolvimento da divisão do trabalho".*²

Esse método, que sugere comparar o sangue do homem ao sangue de um lagarto, sem dúvida "coisifica" a sociedade humana. Aliás, foi ele mesmo quem afirmou, em *As regras do método sociológico*, que os fatos sociais precisam ser tratados como "coisas", isto é, as relações sociais devem ser consideradas como se fossem pura objetividade, fora do processo histórico de autoprodução humana. É essa tese, sobretudo, que o funcionalismo norte-americano vai resgatar. "A idéia-força desta concepção reside na afirmação de que o organismo social é um tecido de inter-relações entre órgãos e funções que respondem a certas necessidades fundamentais e que asseguram, assim, seu futuro".³ O que está em foco, na essência do próprio método, é a *reprodução* e a estabilidade do sistema social.

Nos Estados Unidos, depois da I Guerra, consolida-se a perspectiva funcionalista no estudo da comunicação social, alicerçada em estudos de natureza empirista que se utilizam de modelos formais e matemáticos. Essa corrente, que pretende atribuir-se uma aura de imparcialidade e objetividade, passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos Estados Unidos e também na América Latina. O desenvolvimento dos meios de comunicação e do próprio jornalismo são analisados como processos independentes em relação ao desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes, ou seja, apartados do movimento histórico em seu conjunto. Ao contrário, os meios de comunicação são tomados apenas como "função orgânica" da sociedade capitalista contemporânea, entendida esta como paradigma do progresso e da normalidade.

"La primera escuela norteamericana que se preocupó preferentemente de los medios de comunicación se inicia hacia 1930 con Bernard Berelson, Harold Lasswell y sus colaboradores. Recogían la experiencia tecnológica del gran pionero Hartley y la tendencia pragmática de los primeros 'analistas' intuitivos, pero les animaba el afán de reducir al mínimo la subjetividad del investigador. En todos sus planteamientos metodológicos puede

*observarse un interés especial en lograr que el analista parta de unos supuestos puramente objetivos".*⁴

Esse tipo de investigação, que ficou conhecido como "análise de conteúdo", foi definido por Berelson como "*una técnica de investigación para la descripción objetiva, sistemática y cuantitativa del contenido manifesto de las comunicaciones*".⁵

Mais raras foram as abordagens funcionalistas da natureza específica do jornalismo ou da função global dos meios de comunicação. No primeiro caso, vale citar o criativo ensaio de Robert E. Park, escrito em 1940, *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento*⁶, que será discutido mais adiante. No segundo caso, o que temos são interpretações funcionalistas de algumas das idéias sugeridas pelo pioneiro Otto Groth, em geral utilizadas com certa ligeireza nos manuais norte-americanos que, por sinal, servem de modelo aos nossos.

A imprensa como "função social"

Um exemplo de análise funcionalista no Brasil é o livro de José Marques de Melo, inicialmente apresentado como tese de doutoramento, *Sociologia da imprensa brasileira*, no qual procura averiguar as causas do atraso no desenvolvimento da imprensa colonial em nosso país⁷. O livro de Marques de Melo procura situar o surgimento da imprensa e do jornalismo em função das necessidades produzidas pela sociedade na sua dimensão global. Para realizar essa tarefa, o autor faz uma "descrição" histórica, a fim de explicar o aparecimento de tais necessidades sociais. Por isso, alguns aspectos levantados em seu trabalho, principalmente em relação ao surgimento da imprensa no Ocidente, tornam-se úteis - em que pese a metodologia confessadamente funcionalista - como elementos iniciais de reflexão.

A relação estabelecida pelo autor entre a sociedade e o desenvolvimento da imprensa, a partir de necessidades globais,

ressalta um aspecto do problema geralmente mal compreendido. Não obstante, como será indicado no final deste capítulo, o método funcionalista que é subjacente a essa abordagem compromete o desdobramento crítico da análise. Vejamos alguns pontos:

"O certo, no entanto, é que a imprensa veio atender às necessidades crescentes de produção de livros, a fim de satisfazer às solicitações da elite intelectual forjada pelas universidades renascentistas. Mas, não somente com essa finalidade, apesar de os registros dos estudiosos enfatizarem de tal modo esse aspecto, tornando-o muitas vezes único e exclusivo. As atividades de impressão serviram também como suporte para o desenvolvimento das atividades da nascente burguesia comercial e industrial, dando letra de forma aos instrumentos da sua complexa engrenagem burocrática (letras de câmbio, recibos, contratos, modelos contábeis, tabelas de preços, etc.). Ou, então, atenderem as necessidades da organização administrativa das cidades e dos principados (guias para o recolhimento de impostos, editais, proclamações, avisos, formulários, etc.)".⁸

O desenvolvimento da imprensa aparece, aqui, articulado com o crescente interesse pelos livros a partir do Renascimento e, de outra parte, com as demandas burocráticas e institucionais da burguesia em ascensão. Mas com relação aos "periódicos", que foram os precursores do jornalismo contemporâneo, as necessidades sociais apontadas são mais difusas:

"Além das necessidades institucionais, havia a necessidade popular de obter informações e manter-se em dia com os acontecimentos da época, fenômeno que geraria a imprensa periódica, cujas primeiras manifestações são as relações e as folhas volantes. Madeleine D'Ainvelle sintetiza com muita clareza esse tipo de necessidade que 'se faz sentir nos diversos meios sociais: o cidadão que deseja conhecer a vida do grande corpo social ao qual ele pertence e que ultrapassa suas relações primárias; o comerciante burguês e banqueiro que não pode ter sucesso em seus

negócios se não estiver bem informado dos preços das mercadorias e da sua acessibilidade, que depende da conjuntura política; os cidadãos, ansiosos por sua participação no exército da Itália, que têm sede de informações precisas; o Rei, para defender sua política, que procura atingir a opinião'. E conclui: 'a atualidade tornou-se o objeto de curiosidade com um fim prático, a comunicação converteu-se em uma necessidade da vida urbana, profissional, política e religiosa'.⁹

A atualidade, de fato, sempre foi objeto de curiosidade para os homens. Mas com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas a atualidade amplia-se no espaço, ou seja, o mundo inteiro tornava-se, cada vez mais, um sistema integrado e interdependente. A imediatividade do mundo, através de seus efeitos, envolve então uma esfera cada vez maior e constitui um sistema que se torna progressivamente mais complexo e articulado.

Isso traz duas conseqüências básicas: a procura de mais informações e, pelo fato de que tais informações não podem ser obtidas diretamente pelos indivíduos, surge a possibilidade de uma indústria da informação. Que tais empresas sejam privadas e que as notícias sejam transformadas em mercadorias não é de se estranhar, pois, afinal, tratava-se precisamente do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de "cultura de massa" ou "indústria cultural".

Segundo Margaret Aston, passou-se um largo período de tempo antes que a imprensa tivesse influência decisiva como meio de revolucionar a informação e o conhecimento sobre acontecimentos recentes, ou então o conhecimento de fatos antigos apreciados à luz de novos elementos¹⁰. Vejamos: aumenta a demanda de informações sobre acontecimentos que, de uma forma ou de outra, influem mais ou menos rapidamente sobre os indivíduos. No entanto, tais acontecimentos não podem ser vividos

diretamente pela experiência. Sua dinâmica exige que sejam apreendidos, constantemente, enquanto *fenômenos* e que sejam continuamente totalizados.

Assim como os fenômenos imediatos que povoam o cotidiano, os acontecimentos precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se superpõem para que possamos manter uma determinada "abertura de sentido" em relação a sua significação. Mesmo que o sentido seja produzido sempre numa determinada perspectiva ideológica, assim como qualquer outra significação atribuída ao mundo social, isso não invalida a importância dessa "abertura de sentido" que lhe é subsistente.

No modo de produção capitalista, os acontecimentos importantes do mundo, em virtude da contigüidade objetiva no espaço social, tornaram-se também "fenômenos imediatos que povoam o cotidiano". Portanto, essa ambigüidade da informação jornalística, que apresenta algo já acontecido como se ainda estivesse acontecendo, reconstitui um fenômeno que não está sendo diretamente vivenciado como se o estivesse, que transmite acontecimentos através de mediações técnicas e humanas como se produzisse o fato original; essa ambigüidade não é apenas produto maquiavélico do interesse burguês. A possibilidade de manipulação decorre dessa relação tensa entre o objetivo e o subjetivo, que está na essência da informação jornalística.

Os veículos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a fotografia, o cinema, a TV, etc., trouxeram conseqüências profundas para as formas de conhecimento e comunicação até então existentes. O exemplo mais característico é o da arte, cujas transformações evidentes são objeto de uma polêmica que já se prolonga por várias décadas. As novas formas de arte, as modernas técnicas pedagógicas, os novos gêneros de lazer e as outras modalidades de relacionamento social produzidos pela imprensa e, mais acentuadamente, pelos meios eletrônicos de comunicação, foram incorporados como objetos teóricos com certa naturalidade.

No entanto, o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza. De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos "aparelhos ideológicos de Estado", como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas - tipicamente funcionalistas - em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como "crítica responsável" baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma "função social" voltada para "o aperfeiçoamento das instituições democráticas". Na linguagem mais direta do mestre (Dürkheim), uma atividade voltada para a denúncia e correção das patologias sociais", portanto, para a coesão e a reprodução do estado "normal" da sociedade, ou seja, o capitalismo.

Buscando uma síntese, podemos dizer que o funcionalismo indica o caráter socializante do material impresso e dos meios de comunicação em geral, percebendo inclusive a determinação das necessidades sociais difusas no desenvolvimento do jornalismo. Chega até, como foi indicado, a situar o jornalismo como "forma de conhecimento". Mas atribui a essa expressão um sentido vulgar e pragmático, vinculado apenas à reprodução da sociedade. Ao rebaixar desse modo o conhecimento assim produzido, desaparece o próprio objeto delineado como "função", dissolvendo-se sua especificidade no elementarismo de certas técnicas e regras do "bom jornalismo". A visão funcionalista percebe que a sociedade capitalista tem necessidades difusas de um volume enorme de informações e que o jornalismo surgiu no bojo desse fenômeno. Mas o curto fôlego teórico de suas premissas não permite responder,

exceto com meras constatações e obviedades, por que o jornalismo assumiu determinadas configurações específicas na organização das informações e na estrutura de sua linguagem. Não consegue, tampouco, equacionar a questão da luta de classes, da hegemonia ideológica das classes dominantes na produção jornalística e das contradições internas desse processo.

Enfim, à medida que o funcionalismo "consiste na determinação da *correspondência* existente entre um *fato considerado* e as *necessidades gerais do organismo social* em que está inserido"¹¹, não permite notar a autonomia relativa do fenômeno jornalístico e suas perspectivas históricas mais amplas. Ficam obscurecidas as contradições: sua inclusão na luta de classes e os limites e possibilidades que daí decorrem.

Notas de Rodapé

- 1) GIDEEMS, Anthony. As idéias de Dürkheim. São Paulo, Cultrix, 1978. (Mestres de Modernidade) p.1.
- 2) Idem, p.28.
- 3) Thomas, Louis-Vincent. A etnologia:mistificação e desmistificação. In: CHÂTELET. *A filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p.167.
- 4) CASASÚS, José Maria. *Ideologia y verificar grafia correta de análises, existe grafia diferente no arquivo 196-int análises de medios de comunicación*. Barcelona, Dopesa. 1972, p.26.
- 5) Apud: CASASÚS, op. cit. p. 27
- 6) PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles S., org. Meios de comunicação de massa. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1972, p.168.
- 7) MELO, Marques de. Sociologia da imprensa brasileira. Petrópolis, Vozes, 1973.
- 8) MELO, José Marques de. Op. cit., p.36-7.
- 9) Idem, p.37.

10) Apud: MELO. op. cit. p.43.

11) MELO, op. cit. p. 22.

CAPÍTULO II

Do pragmatismo jornalístico ao funcionalismo espontâneo

A mercadoria, ensina Marx, é uma relação social mediatizada por coisas, as quais parecem conter essas relações como se fossem suas próprias qualidades naturais. A noção comum de mercadoria não distingue as relações humanas desiguais que estão por trás da sua identidade universal enquanto *valor de troca*. As mercadorias aparecem como coisas que possuem, intrinsecamente, certas qualidades humanas de se equipararem em proporções diversas, dotadas, aparentemente, de um mesmo fluido objetivo que varia apenas quantitativamente.

Quer dizer, relações humanas historicamente determinadas aparecem como pura objetividade, como se constituíssem uma realidade exterior aos sujeitos, isto é, *reificadas*. José Paulo Netto demonstra que essa noção de Marx, tratada sistematicamente por Lukács, torna-se um conceito fundamental para a compreensão do *fetichismo* e da alienação no capitalismo contemporâneo.¹

Esse conceito nos permite compreender que o positivismo, base teórica mais ampla do funcionalismo, é o desenvolvimento sistematizado do "senso comum" reificado, produzido espontaneamente pelo capitalismo. Lembremos que, para **Dürkheim** Dürkheim, "os fatos sociais devem ser tratados como coisas". Portanto, até certo ponto, é inevitável que a teorização espontânea dos homens "práticos", quando refletem sobre questões sociais baseados na sua própria experiência, adquira contornos funcionalistas. O espírito "pragmático" da grande maioria dos jornalistas, em parte devido à defasagem do acúmulo teórico em relação ao desenvolvimento das "técnicas jornalísticas" e, em parte, devido ao caráter insolente e prosaico que emana naturalmente da atividade (produzindo nos jornalistas uma consciência

correspondente), não poderia gerar uma outra forma de teorização. Mesmo quando pretendem apenas relatar sua experiência pessoal como profissionais ou elaborar "manuais práticos" da disciplina. Vejamos alguns exemplos. Primeiramente dois "clássicos" norte-americanos que modelaram várias gerações de profissionais, tanto nos Estados Unidos como na América Latina, seja diretamente com seus livros ou através de tantos outros feitos à sua imagem e semelhança. É claro que tais obras, à medida que fornecem indicações com alguma eficácia operacional, contém elementos e intuições importantes para um esforço teórico que busque ultrapassá-las. Tomaremos, agora, tão somente alguns aspectos que denotam suas limitações empiristas e a perspectiva funcionalista que assumem, mesmo sem apresentarem pretensões teorizantes.

"Este livro se destina - diz Hohenberg a título de prefácio - a servir de guia profissional aos princípios e práticas do jornalismo moderno, segundo a concepção e o uso norte-americano. Ao escrevê-lo baseei-me na experiência de 25 anos como jornalista ativo, nos Estados Unidos e no exterior, somada a dez anos de professor da matéria. O objetivo da obra, conseqüentemente, é mostrar o jornalismo na prática e não na teoria ou fazer crítica social".²

A primeira edição desse livro foi publicada há mais de vinte e cinco anos. Não parece que o espírito da quase totalidade dos manuais elaborados nesse período tenha mudado significativamente.

Hohenberg afirma que é impossível conceituar a notícia porque o conceito varia em função do veículo. "Para os matutinos é o que aconteceu ontem; para os vespertinos, o fato de hoje. Para as revistas, o acontecimento da semana passada. Para as agências noticiosas, emissoras de rádio e televisão, é o que acabou de ocorrer".³ Por isso, ele nos oferece apenas as "características" da notícia: "As características básicas da notícia são precisão, interesse e atualidade. A essas qualidades deve ser acrescentada uma quarta, a

explicação. Qual a vantagem de um noticiário preciso, interessante e atual, se os leitores não o entendem?".⁴

O livro de F. Fraser Bond, *Introducción al periodismo*, cuja primeira edição foi publicada em 1954, define o que considera os "deveres da imprensa": independência, imparcialidade, exatidão, honradez, responsabilidade e decência.⁵ A complexidade ética e política que envolve cada um desses conceitos não parece ter abalado o professor emérito da Escola de Jornalismo da Universidade de Nova York.

Naturalmente, ao omitir essa discussão, ele adota as acepções correntes que a ideologia dominante atribui a essas palavras. *Independência e imparcialidade* significam, no fundo, ter como pressuposto que o capitalismo desenvolvido norte-americano e sua hegemonia imperialista é um tipo de sociedade "normal", e deve ser preservada contra todas as "patologias" políticas, sociais e econômicas. A *exatidão* quer dizer, quase sempre, a submissão do jornalista às fontes oficiais, oficiosas ou institucionais. A *honradez* não é outra coisa senão uma boa reputação entre as instituições da "sociedade civil", no sentido atribuído por Gramsci a essa expressão, isto é, entre aquelas entidades que reproduzem a hegemonia burguesa. A *responsabilidade* é o respeito às leis e preceitos gerais da ordem estabelecida. A *decência* significa, como diz o próprio autor, "la censura del buen gusto"⁶, ou seja, o reconhecimento da hipocrisia que fundamenta a moral burguesa como um valor digno de ser reverenciado e acatado. Não é por casualidade que ele define as funções principais do jornalismo nos seguintes termos: informar, interpretar, guiar e divertir.⁷

Ora, o jornalismo deve ser "*imparcial*", mas deve "*interpretar*" os fatos e "*guiar*" seus leitores. Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado "bom senso", expressão individual da ideologia hegemônica.

Quanto às classificações da notícia, são as mais arbitrárias possíveis, embora certos temas se repitam constantemente. Para Fraser Bond os fatores que determinam o valor da notícia são quatro: "a oportunidade", "a proximidade", "o tamanho" (o muito pequeno e o muito grande atraem a atenção, diz ele) e "a importância" (o autor adverte que a notícia trivial, se revestida de interesse, com frequência terá mais valor que os anúncios importantes e significativos que são repetitivos). Como principais elementos de interesse da notícia ele aponta doze itens: "interesse próprio", "dinheiro", "sexo", "conflito", "insólito", "culto do herói e da fama", "incerteza", "interesse humano", "acontecimentos que afetam grandes grupos organizados", "competência", "descobrimento e invenção" e "delinqüência"⁸. Quanto aos elementos "de valor" da notícia o autor alinha mais doze pontos. De qualquer modo, as listas de quaisquer dessas classificações, pelo critério empirista que preside sua elaboração, não só podem ser trocadas umas pelas outras, como o número de itens arrolados pode ser aumentado ou diminuído indefinidamente.

Seguindo outra sistematização, com o mesmo conteúdo ideológico, Luiz Amaral indica as "funções do jornalismo": política, econômica, educativa e de entretenimento seriam as quatro principais. Vale a pena citar duas delas:

"Por função política, entendem-se os meios de informação, em sua ação crescente, como instrumento de direção dos negócios públicos, e como órgãos de expressão e de controle da opinião"⁹. Sobre a "função econômica e social" ele afirma:

"Não é de agora que os meios de informação se tornaram instrumentos do desenvolvimento econômico e social. Difundindo diariamente uma enorme massa de informações sobre assuntos os mais variados e de interesse permanente da sociedade, o Jornalismo tem contribuído para o desenvolvimento da indústria e do comércio, como para melhorar as relações sociais, de um modo geral. (. . .) Com noticiário e interpretação dos fatos econômico-financeiros, o

*Jornalismo oferece ao homem de negócios um panorama diário do mercado que lhe facilita a ação, abre perspectivas para o desenvolvimento de suas empresas e proporciona bases para melhor relacionamento com a clientela".*¹⁰

O caráter de classe das "funções" indicadas por Luiz Amaral é tão óbvio quanto as classificações de Hohenberg e Fraser Bond. Cabe ao jornalismo uma tarefa orgânica, quer dizer, solidária com o modo de produção capitalista e suas instituições políticas e econômicas. Quanto aos "atributos" da notícia, Luiz Amaral apresenta também sua própria classificação: atualidade, veracidade, interesse humano, raio de influência, raridade, curiosidade e proximidade.

Segundo Mário L. Erbolato, no livro *Técnicas de codificação em jornalismo*, há necessidade de separarmos os três aspectos da divulgação de um fato: "informação, interpretação e opinião". E cita Lester Markel, editor dominical de *The New York Times*, para sustentar seu argumento em defesa dessa tese curiosa:

"1º É notícia, informar *que o kremlin está lançando uma ofensiva de paz*. 2º É interpretação, explicar *por que o kremlin tomou essa atitude*. 3º É opinião, dizer *que qualquer proposta russa deve ser rechaçada sem maiores considerações*. A interpretação - acentuou Lester Markel - *é parte essencial das colunas de notícias*. Porém, a opinião deve ficar confinada, quase religiosamente, nas colunas editoriais".¹¹

Erbolato admite que é difícil "interpretar objetivamente", mas não vê nisso o menor paradoxo. Sem dúvida, explicar nos Estados Unidos por que o kremlin lançou uma ofensiva de paz nos limites da "objetividade", sem intromissão opinativa do jornalista, significa relacionar os fatos evitando julgamentos explícitos de valor, apenas reforçando o preconceito do norte-americano médio sobre a União Soviética.

Relato ou opinião: um falso problema

Certamente que há um "grão de verdade" na idéia de que a notícia não deve emitir juízos de valor explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como se configurou modernamente. Mas é igualmente pacífico que esse juízo vai inevitavelmente embutido na própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem (seja ela escrita, oral ou visual) e no relacionamento espacial e temporal dos fenômenos através de sua difusão.

Portanto, quando Mário Erbolato afirma que "a evolução e a adoção de novas técnicas no jornalismo, elevado à profissão e não mais praticado por simples diletantismo, levaram a uma conquista autêntica: a separação entre, de um lado, o relato e a descrição de um fato, dentro dos limites permitidos pela natureza humana e, de outro, a análise e o comentário da mesma ocorrência"¹², ele está, por linhas tortas, percebendo uma evidência que as críticas meramente ideológicas do jornalismo burguês não reconhecem.

É claro que não se trata do simples "relato" e "descrição" de um fato, dentro de supostos "limites permitidos pela natureza humana", separado da análise e do comentário. Trata-se, sim, de uma nova modalidade de apreensão do real, condicionada pelo advento do capitalismo, mas, sobretudo, pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e analisados subjetivamente (normalmente de maneira espontânea e automática) e, logo após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico.

O discurso analítico sobre os acontecimentos que são objeto do jornalismo diário, que tomamos como referência típica, se ultrapassar certos limites estreitos é impertinente à atividade jornalística sob vários aspectos. O principal problema é que, se a análise se pretender exaustiva e sistemática, desembocará, no caso limite, nas diversas ciências sociais e naturais, o que já é outra coisa bem diferente do jornalismo. Da mesma forma, uma abordagem moralista ou grosseiramente propagandística sob o aspecto ideológico acaba desarmando o jornalismo de sua eficácia específica

e, quase sempre, tornando-se intolerável para os leitores, sejam quais forem.

É preciso asseverar, no entanto, que o exposto não exclui o fato de que jornais analíticos e polêmicos ou abertamente ideológicos possam cumprir papéis relevantes na luta política e sejam, até, indispensáveis nesse sentido. A tese de Lênin sobre a necessidade do jornal partidário enquanto "organizador coletivo", com funções de análise crítica, luta ideológica, propaganda e agitação é, ainda presentemente, insuperada em seus fundamentos.

O que se pretende afirmar é que há uma tarefa mais ampla do jornalismo tipificado nos diários, que deve ser pensada em sua especificidade.

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista.

De outra parte, tanto os jornais diários como os demais meios veiculam, ao lado de notícias e reportagens características do *jornalismo propriamente dito*, análises sociológicas, políticas, econômicas, interpretação de especialistas, artigos, ensaios, colunas, editoriais, cartas de leitores, poemas, crônicas, opinião de jornalistas ou pessoas proeminentes, enfim, uma série de abordagens e de discursos que podem ter um grau maior ou menor de aproximação do discurso jornalístico que estamos tratando.

Há, evidentemente, uma graduação que parte do jornalismo típico em direção às diversas formas de representação simbólica da realidade. As duas referências fundamentais dessa graduação podem ser indicadas como sendo a ciência e a arte, sem, contudo, excluir outras. O "novo jornalismo", que surgiu na década de 60 nos Estados Unidos, trabalha nas fronteiras com a literatura. As propostas de jornalismo rotuladas normalmente como "opinativo",

"interpretativo" ou "crítico" atuam, em algum grau, nas áreas limítrofes com as diversas ciências sociais.

Mas voltemos à discussão da visão "pragmática" dos jornalistas sobre sua atividade e as incipientes tentativas de sistematização. Publicado mais recentemente e contando já com edições sucessivas, o livro de Clóvis Rossi *O que é o jornalismo*¹³, escrito com a perícia de um profissional experimentado, apresenta algumas pretensões teóricas que merecem consideração.

"É realmente inviável - explica o autor - exigir dos jornalistas que deixem em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer seu relato, as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato neles provocou".

Ora, as impressões *puramente pessoais*, o modo singular do jornalista perceber um fato e reagir diante dele, as idiossincrasias, constituem precisamente aquilo que não interessa discutir na questão da objetividade. Se fosse possível o relato estritamente objetivo de um fato somado apenas às impressões *puramente pessoais*, a tese da objetividade estaria, no fundamental, correta. Não haveria nenhum problema político ou ideológico na manifestação *desse tipo* de subjetividade. Seria possível, então, um jornalismo "imparcial" em relação às questões fundamentais da luta de classes, desde que a subjetividade (individual) ficasse confinada a certos parâmetros, que não impedissem o público de distinguir o diamante bruto que seriam os *fatos objetivos* por baixo das sobreposições emocionais do redator. O próprio autor confirma essa possibilidade teórica: "A objetividade é possível, por exemplo, na narração de um acidente de trânsito e, assim mesmo, se nele não estiver envolvido o repórter, pessoalmente, ou algum amigo ou parente".¹⁵

Nota-se que o quadro teórico no qual Rossi situa seu enfoque das relações de poder não é o das contradições ideológicas, do antagonismo das classes, ou mesmo da oposição de "grandes

grupos" de interesses políticos e econômicos, mas algo bem mais ingênuo: os parentes e amigos. Rossi admite que o exercício da objetividade com relação aos fatos de grande "incidência política e/ou social" não é mais do que "um mito".¹⁶ E nessa busca, a rigor impossível de ser plenamente concretizada, no sentido de relatar os fatos de maneira imparcial, ele aponta a "lei dos dois lados": "Em tese, a justiça dessa 'lei' é inquestionável".¹⁷

O problema central da concepção de Clóvis Rossi sobre a objetividade jornalística está alicerçada em dois pressupostos de natureza "espontaneamente funcionalista". O primeiro, é que ele considera as necessidades de informação do organismo social do ponto de vista de uma democracia liberal, isto é, parece tomar o capitalismo como modo "normal" e aceitável de sociedade. Isso vai implícito em toda sua argumentação: "Parece claro que a questão da liberdade de informação, entendida em seu sentido lato, só poderá ser resolvido no quadro das liberdades democráticas em geral. Isto é, só haverá realmente liberdade de informação quando houver ampla prática das liberdades democráticas, coisa que, no Brasil, tem acontecido apenas rara e episodicamente".¹⁸

O segundo pressuposto falso, decorrente do primeiro, é que os *fatos jornalísticos* são, em si mesmos, *objetivos*. Por isso, como foi assinalado, dependendo da relevância do assunto, a objetividade é até possível. Enquanto que a "imparcialidade", mesmo difícil, emana como a própria razão de existir do jornalismo. Assim, o "mito da objetividade" é criticado sob o ângulo puramente psicológico, como se a subjetividade do jornalista fosse uma espécie de resíduo que se interpõe entre o fato, tal como aconteceu, e seu relato neutro. Portanto, segue logicamente que a tarefa do jornalista é buscar o máximo de objetividade e isenção possíveis.

O que Rossi não percebe - porque, teoriza a partir do "senso comum" da ideologia burguesa e da sua relação pragmática com as técnicas jornalísticas - é que os próprios fatos, por pertencerem à dimensão histórico-social, *não são puramente objetivos*.

Não se trata, então, da simples interferência das emoções no relato - o que constituiria uma espécie de "desvio" produzido pela subjetividade -, mas da dimensão ontológica dos *atos sociais* antes mesmo de serem apresentados sob a forma de notícias ou reportagens. Existe uma abertura de significado na margem de *liberdade* intrínseca à manifestação de qualquer fenômeno enquanto *ato social*. Portanto, há um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja.

Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma *pluralidade de fatos*, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os *fenômenos* são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos.

Por isso, captar a essência implica, necessariamente, um grau de adesão ou solidariedade em relação a uma possibilidade determinada, tanto da totalidade histórica quanto do fenômeno que inserido nela vai adquirir seu sentido e significado. Mesmo nos fatos mais simples como num acidente de trânsito em que não há parentes ou amigos envolvidos, conforme o exemplo citado por Rossi, o relato exige uma forma de *conhecimento* que, em alguma medida, implica a revelação de sua essência. Ou seja, do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político onde está situado. Para evitar mal-entendidos, vale prevenir que não se trata de propor que o jornalista faça um ensaio sociológico para noticiar um atropelamento. O que estamos afirmando é que existem diferentes formas, igualmente jornalísticas, de se tratar assuntos dessa natureza, desde a coleta dos dados, o

enfoque a ser escolhido até a linguagem e a edição, e que tais formas não são inocentes ou neutras em termos político-ideológicos.

Assim, o complemento lógico dessa visão ingênua e empirista da objetividade, para dar vazão ao liberalismo, não poderia ser muito diferente: "a teoria dos filtros". Depois da "lei dos dois lados" como critério justo, pelo menos "teoricamente", temos então outros elementos que dificultam a honorável postura da imparcialidade jornalística:

"O copidesque não é o único e talvez sequer seja o mais importante filtro entre o fato, tal como o viu o repórter, e a versão que finalmente aparece publicada no jornal ou revista ou difundida na TV ou rádio. Há outros filtros sucessivos: inicialmente, o editor, que é o chefe de seção (Editoria) para o qual trabalha o repórter".¹⁹

O problema, neste caso, é apenas de uma possível *disfunção* entre liberdades individuais que se entrechocam. Assim, a liberdade do jornalista, enquanto indivíduo, de expressar suas próprias idéias ou relatar o fato objetivo tal como ele presenciou encontra obstáculos nas individualidades situadas hierarquicamente acima dele na empresa jornalística. Mas a questão fica no ar, pois Rossi admite, com ilusão pueril, que as decisões tomadas por editores e pelos chefes de Redação, "na maior parte dos casos" estão embasadas pelo "critério jornalístico".²⁰ Ressalvando apenas que, "quando o assunto é de grande relevância, entra em ação um segundo critério, que se sobrepõe ao primeiro: o julgamento político, em função das posições que cada jornal adota".²¹

Em síntese, o "funcionalismo espontâneo" dos chamados "jornalistas competentes" que se põem a teorizar com base no pragmatismo da profissão, embora com doses variáveis de liberalismo, não vai muito longe em qualquer sentido. Clóvis Rossi, por exemplo, não questiona a propriedade privada dos meios de comunicação. Considera isso, implicitamente, uma situação "normal". Tanto que não vê maiores conseqüências em relação ao conteúdo do jornalismo, exceto "quando o assunto é de grande

relevância" e a empresa impõe, então, seu julgamento político. Mas esse acontecimento é circunstancial, talvez um "acidente de percurso" como dizem os delicados comentaristas políticos das grandes redes privadas de comunicação em nosso país.

Não obstante, a alegação dos empresários de que os comitês de redação seriam, na prática, "soviets" de jornalistas, que se apossariam, aos poucos, do jornal, revista ou TV em que se instalassem, mudando as posições editoriais que seus donos defendem, Rossi acha que "até certo ponto" tem fundamento.²² Embora considere essa possibilidade um risco "mínimo", Rossi teme as suas conseqüências: "sempre há o risco de que, em redações nas quais há grande número de elementos de uma mesma corrente partidária ou ideológica, esse grupo monopolizasse os comitês de redação e passasse a impor seus pontos de vista, frustrando os objetivos democratizantes da proposta original".²³ Quer dizer, a propriedade privada dos jornais, emissoras de rádio, TV, seu caráter comercial, não compromete necessariamente a imparcialidade. Mas os comitês de redação, estes sim, segundo Rossi, trazem o risco da imposição ideológica.

Porém, basta um pouco de reflexão para se perceber que Rossi não está sendo desonesto. Para grande parte dos jornalistas, hoje a maioria, a colisão com os interesses fundamentais da empresa é, efetivamente, um "acidente de percurso". Eles colocam seu talento, honestidade e ingenuidade a serviço do capital com a mesma naturalidade com que compram cigarros no bar da esquina.

Notas de Rodapé

- 1) NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- 2) HOHENBERG, John. *Manual de jornalismo*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962. p.11.
- 3) _____. *O Jornalista profissional*. Rio de Janeiro, Interamericana, 1981. p.68.

- 4) Idem, p.69.
- 5) Bond, F. Fraser. *Introducción al periodismo*. México, Limusa, 1978. p.19-21.
- 6) Id., p.21.
- 7) Id., ib.
- 8) Id., p.99-102.
- 9) AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969. p.17.
- 10) Id., p.19.
- 11) ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978. p.34.
- 12) Id., p.33-4.
- 13) ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Primeiros Passos; 15)
- 14) Id., p.10.
- 15) Id., ib.
- 16) Id., p.10-1.
- 17) Id., p.12.
- 18) Id., p.63.
- 19) Id., p.42.
- 20) Id., p.45.
- 21) Id., ib.
- 22) Id., p.65.
- 23) Id., ib.

CAPÍTULO III

O jornalismo

como forma de conhecimento: os limites da visão funcionalista

O ensaio de Robert E. Park, publicado nos Estados Unidos em 1940, no *The American Journal of Sociology* n.º 45 da Universidade de Chicago¹, foi referido como uma das abordagens funcionalistas mais interessantes para nossas reflexões. Voltemos a ele.

Não por acaso, o autor inicia citando o filósofo William James², para distinguir duas formas de conhecimento: "o conhecimento de" e "o conhecimento acerca de". Para explicá-las transcreve as palavras do próprio filósofo:

"Existem duas espécies de conhecimento ampla e praticamente distinguíveis: podemos chamar-lhes respectivamente conhecimento de trato e conhecimento acerca de . . . Nos espíritos que possuem alguma capacidade de falar, por mínima de que seja, existe, é verdade, algum conhecimento acerca de tudo. As coisas, pelo menos, podem ser classificadas e referidas às ocasiões de seu aparecimento. Mas, em geral, quanto menos analisamos uma coisa e quanto menor o número de suas relações que percebemos, menos sabemos acerca dessa coisa e mais do tipo de trato é a nossa familiaridade com ela. As duas espécies de conhecimento, portanto, como o espírito humano praticamente as exerce, são termos relativos. Isto é, a mesma idéia de uma coisa pode denominar-se conhecimento acerca dessa coisa, em confronto com uma idéia mais simples, ou de trato com ela em comparação com uma idéia dela ainda mais articulada e explícita".³

Logo, "o conhecimento de" ou "conhecimento de trato" é aquele que, relativamente a um saber mais complexo e abstrato, não ultrapassa o aspecto fenomênico, que emana do uso familiar, da imediaticidade da experiência e do hábito que lhe corresponde. Não é um conhecimento produzido por qualquer procedimento formal, analítico ou sistemático. Tal "conhecimento de" (ou "de trato") - como diz Park - pode ser concebido como uma forma de ajustamento orgânico ou adaptação, que representa a acumulação e, por assim dizer, a fusão de longa série de experiências. "É essa espécie de conhecimento pessoal e individual que faz cada um de nós sentir-se à vontade no mundo que escolheu ou no qual está condenado a viver".⁴ Por outro lado, o "conhecimento acerca de" seria formal, produto de uma abstração controlada e criteriosa, isto é, lógico e teórico. Segundo o autor, essas duas formas de conhecimento são gêneros (e não "graus") diferentes e, portanto,

possuem funções sociais distintas. Não obstante, adverte, pode-se pensar num contínuo entre todas as espécies de conhecimento.

"Num contínuo dessa natureza - afirma Park - a notícia tem localização própria".⁵ Ela não proporcionaria um conhecimento sistemático e nem a revelação de fatos de ordem histórica, mas apenas a alusão a um "acontecimento".

Como forma de conhecimento, a notícia, segundo Park, não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, mas do presente. "Pode-se dizer que a notícia só existe nesse presente", E prossegue: "Essa qualidade transitória e efêmera é da própria essência da notícia e está intimamente ligada a todos os outros caracteres que ela exhibe. Tipos diferentes de notícias vivem um período diferente de tempo. Na mais elementar de suas formas, o relato de uma notícia é um mero lampejo a anunciar que um acontecimento ocorreu".⁶

O aspecto mais importante, embora situado num contexto teórico limitado às categorias funcionalistas, é a indicação do autor sobre a "função" que exerce a notícia em relação aos indivíduos: "Na verdade, a notícia realiza, de certo modo, para o público, as mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo; isto é, não somente o informa como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo".⁷

A notícia como função orgânica

Certamente, partindo dos pressupostos teóricos que adota, Park não poderia ir além da função *orgânica* da notícia e da atividade jornalística, em que pese algumas pistas não desprezíveis que ele oferece. Ele aceita a classificação "pragmática" sobre o conhecimento feita por William James, o que compromete suas conclusões.

O "conhecimento de trato" - indicado por Park como ponto inicial do contínuo onde se localiza a notícia - não é um "gênero" de conhecimento que possa ser concebido a-historicamente, fora das

relações concretas de dominação e alienação. Da maneira como Park o define implica, inevitavelmente, um determinado conteúdo. Trata-se daquela esfera da vida cotidiana na qual a "práxis utilitária" configura os fenômenos da vida social como se fossem dados naturais e eternos, o mundo da *pseudoconcreticidade*.⁸ Por isso, a divisão sugerida por James, e assumida por Park, é redutora, pois supõe uma espécie de "senso comum" isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade.

O ponto de referência inicial do contínuo onde se localiza o conhecimento jornalístico constitui, de fato, um "gênero" e não apenas um "grau" de abstração. No entanto, o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica. Não é simplesmente, como quer o autor, uma espécie de conhecimento, que faz cada um de nós sentir-se a vontade no mundo que escolheu ou no qual está condenado a viver".⁹ O conteúdo atribuído por Park é o de um conhecimento elementar e, ao mesmo tempo, "positivo" nos termos em que foi definido por Auguste Comte.¹⁰

Se é verdade que o gênero de conhecimento produzido pelo jornalismo corresponde, em certo sentido, às "mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo", essa comparação não pode ser levada às últimas consequências. Na percepção individual, a imediatez do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediatez é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma simulação" dessa *correspondência*. É a partir dessa simulação que surge propriamente um *gênero de conhecimento*, pois enquanto se trata da relação imediata dos

indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve.¹¹ Quer dizer, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar.

Anteriormente, indicamos o processo de *reificação* que se desenvolve com o fundamento mercantil das relações sociais no capitalismo contemporâneo. Porém, nem a percepção individual nem o "senso comum" são níveis de apropriação simbólica qualitativamente homogêneos, livres das contradições políticas, ideológicas e filosóficas que perpassam a sociedade de classes em seu conjunto.

Existe, de fato, na percepção individual uma *predominância* do aspecto "positivo" (no sentido comteano) do fenômeno ou da coisa. No "senso comum" há uma hegemonia do "bom senso", isto é, das noções que implicam uma apreensão funcional e orgânica do mundo tal qual ele se apresenta. Mas a insensatez que se apoderou das massas na queda da Bastilha, na França de 1789, ou na tomada do Palácio de Inverno, em 1917 na Rússia, não se produziu no patamar da teoria ou da ciência, embora ambas tenham cumprido seu insubstituível papel. A "insensatez revolucionária" das massas humanas que se tornam, de repente, protagonistas das grandes transformações históricas nascem de elementos explosivos que estão latentes, embora normalmente subordinados, no interior do processo de percepção e das noções que formam o "senso comum" nas sociedades dotadas de antagonismo de classes.

A partir de tais elementos potencialmente explosivos que atravessam todas as dimensões da produção simbólica de uma *práxis* socialmente dilacerada é que surge, de um lado, o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominadas e, de outro, a possibilidade de expansão da ideologia revolucionária a partir daquela.¹²

Ao não compreender essa questão, Robert E. Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo com um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no "status quo", situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente. O jornalismo teria, assim, uma função estritamente "positiva" em relação à sociedade civil burguesa, tomada esta como referência universal. Da mesma maneira que ele toma a noção de William James sobre o "conhecimento de trato" como um gênero de saber através do qual o indivíduo reproduz a si mesmo e ao sistema, ele supõe que o jornalismo é uma forma de conhecimento que realiza socialmente as mesmas funções. Nota-se, claramente, que o conceito de conhecimento, tanto num caso como no outro, está limitado ao seu sentido vulgar de "reflexo" subjetivo de uma relação meramente operacional com o mundo, de uma intervenção estritamente manipulatória.

Tal acepção, como é sobejamente sabido, foi transformada numa categoria "respeitável" da epistemologia pelo positivismo e transladada para a sociologia por Dürkheim. Entretanto, se tomarmos o conhecimento como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade, poderemos conceber o jornalismo como uma das modalidades partícipes desse processo e, igualmente, atravessado por contradições. Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer uma contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre a percepção e a coisa ou, se preferirmos, entre a atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendam o universo: "O defeito fundamental de todo o materialismo anterior - inclusive o de Feuerbach - está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma do objeto ou da percepção, mas não como atividade *sensorial humana*, como prática, não de modo subjetivo".¹³

É oportuno assinalar aqui, embora de passagem, que essa tendência em reduzir os fenômenos históricos concretos ao seu papel

"orgânico" no interior do sistema social, tal como fez Park em relação ao jornalismo, encontra algum paralelo em várias correntes da tradição marxista, especialmente no que tange às determinações consideradas superestruturais. Em Lukács temos o conceito problemático de "falsa consciência", que se opõe a "consciência de classe", entendida como "a reação racional adequada que, deste modo, deve ser atribuída a uma situação típica determinada no processo de produção".¹⁴ Como sugere Adam Schaff, a consciência que existe realmente passa a ser uma "falsa consciência", enquanto que a consciência que não existe como algo efetivo no conjunto da classe torna-se a "verdadeira" consciência de classe.¹⁵

Resulta desse enfoque que a consciência realmente existente, que pode ser detectada empiricamente nos indivíduos em situação normal, tem apenas um papel funcional de reprodução da sociedade. Noutras palavras: a consciência revolucionária nasce de uma possibilidade objetiva dada pela estrutura e suas contradições, mas não é *constituída* (pelo influxo da teoria e da ação de vanguarda) a partir dos elementos e contradições originárias e sim como algo externo que anteriormente já existia em sua plenitude. A dialética assim instaurada pressupõe uma concepção ontológica de natureza hegeliana, isto é, sob a égide e a precedência do conceito, o qual é suposto em sua forma pura antes da dinâmica concreta da realidade.

A categoria central da crítica da cultura burguesa feita pela Escola de Frankfurt, especialmente por Adorno e Horkheimer, que sugeriram a expressão "indústria cultural", é a idéia de *manipulação*. No capitalismo desenvolvido, todas as manifestações culturais, orquestradas pela batuta mercantil, tornar-se-iam plenamente funcionais ao sistema de dominação.

Por outro lado, a tese de Althusser sobre os "aparelhos ideológicos de Estado", enfocando o mesmo problema sob, o ângulo das instituições que preservam a dominação de classe, é o desenvolvimento lógico da concepção stalinista de que a base cria a superestrutura para servi-la. Entendendo a história como um

"processo sem sujeito", Althusser concebe as classes sociais como "funções" do processo de produção e, em consequência, os "aparelhos ideológicos de Estado" são correias de transmissão que se movem num único sentido: do todo para as partes.¹⁶ Não é de se estranhar, portanto, que Vladimir Hudec, jornalista e professor tcheco afirme que a atividade jornalística deve ser harmônica com "*as leis objetivas do desenvolvimento social*", estabelecendo desse modo uma funcionalidade de caráter estritamente ideológico do jornalismo com leis naturais de progresso histórico.¹⁷

Se o papel do jornalismo, para Hudec, se insere numa perspectiva dinâmica, mesmo assim ele se torna um epifenômeno da ideologia ou do conhecimento científico. Não é admitido como um modo de conhecimento dotado de certa autonomia epistemológica e, em virtude disso, um aspecto da apropriação simbólica da realidade, o que implica alguma margem de abertura para a significação que ele vai produzindo.

A significação como probabilidade e liberdade

Quando Park relaciona a notícia com a política, ele parece ultrapassar a noção do jornalismo como um fenômeno orgânico do sistema social considerado em sua positividade: "Se bem intimamente ligada a ambas, a notícia não é História nem política. Não obstante, é o material que possibilita a ação política, distinguida de outras, formas de comportamento coletivo".¹⁸ O problema é que o seu conceito de política está, como os demais, no quadro de uma concepção funcionalista, o que lhe retira qualquer dimensão transformadora e propriamente histórica. Mas se colocarmos a afirmação de Park no contexto teórico da *práxis*, tomando a história não apenas como historiografia e sim como um processo de autoprodução ontológica do gênero humano, e tomarmos a política como a dinâmica dos conflitos em torno da qualificação da *práxis* social, o jornalismo vai se revelar sob nova luz. Vai aparecer, então, em seu potencial desalienante e humanizador.

Quando as chamadas tendências "pós-marxistas" do pensamento contemporâneo¹⁹ caem na tentação de fazer a apologia das "pequenas comunidades" como único meio dos indivíduos reencontrarem sua "autonomia", essas correntes estão supondo que a liberdade individual em atribuir significação aos fenômenos, que emana da participação imediata na singularidade do mundo vivido, não pode encontrar sucedâneo. A idéia básica é que o indivíduo não pode ser sujeito efetivo e integral através das mediações criadas pelo aparato técnico-científico a que dão o nome, em alguns casos, de "heteronomia" em oposição à "autonomia", que seria realizável através da vivência imediata.²⁰

Tais concepções esbarram, em primeiro lugar, nas evidências de um mundo humano já universalmente constituído, cujo complexo de mediações não parece passível de regressão.²¹ Em segundo lugar, como indicou Marx, a humanidade só se coloca problemas quando, potencialmente, já existem as condições para equacioná-los. A imprensa, e mais intensamente os meios eletrônicos de comunicação de massa, representam os termos dessa equação. O jornalismo, como estrutura específica de comunicação que daí se origina, inserida no processo global do conhecimento, é a modalidade por excelência que, no dizer de Violette Morin, encerra virtudes cuja intensidade poderá um dia rivalizar com a já conhecida dimensão de seus "vícios". Por isso, a metáfora da "aldeia global" de McLuhan, expurgada de todas as sobreposições e ilações de caráter publicitário-imperialista que lhe atribui o autor, deve ser criticamente recuperada pelo pensamento humanista e revolucionário.²²

É nessa perspectiva que o jornalismo se impõe, de maneira angular, como possibilidade dos indivíduos em participar do mundo *mediato* pela via de sua feição dinâmica e singular, como algo sempre incompleto, atribuindo significações e totalizando de maneira permanente como se estivessem vivendo na imediatividade de sua aldeia.

O conteúdo dinâmico implícito na idéia de singularidade, confere uma característica evanescente à notícia. Do ponto de vista estritamente jornalístico, realmente "nada é mais velho do que uma notícia de ontem", se não for reelaborada com novos dados constituindo outra notícia: a de hoje.

Assim, a importância de um "fato" enquanto notícia obedece a critérios diferentes em relação aos utilizados na hierarquização feita pelas ciências sociais ou naturais, de um lado, e pela arte de outro. Nas ciências, os fatos ou eventos são relevantes à medida que vão constituindo a universalidade.²³ Quanto à arte, os fenômenos que a compõem são significativos na exata proporção de sua ambigüidade enquanto realidades irrepetíveis (singulares) e, ao mesmo tempo, enquanto representação "sensível" da universalidade social onde historicamente estão situados e com a qual estão inevitavelmente comprometidos.²⁴ O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. O jornalismo tampouco elabora uma espécie de representação cujo aspecto singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte, onde o *típico* é o eixo fundamental de contato com a realidade. O processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são *constituídas* no ato de sua produção e comunicação.

O sujeito e o objeto: a dupla face do real

A complexidade do fato jornalístico decorre da contradição inerente à produção do próprio mundo social. Essa contradição nasce da relação axiomática do sujeito com o mundo objetivo, na

mesma medida em que a objetividade vai constituindo o substrato que confere realidade à autoprodução do sujeito. Logo, qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real; assim como a projeção subjetiva não pode ser separada da atividade prática, a revelação das significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade.

É a dimensão objetiva da singularidade que diferencia o jornalismo da arte. Esse compromisso prioritário com a singularidade objetiva impede que o *particular* possa cristalizar-se - pelo menos em regra - enquanto categoria estética, como ocorre na produção artística. Na arte, o *particular resulta de* uma síntese na qual a subjetividade se impõe como ato essencialmente livre do criador. Por outro lado, é a exigência da singularidade em manter-se como tal que impede o jornalismo de tornar-se uma forma de conhecimento científico ou mero epifenômeno da ciência. Mas é, também, a margem colocada ao sujeito para atribuir sentido à atividade social e, portanto, para atribuir significado aos fenômenos objetivos, que situa o jornalismo na contextura referida anteriormente, isto é, frente àquela duplicidade "objetiva-subjetiva" dos fatos que ele trabalha.

O caráter específico dessa "duplicidade", no caso do jornalismo, está nitidamente vinculado, ao mesmo tempo, com nexos de probabilidade (quantitativas) e de liberdade (qualitativas) em relação ao todo social. Para discutir essa especificidade é necessário clarificar a manifestação desse fenômeno no dia a dia do jornalismo.

"Se é o inesperado que acontece - adverte Park - não é o totalmente inesperado que surge na notícia. Os acontecimentos que fizeram notícia no passado, como no presente, são realmente as coisas esperadas, assuntos caracteristicamente simples e comuns, como nascimentos e mortes, casamentos e enterros, as condições das colheitas, a guerra, a política e o tempo. São estas as coisas

esperadas, mas são ao mesmo tempo as coisas imprevisíveis. São os incidentes e acasos que surgem no jogo da vida".²⁵

Parece que a importância social da informação sobre um evento, admitindo-se as premissas discutidas acima, depende de duas variáveis fundamentais: a baixa probabilidade do evento descrito e, além disso, a inserção qualitativa do referido evento na totalidade social em desenvolvimento. Ao indicar que "não é o totalmente inesperado que surge na notícia", certamente o autor está reconhecendo, pelo menos, a insuficiência do enfoque probabilístico.

A inserção qualitativa a que estamos nos referindo só é possível porque há uma dimensão subjetiva da *práxis*, pois não é a sociedade, em si mesma, que possui uma essência teleológica, mas precisamente os homens enquanto seres pensantes.²⁶ Disso decorre que as possibilidades do desenvolvimento histórico não se expressam apenas pela probabilidade mas, em seu fundamento especificamente humano, pela liberdade de opção dos indivíduos. Ao nível mais concreto, pela ação e o conflito das classes e grupos sociais. Portanto, o "preferencial sistêmico" para quantificar a probabilidade de um evento e suas conexões de amplitude e radicalidade com o todo social não é *estritamente objetivo, nem único*. Ele varia segundo os diferentes projetos sociais inscritos como possíveis na concreticidade do presente. Em consequência, a *qualidade* de uma informação envolve exatamente a totalidade do social (o que implica uma projeção) escolhida como referência teórica. Por isso, a noção de sistema é reducionista quando aplicada à sociedade. Retira a historicidade do processo social a partir de premissas objetivistas.

Ao equiparar realidades ontológicas de *ordens* distintas, ou seja, as máquinas de informar e os organismos biológicos com a sociedade humana, está fazendo implicitamente uma opção qualitativa que não quer ou não consegue revelar. Esta opção,

naturalmente, é pela sociedade *positivamente* considerada, isto é, alheia à autoprodução de sua própria essência.

A questão da qualidade da informação que decorre, como vimos, da subjetividade e da liberdade que a história encerra, ultrapassa a noção de sistema e se liga ao conceito de *totalidade concreta*, ao todo considerado em processo de totalização objetiva e subjetiva.²⁷

O significado social de uma informação jornalística está intimamente relacionado tanto ao aspecto quantitativo quanto ao qualitativo. Um evento com probabilidade próxima de zero é jornalisticamente importante mesmo que não esteja vinculado às contradições fundamentais da sociedade. Por exemplo, um homem que conseguisse voar sem qualquer tipo de aparelho ou instrumento.

Um evento de elevada probabilidade, como novas prisões políticas no Chile de Pinochet, é significativo e importante em virtude de seu enraizamento amplo e radical num processo que expressa tendências reais do desenvolvimento social. A significação desse fato, seria desnecessário acrescentar, depende também do aspecto subjetivo: a solidariedade ou oposição as tendências e possibilidades nas quais os eventos estão inseridos. Aqui entra não só a margem de importância que ideologicamente é atribuída aos fatos, como também um espaço determinado de arbítrio ideológico para a própria significação em termos qualitativos. As novas prisões no Chile de Pinochet, para os jornais do governo chileno, podem significar que o regime está disposto a "manter a ordem e a segurança dos cidadãos". Para um jornal liberal podem representar "mais um ato de arbítrio de um governo sem legitimidade". Nas páginas de um jornal de esquerda podem significar que "está se ampliando a resistência revolucionária do povo chileno".

Em que pesem algumas sugestões criativas de Robert E. Park, as bases funcionalistas do referencial teórico que ele adota e, inclusive, suas opiniões explícitas sobre a "função" da notícia, não deixam qualquer dúvida sobre o conteúdo conservador e limitado de

suas concepções. "A função da notícia - diz Park - é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade".²⁸ Entenda-se, evidentemente, o "mundo real" como a forma pela qual ele está estruturado no presente. A "sanidade", compreenda-se como uma mentalidade competitiva, mesquinha e consumista. Por "conservação da sociedade" entenda-se a preservação do capitalismo e do "modo de vida norte-americano".

Notas de Rodapé

- 1) Park, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles, (org.) *Meios de comunicação de massa*. São Paulo, Cultrix, s/d. p. 168-85.
- 2) William James (1842-1910) foi um filósofo e psicólogo norte-americano, principal representante da corrente denominada "pragmatismo", uma das variantes do "empirismo radical". James considerava que as dimensões material e espiritual são apenas dois aspectos de uma realidade constituída pela "experiência", de cuja premissa retirava a idéia de "ação útil" como único critério possível para a verdade.
- 3) JAMES, William. Apud: PARK, Robert E. Op. cit., p.168.
- 4) PARK, Robert E. Op. cit., p.169.
- 5) Ibidem, p.174.
- 6) Ibidem, p.175.
- 7) Ibidem, p.176.
- 8) "(. . .)a *práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade" (p.10). "No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a

essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência *desaparece*" (p.12). In: KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. (Vale assinalar que o conceito de *pseudoconcreticidade* de Kosik, à medida que tenta explicar pelo viés epistemológico os processos produzidos no terreno da ideologia, torna-se bastante discutível. Preferimos considerar que esse conceito não possui o alcance que o autor lhe atribui).

9) Park, Robert E. Op. cit., p.169.

10) (Ver: *Discurso sobre o espírito positivo*, especialmente o item VII, pp.61-63). COMTE, Auguste. *Comte*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

11) O termo *percepção* é tomado, aqui, como aquela apreensão imediata do real que fornece os elementos que, através da generalização em maior ou menor grau, vão constituir os conceitos e as idéias mais abstratas.

12) GENRO FILHO, Adelmo. A ideologia da Marilena Chauí. In: *Teoria e Política*. São Paulo, Brasil Debates, 1985. p.69-88.

13) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Textos. São Paulo, ed. Sociais, 1975. v.1, p.118.

14) LUKÁCS, Georg & SCHAFF, Adam. Sobre o conceito de consciência de classe. Porto, Escorpião, 1973. (Cadernos O homem e a sociedade), p.38.

15) Idem, p.12.

16) Em 1976, num texto intitulado *Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*, Althusser tenta responder às críticas que atribuíram aos seus conceitos certa dimensão "funcionalista", alegando que em seu ensaio de 1969/70 ele sublinhava o caráter "*abstrato*" de sua análise e punha explicitamente no centro de sua concepção a luta de classes. (Ver: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2.ed., Rio de Janeiro, Graal. pp. 109-28). De fato, Althusser reconhecia a existência de contradição nos "AIE", seja em virtude da sobrevivência das ideologias antigas ou da emergência das novas, assim como afirmava a "*primazia de luta de classes* sobre as funções e o funcionamento do aparelho de Estado, dos aparelhos ideológicos de Estado". (Op. cit., pp.109-110). Mas a

questão de fundo é que tais contradições são exteriores ao conceito "*abstrato*" - como ele mesmo admitiu - de Aparelhos Ideológicos de Estado. São realidades sociais definidas pelo seu aspecto não-contraditório, o que impede de apreendê-las concretamente na sua dinâmica intrínseca. Mais tarde, num texto datado de 1972, 'Elementos de autocrítica', Althusser chega a reconhecer um dos aspectos fundamentais de seu equívoco teórico: a oposição entre ciência e ideologia. Essa oposição está na base do conceito de "AIE" e do seu caráter "orgânico-funcionalista". Mas Althusser não vai mais longe. (Ver: Althusser, Louis. *Resposta a John Louis/Elementos de autocrítica/Sustentação de tese em Amiens*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. (Posições 1).

17) HUDEC, Vladimir. *O que é jornalismo?* Lisboa, Caminho, 1980. (Col. Nosso Mundo) p.44.

18) PARK, Robert E. Op. cit., p. 176.

19) Podemos citar nesse campo, Cornelius Castoriadis, André Gorz, Ivan Ilitch, Daniel Cohn-Bendit e tantos outros. As teses mais proeminentes do chamado "pós-marxismo" estão localizadas numa confluência de três correntes: um marxismo com acento autogestionário, a tradição anarquista e os movimentos pacifistas e ecológicos.

20) Ver Ilitch, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa, Europa-América, 1976; GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1982.

21) O próprio Castoriadis reconhece as conseqüências globais de qualquer tipo de regressão das forças produtivas, o que aponta a dimensão utópica de propostas desse gênero: "É preciso levar em conta que não há praticamente *nenhum* objeto de vida moderna que de um modo ou de outro, direta ou indiretamente, não implique eletricidade. Essa rejeição total é talvez aceitável - mas é preciso sabê-lo e é preciso dizê-lo". In: CASTORIADIS, Cornelius & COHN-BENDIT, Daniel. *Da Ecologia à autonomia*. São Paulo, Brasiliense, 1981. pp.25-6.

22) Sobre as concepções de McLuhan, Enzensberger observou: "Intuitivamente, pelo menos, conseguiu maior discernimento das

forças produtivas dos meios de comunicação do que todas as comissões ideológicas do PUCS em suas intermináveis resoluções e diretrizes. Incapaz de formular qualquer teoria, McLuhan não consegue dar sentido a seu material, estabelecendo-o como denominador comum de uma reacionária doutrina de salvação. Se bem que não seja seu inventor, pelo menos foi o primeiro que expressamente formulou uma mística dos meios de comunicação, mística essa que transforma em fumaça todos os problemas políticos, iludindo seus seguidores. A promessa dessa mística é a salvação da humanidade através da tecnologia da televisão, e precisamente dessa que se pratica hoje em dia. O intento de McLuhan, ao tentar virar Marx pelo avesso, não é exatamente algo de novo. Partilha, com seus numerosos antecessores, da decisão de suprimir todos os problemas da base econômica, e do intuito idealista de minimizar a luta de classe no azul celeste de um vago humanismo. Tal e qual um novo Rousseau - débil reflexo, como todas as cópias - proclama o evangelho dos novos primitivos, convidando à volta a uma existência tribal pré-histórica na 'aldeia global', se bem que em um nível mais elevado". In:

ENZENSBERGER, Hans-magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.

(Biblioteca Tempo Universitário) p.116. Ver também:

FINKELSTEIN, Sidney. *McLuhan: a filosofia da insensatez*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

23) Deve-se fazer uma ressalva para a discussão que se trava em torno da Antropologia, sobre suas tendências universalizantes e particularistas. Mesmo quando a antropologia busca a reconstituição específica de realidades sociais particulares, ela parece fazê-lo através de um processo teórico que visa apreender a concreticidade dos fenômenos estudados por um movimento de dupla direção: de um lado, a especificação do objeto, de outro a revelação das universalidades que o compõem intimamente. Até a história, que precisa fazer o mais completo inventário dos acontecimentos singulares, deve fazê-lo sob o prisma da universalização dos conceitos e categorias capazes de estabelecer nexos e dar sentido aos

atos. "Disseram que a física se ocupa da queda dos corpos, e zomba das quedas dos corpos singulares, a queda de cada folha a cada outono. enquanto a história se ocupa dos fatos singulares. É um erro, pois, o que corresponderia à queda de cada folha não é o acontecimento histórico, como por exemplo, o casamento no século XVII ou em outros, mas sim o casamento de cada um dos súditos de Luís XIV . . . Ora, a História se ocupa disso tanto quanto a Física da queda de cada um dos corpos . . ." In: VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças / História e sociologia*, São Paulo, Brasiliense, 1983. p.52.

24)

25)

26)

27)

28)

CAPÍTULO IV

Do funcionalismo à teoria geral dos sistemas

A idéia de *sistema* tem uma longa história nas ciências sociais. Iniciando pela analogia mecânica, a sociologia percorreu modelos cada vez mais complexos, passando por Herbert Spencer (orgânico) e algumas versões funcionalistas mais elaboradas, chegando à analogia cibernética e aquilo que tem sido denominado "Teoria dos Sistemas" ou "Teoria Geral dos Sistemas".¹

Os adeptos dessa teoria advogam que se trata de uma verdadeira revolução nas ciências sociais, à medida que o modelo cibernético implicaria algo novo, derivado diretamente de necessidades técnicas e descobertas científicas que convergem para a idéia de totalidade. Em parte, de fato, cabe-lhes razão. A crescente integração do aparato tecnológico e das determinações econômicas da sociedade contemporânea, cada vez mais articulados e interdependentes, exige que os processos sejam abordados em conjunto, como uma totalidade complexa, e não mais como uma

soma de partes relativamente autônomas. De outro lado, as ciências naturais, em especial a Biologia molecular, indicam a necessidade de conceitos e teorias que consigam dar conta das modalidades "cibernéticas" dos fenômenos que vão sendo desvendados.

No entanto, no plano da filosofia, a idéia de totalidade não é nova e contém uma riqueza de determinações que os "sistemistas" ainda não alcançaram. O significado dessa categoria na dialética hegeliana - e depois no marxismo - ultrapassa largamente o sentido objetivista que lhe é atribuído pela cibernética, embora seja menos preciso e operacionalizável que a moderna idéia de sistema.

Norbert Wiener foi o primeiro a apontar as implicações mais gerais da cibernética.² Embora desde a década de trinta a Biologia tenha começado a utilizar o conceito de sistema em seu sentido atual, a partir do desenvolvimento dos computadores é que se constituíram as condições para uma utilização mais ampla dessa categoria e, mesmo, para torná-la mais definida em suas qualidades básicas, tanto funcionais como estruturais. A partir daí, o "sistemismo" poderia iniciar o seu percurso de legitimação filosófica sem, a princípio, declará-lo formalmente, mas apenas pela progressiva expansão de sua aplicabilidade técnica e teórica.

A partir da década de cinquenta, as máquinas "deixam de ser destinadas apenas aos cálculos científicos e passam a ser empregadas em toda espécie de tratamento lógico das informações. Os 'calculadores eletrônicos' adotam então e, sobretudo nesses casos, o nome de 'ordenadores' ou, mais vulgarmente, computadores".³ A ciência que se desenvolveu em torno do problema desse processamento, transmissão e armazenamento automático das informações, classificada como um ramo da cibernética, foi denominado de Informática. A Teoria da Informação, voltada para o estudo do comportamento estatístico dos sistemas de comunicação, assume uma generalidade e uma abstração mais elevada, fornecendo também certas premissas teóricas para o que viria a ser, mais tarde, a Teoria Geral dos Sistemas, com sua suposta abrangência universal.

Norbert Wiener percebeu, com a cibernética, que estava sendo desencadeado um processo de consequências previsíveis em termos de automação, mas imprevisíveis em diversos campos da sociedade. De qualquer modo, observou que seus efeitos seriam profundos e definitivos na história humana, tanto na relação dos homens entre si como na relação da sociedade com a natureza. Wiener chegou a observar que os processos de comunicação assumiriam um peso crescente nos padrões de comportamento e no sistema social como um todo.⁴ Podemos dizer, hoje, que ele não exagerou nas perspectivas apontadas.

Partindo, tal como fez Wiener, da semelhança (em certos aspectos considerados fundamentais) entre os homens e as máquinas de informação - e tomando as diferenças apenas como graus de complexidade estrutural ou organizacional - a Teoria dos Sistemas propõe categorias de análise que, efetivamente, são mais flexíveis que os modelos anteriormente utilizados pela sociologia de tradição empirista e positivista. Trata-se de uma proposta que possui tanto uma dimensão filosófica (embora não se reconheça explicitamente como filosofia), como uma dimensão metodológica e operatória.

Nesse sentido, conforme alguns de seus defensores, seria um prolongamento da tradição dialética na busca de uma racionalidade totalizante, mas com um rigor e uma precisão que as dialéticas hegeliana e marxista não teriam conseguido atingir. Essa tese, entretanto, é apenas uma auto-ilusão teórica do "sistemismo", pois a dialética hegeliana-marxista concebe uma teleologia de outra ordem. Considera que os fins da sociedade não decorrem das propriedades universais dos sistemas, mas são produzidos *na própria história*. No caso de Hegel, como realização e revelação do "Espírito Absoluto" que subjaz à atividade histórica dos homens. Para Marx, como resultado da práxis, através de homens concretos e reais, em consonância com as tendências que nascem da vida material e de sua necessária reprodução.

O problema central da Teoria dos Sistemas é o "controle" dos fenômenos complexos, considerados multidimensionais, infinitamente variáveis e auto-reguláveis. Trata-se de uma metodologia sustentada por um conjunto de teorias de alcance geral e médio que procura, através de categorias analíticas, dar conta, cientificamente, dos fenômenos referidos. Descobrir os princípios e leis gerais de todos os sistemas, seja qual for sua natureza ou composição especial, constitui sua meta primordial. Nessa busca de identificação de fenômenos e processos tão díspares, a tentativa de produzir modelos matemáticos possui importância decisiva, pois significa um meio efetivo de encontrar a objetividade comum a diversos campos da realidade.

Há duas noções básicas envolvidas nessa teleologia inerente aos sistemas: a integridade e a funcionalidade. A partir delas, considerando a sociedade humana como um "sistema sócio-cultural", poderíamos, então, extrair certas consequências teóricas e práticas no campo da sociologia. A consequência teórica mais importante é a redução ontológica efetuada na história e na sociedade, que passam a ser enfocadas como processos exclusivamente objetivos. Estarão presentes, então, as premissas fundamentais da epistemologia positivista e de uma sociologia coerente com a tradição do funcionalismo.

A teoria dos sistemas e a dialética

Tomemos, inicialmente, a semelhança fundamental entre os homens e as máquinas de informar, apontada por Wiener e reconhecida como pressuposto metodológico pela Teoria dos Sistemas. O paradoxo implícito nessa tese foi indicado por Raymond Ruyer:

"O paradoxo resulta claro, no entanto, ao compararmos as duas teses enunciadas por N. Wiener. A primeira delas é a de que as máquinas de informação não podem ganhar informação: não há, nunca, mais informação na mensagem que sai de uma máquina do que na mensagem que lhe foi entregue. Praticamente, haverá menos,

devido aos efeitos, dificilmente evitáveis que, segundo as leis da termodinâmica, aumentam a entropia, a desorganização, a desinformação. O segundo é a de que os cérebros e os sistemas nervosos são máquinas de informação, sem dúvida mais aperfeiçoadas que as máquinas industrialmente construídas, mas da mesma ordem que aquelas, e que não são dotadas de qualquer propriedade transcendente ou que não possa ser imitada por um mecanismo".⁵

O paradoxo é, de fato, evidente: não haveria nunca mais informação à "saída" do cérebro do que à "entrada". Qual seria, portanto, a origem da informação que os homens transmitem entre si, que alimenta o pensamento e que os distingue do restante no mundo natural? Se a informação que permeia as relações humanas, é produzida, exclusivamente, pelo "sistema sócio-cultural" entendido como totalidade, teremos, em consequência, a impossibilidade da ação efetiva dos homens sobre a história, já que eles seriam apenas "transmissores" e "portadores" de um sentido absolutamente intangível. O resultado seria a eterna recorrência do conhecimento e da consciência humana como *atualização* e *realização* das finalidades de integração e funcionalidade inerentes à objetividade do sistema. Algo comparável à tese de Hegel sobre a relação da atividade dos homens na história com o desenvolvimento do "Espírito" no tempo, mas infinitamente menor em sua grandeza teórica e potencialidades metodológicas no terreno das ciências sociais.

Não se pretende afirmar, em contrapartida, que cada indivíduo seja o produtor soberano e a origem absoluta da informação. Mas tão somente que os indivíduos - como realidades irreduzíveis que são - não podem ser dissolvidos, nem no suposto "Espírito Absoluto" que subjaz à história, nem nas relações sociais em que estão integrados. Muito menos, na dimensão sistêmica na qual eles são funções e partes. Se, do ponto de vista epistemológico, o todo é superior às partes, temos que admitir que, em certo sentido, o todo é tanto superior quanto inferior às partes. Isso quer dizer que a *superação*

nasce de um duplo movimento real e concomitante: do todo para as partes e destas para o todo. Aliás, a própria idéia de *totalidade*, na acepção da dialética marxista, implica um todo estruturado que se desenvolve e se cria, e não na simples pressuposição *holista* de que o todo é superior à soma das partes.⁶ Ora, se o todo se desenvolve e se cria, sendo por isso uma *totalidade dialética*, isso envolve contradições internas que são as verdadeiras fontes do desenvolvimento e da transformação, o que contraria a idéia de uma antologia meramente funcional das partes em relação ao todo.

O "sistemismo" se propõe a superar o funcionalismo, à medida que acusa este de privilegiar ou absolutizar a dimensão de complementariedade e funcionalidade do sistema, relegando os conflitos e contradições para o terreno da anomalia ou da patologia. Noutro sentido, o sistemismo se dispõe a substituir a dialética. Não obstante, no pensamento sistêmico existe um limite para o conflito. Isto é, os conflitos existem, mas são sempre superáveis e manejáveis, de forma a não levar à ruptura do sistema. Seria, assim, uma espécie de dialética não antagônica ou, como afirma Pedro Demo, o sistemismo fica apenas com o pé não antagônico da dialética.⁷

Portanto, temos já dois aspectos que diferenciam a Teoria dos Sistemas da dialética: a questão das contradições, que ficam reduzidas a conflitos não antagônicos, e o problema do sujeito histórico que, como vimos, fica relegado ao papel de agente do sistema, subordinado essencialmente a ele. "A máquina só pode funcionar, - diz Ruyer - não pode nunca determinar por si mesma a totalidade das regras que aplica e sim apenas uma parte, estritamente prevista no conjunto de suas montagens e não realmente escolhida".

A Teoria Geral dos Sistemas tem como pressuposto, de fato, uma redução qualitativa do "sistema sócio-cultural" aos sistemas em geral, isto é, às propriedades gerais dos sistemas biológicos ou das máquinas cibernéticas produzidas pelo engenho humano. Contudo, estes últimos são incapazes de se determinar quanto aos seus fins.

Os sistemas biológicos são escravos da genética, dos instintos que a expressam e confirmam, e da probabilidade a que são redutíveis. Os sistemas produzidos artificialmente pelos homens não possuem um sentido "enquadrante", como acontece com os indivíduos e a sociedade, mas um sentido "enquadrado" por estes. Ou seja, tanto os sistemas biológicos como os artificiais não se autoproduzem, como totalidades conscientes que, através da história, constróem o seu próprio "sentido". Os sistemas biológicos ou as máquinas de informação apenas se *reproduzem* como realidades já dotadas previamente - respectivamente pela natureza ou pelos homens - de um sentido que as submete e direciona.

O "princípio da totalização", tal como é entendido na Teoria dos Sistemas, pretende um enfoque estritamente objetivo, independente do homem como sujeito. Vejamos o que diz Karel Kosik:

"O ponto de vista da totalidade concreta nada tem em comum com a totalidade holística, organicista ou neo-romântica, que hipostasia o todo antes das partes e efetua a mitologização do todo. A dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto à própria determinação da totalidade pertencem a gênese e o desenvolvimento da totalidade, o que, de um ponto de vista metodológico, comporta a indagação de como nasce a totalidade e quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação do conteúdo mas também criação do todo". E mais adiante: "A criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes".⁹

O "princípio da totalização" que propõe a Teoria dos Sistemas não é o mesmo da dialética, pois elimina o homem como sujeito da

história ao invés de confirmá-lo. Ao igualar qualitativamente todas as *totalidades* (inclusive a sociedade humana) enquanto *sistemas*, a "totalização", neste caso, aponta para uma compreensão estritamente formal e objetivista da realidade, ficando abolido o próprio sujeito que realiza a totalização pelo pensamento. Se o capitalismo é um sistema integrado e articulado que tende a reproduzir-se à margem de fins humanos conscientemente definidos, nem por isso a história, enquanto *totalidade* que possui um passado e futuros possíveis, pode ser reduzida ao automatismo sistêmico desse modo de produção. Voltemos a nos socorrer de Kosik:

*"O homem existe sempre dentro do sistema, e como sua parte integrante é reduzido a alguns aspectos (funções) ou aparências (unilaterais e reificadas) da sua existência. Ao mesmo tempo, o homem está sempre acima do sistema e - como homem - não pode ser reduzido ao sistema".*¹⁰

É verdade que o princípio de auto-regulação e orientação-para-fins, que constitui um dos pressupostos da Teoria dos Sistemas, implica a tendência que se manifesta em todos os sistemas e, inclusive, no "sistema sócio-cultural". Entretanto, a generalidade, aqui, esconde uma omissão fundamental. Seria como dizer que a essência do homem é o fato dele ser dotado de vida. Teríamos, então, qualitativamente falando, a conclusão de que os homens diferem das plantas, dos insetos e dos lobos apenas em grau de complexidade biológica. Retornaríamos, desse modo, a uma forma de materialismo primitivo e ingênuo. A auto-regulação na sociedade humana não se esgota em fins que possam ser apreendidos de antemão. Os fins humanos na história não podem ser reduzidos à mera auto-regulação e reprodução do "sistema sócio-cultural".

Em síntese, a Teoria dos Sistemas dilui a especificidade qualitativa da sociedade humana. A história fica prisioneira de um círculo vicioso: os fins se explicam pelo sistema, que se explica pela auto-regulação, que, tal como um cãozinho que morde o próprio rabo, explica os fins...

Os pressupostos éticos que podem ser extraídos da Teoria dos Sistemas, à medida que pretende incluir a sociedade e a história, não admitem a perspectiva de rupturas qualitativas radicais. Os critérios antológicos de "integração" e "funcionalidades" não deixam margem para uma crítica ética e política que tenha origem em valores criados historicamente pelas classes sociais e pelos indivíduos. A fronteira entre os aspectos estruturais e funcionais fica dissolvida em parâmetros formais estritamente quantitativos, induzindo a que se pense a *revolução* nos limites da *normalidade evolutiva e cotidiana*, sendo esta, então, falsamente elevada ao patamar da mudança qualitativa.

A informação e a dialética da qualidade-quantidade

O que parece não ter sido percebido pelos defensores da Teoria Geral dos Sistemas, pelo menos em suas conseqüências fundamentais, é a distância entre a natureza histórico-social dos homens (como seres que se autoconstroem) e a natureza propriamente dita. Esta é o ponto de partida e objeto daquela, o que estabelece uma ponte entre ambas, mas um abismo ainda maior. Não se pretende afirmar, com isso, que a realidade humana seja dotada de uma essência que transcende o nosso mundo, mas tão somente que o ser humano é o único *sujeito* do universo. E se é verdade que ele apresenta essa superioridade ontológica, a generalidade de quaisquer categorias que o homogeneizem em relação ao restante do universo não será capaz de dar conta de sua essência.

Eis aqui, mais claramente, a limitação teórica da Teoria dos Sistemas quando pretende dar conta, de maneira exaustiva, dos processos biológicos, das simulações cibernéticas e, ao mesmo tempo, da sociedade humana. A Teoria Geral dos Sistemas, portanto, é vítima de sua pretensão descabida. A identidade universal dos sistemas antientrópicos, que é seu pressuposto, esconde a singularidade do processo histórico-social, isto é, o homem como ser que se originou da *práxis* e caminha sobre ela.

Por outro lado, a mútua redução entre informação e probabilidade, realizada pela Teoria da Informação, adquire outro sentido no contexto das relações constituídas na *práxis* humana. Para o homem, um ser que se constrói criticamente, a consciência da probabilidade, sendo um aspecto do ato cognitivo propriamente dito, é apenas um pressuposto do ato prático. O pressuposto da cibernética é a unidade existente entre os sistemas antientrópicos, de um lado, e, de outro, todo o restante do universo dotado de entropia positiva. Desvendando assim, abstratamente, uma contradição sumamente importante, entre uma porção da realidade que, dentro de certos limites, tende para manter e reproduzir sua auto-organização, e o restante do universo que caminha para a desorganização e o caos. Trata-se, certamente, de uma teoria que abrange aspectos bastante amplos da realidade, retomando uma unidade que foi sendo perdida pela particularização divergente das especialidades científicas. Não há como subestimar a importância e a amplitude das descobertas patrocinadas pela cibernética em todos os campos da ciência e, muito menos, dos avanços técnicos que ela potencializa.

No entanto, o universo antientrópico não é contínuo, possuindo uma ruptura que, do ponto de vista filosófico, é mais essencial do que sua contradição com o universo em decadência. Trata-se do fenômeno humano que, dotado de consciência, elevou-se acima do mundo físico, da objetividade em geral, não só porque é capaz de pensar esse mundo, mas igualmente de produzi-lo como realidade apropriada, como realidade humana e humanizada.

Logo, o que explica a realidade não é a "totalidade sistêmica" e sim a "totalidade de concreta" não é a "informação" e sim a "*práxis*". Essas são as categorias que expressam o axioma teórico fundamental para desvendar o mundo e suas conexões mais gerais. A *práxis* expressa a síntese mais profunda da relação entre o homem e o universo, na medida em que capta tanto a diversidade como a unidade, de um ângulo ontologicamente superior, ou seja, do ângulo

da apropriação crescente do mundo natural pela atividade e o pensamento humanos.¹¹

Na verdade, a aplicação da Teoria da Informação ao fenômeno da comunicação social e, mais especificamente, ao fenômeno jornalístico¹², pressupõe - de maneira explícita ou não - aceitação das teses da Teoria Geral dos Sistemas. Tal transposição tem, ideologicamente, uma base de classe. Trata-se de uma abordagem que interessa à burguesia como classe dominante que pretende eternizar as relações capitalistas de produção. A finalidade política intrínseca a esse aporte teórico - e em certa medida seu efeito - é a manipulação e o controle, a redução das classes dominadas e dos indivíduos em geral a simples elementos derivados das equações econômicas e políticas do poder, isto é, a máquinas produtivas perfeitamente previsíveis em seus atos.

Há uma hierarquia de contradições na sociedade, mas os processos se conjugam e alternam sua principalidade definindo conjunturas, abrindo-se, então, diferentes possibilidades para a ação consciente dos sujeitos, os quais nunca são neutralizados completamente pela lógica reprodutiva do sistema enquanto tal. Isso torna o "sistema social" qualitativamente diferente dos modelos cibernéticos e demais sistemas conhecidos, na medida em que se fundem níveis da realidade social numa mesma totalidade histórica tangível aos sujeitos.

A incompreensão da especificidade do homem como síntese dos diversos níveis de sua existência objetiva e subjetiva, isto é, de sua natureza biológica, antropológica e, sobretudo, histórica (econômica, cultural, política, ideológica e ética) induz a graves distorções teóricas. A tentativa de aplicação da Teoria da Informação para explicar o fenômeno jornalístico é uma delas. Há uma frase muito difundida nos manuais de jornalismo que pode ilustrar, através de uma caricatura, o problema apontado: "Se um cão morde um homem não é notícia, mas se um homem morde um cão então temos uma notícia". Realmente, a probabilidade de que um

homem avance a dentadas contra um cão é bem menor, por exemplo, do que a probabilidade de novas violações dos direitos humanos pelo exército salvadorenho. Portanto, a primeira notícia seria mais importante, do ponto de vista jornalístico, do que esta última, na medida em que contém maior quantidade de informação, segundo os critérios matemáticos da Teoria da informação. No entanto, é fácil perceber que a notícia sobre El Salvador tem mais significado e importância, pelo fato de conter mais universalidade e estar ligada às contradições fundamentais de nossa época. Por isso, embora seja um evento de maior probabilidade, o que na Teoria da Informação significa menos informação, será uma notícia qualitativamente superior.

Na sociedade, nem tudo que representa muita informação em termos matemáticos (eventos de pouca probabilidade), revela-se significativo no processo global das relações sociais. Em se tratando da sociedade, não importa unicamente o aspecto quantitativo da informação para que seja eficaz e significativa. Interessa, antes, que ela esteja vinculada aos processos fundamentais e suas contradições. A dialética entre qualidade e quantidade aparece, aqui, em sua riqueza e amplitude.

O processo global que serve como critério de qualificação das informações é a própria *história*, dimensão totalizante do ser e do fazer humanos. Enfim, se um homem qualquer morde um cão qualquer, isso não terá maior significado por ser um fato singular que não contém a necessária universalidade. Não indica uma tendência na evolução ou na transformação da sociedade. É evidente que, se muitos homens começarem a morder os cães, a qualidade de tais notícias será alterada pela quantidade. O mesmo acontecerá, por exemplo, se o presidente dos Estados Unidos tomar essa atitude, embora fosse um caso isolado. Então, se o *singular* é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. O *singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo.*¹³

O jornalismo e a teoria da informação

A importância da informação jornalística parece estar ligada, essencialmente, não aos fenômenos de baixa probabilidade em geral, como quer a Teoria da Informação, mas a eventos *significativos* (o que implica a qualidade) situados na faixa de *indeterminação* do processo social.

De um modo geral são os acontecimentos previsíveis que fazem notícia, ou seja, os fenômenos que aparecem como possíveis, embora não possam ser determinados de antemão em sua forma e mesmo no seu conteúdo preciso. Porque são esses fatos que, normalmente, estão dentro de um contexto de significação histórica.

Os fatos cuja *determinação* pode ser previamente admitida com segurança não constituem, em geral, notícias importantes. Um acontecimento com uma virtual probabilidade de 100% (embora isso, a rigor, seja impossível) não apresenta, em geral, interesse jornalístico. O fato de que o comércio vai funcionar normalmente numa segunda-feira não merece ser noticiado. Embora isso possa ter interesse jornalístico se estivermos em meio a uma greve geral.

Por outro lado, o grau de probabilidade de um evento envolve *uma das variáveis* que hierarquizam a importância de uma informação jornalística. Um fato de probabilidade extremamente baixa, mesmo que não ocorra numa hierarquia relevante dos processos sociais, pode transformar-se em algo significativo. O fato de um homem qualquer apresentar, por exemplo, poderes paranormais é, por si mesmo, um fenômeno de real interesse jornalístico. Não se trata de uma mera curiosidade ou simplesmente de um fato insólito para vender jornais, embora, normalmente, seja tratado dessa forma pela imprensa capitalista. Há, ou pode haver, um conteúdo de universalidade latente nas singularidades extremas ou aberrantes. O "insólito", o "sensacionalismo", o "acredite se quiser", que aparecem na imprensa, não indicam que o singular é necessariamente uma feição do real que se presta a mera manipulação, mas, apenas, que ele pode ser manipulado e arrancado

de sua relação efetiva com as particularidades e universalidades reais, para funcionar como suporte das configurações propostas pela ideologia dominante. Nesse caso, o singular pode servir para falsear, totalidades, simular contradições inexistentes, esconder outras efetivamente existentes, além de dissimular tendências reais e apontar outras que são falsas.

Se temos um jogo de futebol entre duas equipes, *A* e *B*, sendo que *A* é reconhecidamente superior e sempre venceu a equipe *B* com larga vantagem, o resultado mais Importante, jornalisticamente, seria a vitória dá equipe *B* por 8 x 0 e não o inverso. A vitória surpreendente da equipe *B* coloca potencialmente algumas questões que tendem à universalidade, à conexão com outros fenômenos e à mudança de conceitos estabelecidos. Teria havido corrupção? Boicote dos jogadores da equipe *A* que estavam com os salários atrasados? A equipe *B*, por algum motivo técnico ainda obscuro, teria se tornado repentinamente mais eficaz? Qual a lógica, desta vez, da sabida falta de lógica do futebol? O que é o futebol, afinal?

Porém, uma coisa é certa; uma greve geral no país, o suicídio de uma personalidade pública ou a aprovação de uma nova lei sobre a reforma agrária, em geral, serão notícias mais importantes que qualquer resultado (puramente esportivo) do jogo entre as equipes *A* e *B*. A prioridade, neste caso, tem sua justificativa na questão da totalidade histórico-social como um todo estruturado, envolvendo uma determinada hierarquia dos seus processos. A natureza da informação jornalística está intimamente ligada aos dois aspectos: 1) a indeterminação real dos processos sociais e naturais; 2) a qualidade e o grau das possibilidades concretas de escolha que se colocam para os homens diante das alternativas nascidas da indeterminação do processo objetivo que eles vão constituindo. A isso pode-se chamar, em sentido filosófico, *liberdade*.

O conceito de liberdade, compreendido nessa dimensão teórica, é completamente exterior e alheio ao sistemismo. As distintas possibilidades concretas de totalização da história, que se

colocam aos sujeitos, implicam a dimensão qualitativa da informação, o que não ocorre nos sistemas biológicos ou cibernéticos, cujas possibilidades de desenvolvimento não incluem a questão da *liberdade*.

O problema fundamental da transposição, para a sociedade, das noções da Teoria da Informação, buscando definir a notícia jornalística pelos critérios matemáticos da probabilidade, é exatamente a natureza singular do "sistema social". O conceito de sistema, como já foi visto, não consegue dar conta da sociedade como *totalidade concreta*, mas apenas de alguns aspectos de sua manifestação. A idéia de sistema (ver especialmente Buckley) pressupõe finalidades objetivamente consideradas, o que significa um "projeto" plenamente manipulável do ponto de vista externo. Ora, a sociedade não apresenta um desenvolvimento teleológico objetivamente dado. São os homens, através do trabalho, que atribuem aos seus atos uma perspectiva teleológica. Os projetos humanos, individuais ou coletivos, não são determinados pela realidade objetiva, mas apenas *condicionados* por ela e determinados subjetivamente. A consciência, como "momento separatório", é o lugar da produção relativamente arbitrária das finalidades no interior da práxis coletiva. O conceito de sistema propõe, por conseguinte, a exterioridade na consideração das finalidades, o que é avesso à essência do existir e do fazer-se do homem na história.

Entre a crítica e a manipulação

Uma das poucas tentativas de discutir o jornalismo, numa perspectiva crítica e anticapitalista, a partir dos conceitos oriundos da cibernética, é o livro de Camilo Taufic, *Periodismo y lucha de clases*.¹⁴ Nas abordagens conservadoras, os conceitos da cibernética coincidem perfeitamente com os objetivos políticos e ideológicos que lhe são subjacentes. Na tentativa de Taufic, porém, a saída encontrada foi um ecletismo mal costurado somado a obviedades políticas e ideológicas.

Segundo Taufic *"se informa para orientar en determinado sentido a las distintas clases y capas de la sociedad, y con el propósito de que esa orientación llegue a expresarse en acciones determinadas"*.¹⁵ (Grifo meu). Aqui ele já atribui à informação um significado meramente "sistêmico", apartado da práxis de autoconstrução humana, a qual envolve a apropriação prática do mundo e o conhecimento como sua apropriação teórica. A informação que circula na sociedade, para o referido autor, é apenas instrumento de orientação e controle. A impossibilidade de realizar uma crítica eficaz e profunda a partir de tais pressupostos coloca, de imediato, Taufic diante da necessidade de se socorrer de outros princípios absolutamente alheios aos da cibernética: "La comunicación dejó de ser comunión desde el momento en que se inició la exploración del trabajo ajeno". E prossegue, mais adiante: "Este desequilibrio transformó la comunicación en información, en el sentido aristotélico del término, esto es, en "imposición de formas." ¹⁶

Essa distinção parte de um pressuposto metafísico. É forçoso reconhecer que qualquer trânsito de informação entre os homens implica comunicação, pois os indivíduos são duplamente produtores de informação. Primeiro, analiticamente, em sua relação elementar e empírica com o exterior. Depois, a partir das suas relações mediadas pelo universo de significados, ou seja, pelas informações já elaboradas e codificadas, sendo incluídos aqui a linguagem, os conhecimentos acumulados e a totalidade dos significados configurados pela cultura. É evidente que esses dois níveis só podem ser distinguidos sob o ângulo analítico, através da abstração, pois existem interpenetrados e dialeticamente relacionados.

É o próprio, Taufic quem declara seu ecletismo teórico:

"Al considerar la dirección de los procesos sociales - y sus relaciones con la información - se pone de manifiesto la necesidad de combinar el enfoque cibernético abstrato con el análisis del contenido de los fenómenos, puesto que la dirección social tiene

carácter político y está relacionada con todos los aspectos de la vida económica y cultural. La cibernética no puede abarcar toda la complejidad de esos procesos; sólo permite evidenciar algunos rasgos generales de la dirección de la vida social, y el papel que le corresponde en ellos el periodismo".¹⁷

O mais grave é que o autor, mesmo reconhecendo "que la dirección social tiene carácter político y está relacionada con todos los aspectos de la vida económica y cultural", acredita que a cibernética pode evidenciar o papel do jornalismo nesse processo. A partir daí, o fenômeno jornalístico passa a ser definido pelas suas tarefas ou, se quisermos, pelas *funções* que ele cumpre na reprodução e manutenção do sistema. Quer dizer, o jornalismo é definido por aquilo que as classes dominantes fazem dele.

"Su objetivo es el conocimiento del 'estado del sistema dirigido', para lo cual recolecta y distribuye noticias en todos los ámbitos de la sociedad; luego, permite a la clase dirigente 'elegir la marcha deseable para el proceso en relación con el estado del sistema', y, seguida, hace posible las correcciones, detectando en la base social y en los organismos estatales todo sintoma que indique que 'el proceso marcha indebidamente'. El periodismo es, pues, una forma de dirección política, y su carácter de clase está determinado por el de la organización social".¹⁸

Com essa definição, ficamos, literalmente, numa situação sem saída. O jornalismo torna-se, exclusivamente, uma forma de direção política e perde completamente sua especificidade como modalidade de conhecimento social. Trata-se de uma redução que se origina de pressupostos equivocados. Vejamos o que diz Ilya B. Novik, citado por Taufic:

"La categoría fundamental de la cibernética, que establece la unidad de los procesos de dirección y comunicación, tiene su fundamento en el concepto de información como reflexo. La dirección es un proceso que ordena objetos materiales: la información está relacionada con el ordenamiento del reflejo, que

*expresa las leyes que rigen el movimiento de la materia; por conseguinte, es natural que del nexo entre substancia material y reflejo surja la unidad de los procesos de dirección e información".*¹⁹

À medida que o "sistema social" é uma totalidade em processo de totalização, ou seja, em processo de autoconstrução, a própria idéia de uma unidade entre *substância material e reflexo é problemática*. Trata-se de uma conseqüência da tese equivocada de Lênin sobre o conhecimento apenas como "reflexo" da objetividade. Se o conhecimento fosse reflexo do ordenamento material da realidade, a informação seria, efetivamente, apenas o "*ordenamiento del reflejo*". A conseqüência, na sociedade humana, seria uma perfeita unidade entre os processos de direção e a informação. Entretanto, não é isso o que ocorre. Essa unidade, aliás, só pode ser concebida abstratamente pela cibernética, do ponto de vista da manipulação dos sistemas, pois exige duas condições que, a rigor, são concebíveis apenas abstratamente: a fixidez qualitativa do sistema e, além disso, a subsunção absoluta das partes no todo. Com relação à sociedade, entretanto, essas condições não são sequer concebíveis, à medida que significam a negação da existência histórica da humanidade. Não só a comunicação social é empobrecida, como o jornalismo é integralmente desqualificado e condenado, inexoravelmente, à função manipulatória.

Assim, a, conclusão política do autor torna-se, na melhor das hipóteses, patética. Ele afirma exatamente o oposto daquilo que permitem as premissas teóricas que desenvolveu:

"Mientras el periodismo burgués, quiere establecer 'el control social' y la 'regulación social' a través de la información, utilizando cualquier medio para lograrlo, la prensa socialista - en cambio está concebida como 'un medio de educacion y cohesión de las clases realmente avanzadas', pues 'cuando las masas lo conocen todo, pueden juzgar de todo y se resueven concientemente a todo' (Lenin),

sin que nadie pueda manipularlas como a una máquina sin voluntad ni conciencia". ²⁰

Ora, se o jornalismo é apenas uma forma de direção política, não é necessário que as massas conheçam tudo e, então, decidam conscientemente sobre todas as questões. É preciso, tão somente, que elas saibam aquilo que necessitam para sua ação imediata. A verdade, em última análise, estará subordinada ao critério da eficácia e da oportunidade, segundo o julgamento dos dirigentes ou do Estado.

Noutros termos, o problema da verdade recebe uma solução essencialmente pragmáticas, enquanto as questões éticas perdem sua relativa autonomia para se tornarem caudatárias de necessidades políticas e ideológicas imediatistas. Os fins, definidos abstratamente num horizonte puramente ideológico, passam a justificar quaisquer meios que sejam úteis ao "dirigismo" político-ideológico da sociedade. Sem dúvida, Stálin teria endossado plenamente o uso dos conceitos cibernéticos para análise do jornalismo e da comunicação social. ²¹

É fácil perceber que, a partir de tais premissas, a discussão sobre o conteúdo das informações deixa de ter importância: a circulação das informações jornalísticas, num Estado socialista, deverá ser condicionada estritamente às finalidades políticas de direção e aos possíveis efeitos que possam acarretar. De acordo com esse enfoque, esconder a verdade, distorcer os fatos, divulgar falsidades e calúnias - desde que isso corresponda às necessidades de direção do "sistema social" no suposto interesse das classes revolucionárias - podem tornar-se alternativas tão aceitáveis quanto quaisquer outras.

É claro que a negação dessa abordagem cibernética da informação, não pode levar a uma visão idealista da "comunicação pela comunicação", do "jornalismo objetivo, imparcial ou neutro", da produção e circulação das informações na sociedade como um processo acima dos interesses e da luta de classes. A ideologia é

sempre, em cada sociedade determinada, um conteúdo que atravessa todas as criações da cultura: concepções científicas, filosóficas, estéticas, jurídicas, religiosas, políticas, éticas, além de manifestar-se no senso comum, nas obras de arte, nas leis, na moral, no jornalismo, etc. Esse conteúdo ideológico é contraditório e representa, em suas polarizações extremas, os interesses das classes antagônicas. O que se quer dizer, é que comunicação, o jornalismo ou as informações não podem ser julgadas a partir de pressupostos que eliminem o problema da *verdade*, ou seja, apenas em termos de "controle e organização" do "sistema social".

Em síntese, como já foi apontado, a idéia de *autoconstrução* não pode ser substituída pela de *sistema*, a idéia de *práxis* não pode ser abandonada pela de *informação* e, muito menos, a idéia do homem como sujeito pela idéia do homem *como parte de um sistema*, passível de controle e manipulação absolutos.

Em alguns aspectos - como veremos no capítulo seguinte - a abordagem cibernética coincide com a tradição da "Escola de Frankfurt". A comunicação de massa é definida, exclusivamente, em termos de manipulação. O jornalismo, por seu turno, é entendido como a forma de comunicação mais dinâmica e determinante no contexto da comunicação de massa. A tese da manipulação recebe, inclusive, uma base mais precisa, puramente matemática, o que é, aliás, um empobrecimento radical das teses sociológicas de Adorno e Horkheimer. Além disso, a discussão da comunicação e da cultura em termos de análise abstrata do "emissor-receptor" constitui, também, uma limitação comum à "Escola de Frankfurt".

*"La comunicación de masas se caracteriza por tener una muy alta salida y una muy baja entrada, es decir, que emite mensajes en una magnitud drásticamente superior a la de los que recibe".*²² Essa conceituação ingênua conduz, inevitavelmente, a uma comparação com a comunicação interpessoal (em que a *retroalimentação* em geral é bastante alta), em favor dessa última.

Ora, a questão fundamental, que está no cerne da hegemonia cultural e ideológica das classes dominantes, não é a retroalimentação em termos cibernéticos, isto é, a questão do retorno alto ou baixo, mas da qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa e, ao mesmo tempo, a qualidade da relação do "emissor" com o "receptor", ou seja, dos meios com as massas, através de seus órgãos de poder político e de suas fontes de criação cultural. Os meios de comunicação modernos, a TV, o rádio, o cinema, a imprensa em geral, os jornais, etc. são formas centralizadas de emissão de informações e produção cultural. Sempre terão uma "saída" incomparavelmente maior do que a "entrada". Caso contrário, eles perderiam exatamente a vantagem que possuem em relação aos meios artesanais de comunicação. Não é isso que os torna antidemocráticos ou instrumentos de controle e manipulação a serviço das classes dominantes. O domínio da linguagem, o controle da escrita, o monopólio da técnica de oratória e outras tantas prerrogativas das classes dominantes sempre foram, igualmente, instrumentos de persuasão, controle e opressão.

A questão essencial é o domínio *político* dos meios de comunicação pelas organizações das massas revolucionárias, como condição para que a *qualidade* das informações produzidas pelos centros emissores, em termos políticos, ideológicos e culturais sejam coincidentes com determinadas metas históricas definidas coletivamente. Não se trata, neste caso, de objetivos específicos, táticos ou mesmo estratégicos - que podem constituir aspectos do problema -, mas de objetivos históricos, definidos em termos de possibilidades concretas e valores revolucionários e humanistas.

Tais metas, colocadas nos termos da *práxis*, aparecem como finalidades que se constituem internamente ao processo histórico, pela atividade política das classes revolucionárias e dos indivíduos que assumem suas lutas e perspectivas.

Enfim, os meios de comunicação de massa podem produzir, em termos quantitativos e qualitativos, um universo cultural e

informativo superior àquele elaborado de modo natural, espontâneo e artesanal. Não obstante, esse processo precisa ser qualificado conscientemente, como ação das instâncias políticas e técnicas, sob hegemonia da ideologia revolucionária e articuladas dialeticamente com os interesses e consciência das massas. Através dos modernos meios de comunicação radicaliza-se a possibilidade das transformações na consciência e na cultura. Portanto, aumenta a possibilidade do sujeito coletivo agir diretamente sobre si mesmo, a partir de suas diferenças internas, contradições e potencialidades daí decorrentes.

Em última análise, as possibilidades de manipulação, proporcionadas pelos meios de comunicação de massa, são tão significativas quanto as potencialidades de desalienação e de autoconstrução consciente se tais meios forem pensados numa perspectiva revolucionária e efetivamente socialista.

CAPÍTULO V

A tradição de Frankfurt e a extinção do jornalismo

Vimos, no capítulo anterior, que a partir das premissas teóricas da cibernética - seja através da aplicação da Teoria da Informação na comunicação social e no jornalismo ou das pretensões universalizantes da "Teoria Geral dos Sistemas" - não é possível discutir fecundamente a natureza, as funções e, sobretudo, as perspectivas históricas do fenômeno jornalístico. Por esse caminho, pode-se chegar, na melhor das hipóteses, a uma crítica da manipulação "de direita" sob o ponto de vista de uma justificada manipulação "de esquerda", pois a informação jornalística é vista sob o prisma teórico de uma generalidade operatória, exclusivamente como influxo da organização e direcionamento do "sistema social".

Dessa forma, ao buscar um desdobramento marxista dos conceitos oriundos da cibernética, a fim de denunciar a hegemonia burguesa sobre a comunicação e o jornalismo, o máximo que

Camilo Taufic consegue é uma crítica ingênua deduzida de pressupostos que, em sua essência, são mais adequados ao pensamento e às necessidades da burguesia monopolista do que ao pensamento revolucionário. Além do mais, sobre a especificidade do jornalismo nada ficamos sabendo, exceto aquilo que é patrimônio universal: o jornalismo surgiu com o desenvolvimento das relações capitalistas, no bojo da cultura de massa, e expressa, hegemonicamente, uma ideologia que visa ao controle e à eterna reprodução da sociedade burguesa.

Vejamos, agora, como a "Escola de Frankfurt", que produziu uma sólida tradição acadêmica, trata o problema do jornalismo. É preciso ressaltar, no entanto, que não se pretende, aqui, um balanço exaustivo dos múltiplos pensamentos que constituem essa tradição (Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin, Habermas e outros), nem das importantes contribuições que nos legaram. Nosso objetivo é discutir especialmente alguns aspectos do pensamento de Adorno, Horkheimer e Habermas, sobretudo naqueles pontos que dizem respeito ao fenômeno jornalístico e, a partir daí, analisar algumas abordagens contemporâneas que estão situadas nessa tradição.¹

A "indústria cultural": uma orquestra afinada

Adorno foi um dos primeiros a abordar teoricamente os meios de comunicação de massa na perspectiva de suas relações com a economia de mercado, através do conceito de "indústria cultural".² Ele busca desvendar o que considera uma relação essencialmente corrosiva da produção mercantil com a arte e a cultura no capitalismo moderno, pois considera esse mundo emergente como uma totalidade cindida. "O todo é o não verdadeiro", escreve, contrapondo-se frontalmente a Hegel.³ O "totalitarismo" avança no oriente e no ocidente, segundo Adorno, que se coloca numa posição de denúncia tanto do capitalismo quanto do stalinismo. Portanto, para que o pensamento não consagre esse movimento totalitário no terreno político, é preciso uma idéia de Totalidade aberta e multidimensional, a "Totalidade da não-Totalidade".⁴

É em torno dessa questão que se define o relacionamento de Adorno com a concepção hegeliana. *"Talvez a única maneira de ser fiel ao espírito hegeliano de sistematização num universo fragmentado é ser resolutamente não sistemático. Neste sentido, o pensamento de Adorno é profundamente hegeliano, elaborando seus motivos num espírito genuinamente hegelino, enfrentando daí seu principal problema formal: como escrever capítulos duma fenomenologia quando não há mais qualquer possibilidade de um todo?"*.⁵

De um certo modo, Adorno é um hegeliano desiludido, ou melhor, um hegeliano que pretende racionalizar a desilusão diante da razão desumana que governa o mundo. Alguém que vê o mundo como um agregado de fenômenos perdendo-se de sua unidade lógica originária, isto é, como fragmentação que se reconhece como tal, porque lembra da *totalidade* que poderia ter sido e que deve ser buscada como uma síntese final, embora jamais seja efetivamente realizável. A radicalidade da não-sistematização que ele propõe, por meio de sua "dialética negativa", significa o elogio de um Todo reconhecido como inexistente, mas reverenciado sentimentalmente e posto como premissa de toda a crítica. "Assim, a dialética negativa não tem outra escolha senão afirmar a noção e o valor de uma síntese final, ao mesmo tempo negando sua possibilidade em qualquer caso concreto colocado diante dela."⁶

A unidade do Espírito com o mundo, do sujeito com o objeto, pensada por Hegel como tendência inexorável do real à totalização, perceptível ao nível dos fenômenos do mundo, é assumida por Adorno como necessária e impossível. Quer dizer, como horizonte abstrato e nostálgico da crítica e superação permanentes. O apregoador "saudosismo" e "elitismo" de Adorno em não perceber as potencialidades democráticas e a realidade contraditória, geradas pelos meios de comunicação de massa do capitalismo moderno, encontra suas premissas filosóficas nessa idéia de uma Totalidade que jamais existiu e, não obstante, assumida como uma perda.

A idéia de cultura como *manipulação* e do jornalismo como fenômeno redutível a sua forma mercantil, dotado de conteúdo essencialmente alienado e alienador, é uma das conseqüências teóricas dessa suposta unidade em processo de fragmentação radical e irresistível.

Por isso, a crítica de Jameson às concepções de Adorno é tímida e insuficiente e acaba desviando o problema de fundo. As posições políticas domesticadas que se originaram da *Teoria crítica da sociedade* - que é o rótulo assumido por Horkheimer e seus colaboradores desde 1937 -, em que pesem suas contribuições na luta contra a dogmatização stalinista, não podem ser creditadas a certos traços de caráter ou aos temas que mobilizavam as atenções dos autores. Adorno, Horkheimer e a maioria dos teóricos da Escola de Frankfurt jamais assumiram qualquer compromisso consistente - mesmo teórico - com a práxis revolucionária concreta. Assim, a perspectiva circunstancial em que Jameson coloca as limitações políticas de Adorno é inaceitável.

"Sem dúvida, a ênfase no método e na teoria, mais do que na prática da dialética negativa, corre o risco de dar uma importância exagerada e distorcida ao momento de fracasso que está presente em todo o pensamento moderno: e é esta ênfase exagerada, mais do que qualquer outra coisa, que parece explicar, para mim, a ausência de compromisso político que os estudantes radicais reproveram em Adorno ao fim de sua vida".⁷

Um pensamento não pode ser medido pela "ênfase" que atribui ao aspecto prático ou teórico das idéias que produz. Uma concepção só pode ser julgada como tal, isto é, pela verdade teórica que apresenta ou não. É a sua relação com a *práxis*, enquanto pensamento capaz de apanhar e direcionar a realidade, o que vai determinar a sua grandeza. A teoria, em resumo, deve ser julgada enquanto teoria. Neste exato sentido - não por uma questão de ênfase - é que se manifestam as limitações de Adorno. Sem esquecer a importância de seus estudos sobre arte, sublinhada pela maioria

dos especialistas, é preciso apontar que a "dialética negativa" apresenta dois problemas teóricos. Em primeiro lugar, por ser uma "ontologia negativa", na qual o ser aparece como um momento do *não ser*, ao invés de realizar-se o oposto. Em segundo lugar, porque essa postura negativa contém algo de apocalíptico, à medida que percebe apenas o aspecto divergente entre o movimento da razão, de um lado, e da realidade objetiva de outro. Não reconhece a constituição progressiva, no curso da própria objetivação, de uma possibilidade superior da razão.

A crítica, por mais ampla e profunda que seja, se não contém o momento concretamente afirmativo, torna-se diletante e não-revolucionária. O negativo só destrói efetivamente quando ele próprio se afirma como positividade. Por isso, uma dialética puramente negativa, por não privilegiar ontologicamente o momento afirmativo, não consegue ser uma *negação concreta*: torna-se uma atitude intelectual de recusa abstrata, assumida por um observador individual e privilegiado. Eis o limite teórico e político da "dialética negativa" de Adorno.

O "pessimismo" que emana das idéias de Adorno (e Horkheimer) não pode ser atribuído apenas a uma expectativa pessoal diante do curso da história. A posição de Adorno/Horkheimer sobre a cultura e a arte no capitalismo avançado envolve um "pessimismo" crítico e humanista, cujos pressupostos estão contidos naquela idéia de uma Totalidade cindida, que deve ser pensada sob a forma de uma totalização aberta e essencialmente negativa. Uma de suas conseqüências aparece no conceito de "indústria cultural", sugerido por eles para caracterizar a cultura do capitalismo moderno. Esse conceito pretende evitar a falsa impressão de que se trata de uma cultura democrática, feita pelas próprias massas, como poderia induzir a expressão "cultura de massa".

Vejamos alguns traços dessa caracterização da "indústria cultural", feita por Adorno e Horkheimer. Trata-se de uma forma de

cultura que deixou de ser "também mercadoria", para tornar-se essencialmente mercadoria. Ocorre, agora, uma tal determinação das relações mercantis sobre o processo cultural e artístico que, não apenas a circulação sobre influência das leis do mercado, mas a produção e distribuição cultural ficam submetidas aos ditames do capital. A "arte superior" é degradada e a "arte inferior" é esterilizada em seu potencial crítico. O consumidor não é o "rei", o sujeito, mas o objeto, o escravo dessa indústria. O primado do lucro que está na gênese dessa cultura penetra em seus poros e corrompe sua autonomia. Essa cultura é industrial entendido esse conceito mais no sentido das formas alienadas de organização do trabalho nos escritórios, ao invés, simplesmente, da racionalização no sentido tecnológico. A técnica envolvida não é interna à constituição da obra de arte, não está a seu serviço, mas é externa: serve para apresentar um simulacro como se fosse obra de arte.

Os meios de comunicação de massa reforçam a ordem estabelecida e o *status quo*. Seu efeito de conjunto é uma espécie de antiiluminismo. Toda a produção e reprodução da cultura é realizada em função dos meios eletrônicos de comunicação (TV, rádio, cinema, etc.), que passam a orquestrar todo o processo em virtude de sua abrangência e dinamismo. Existe uma tendência crescente à padronização e homogeneização das manifestações culturais e artísticas, sendo superada a espontaneidade da criação e da relação entre o artista e o público. Os temas e estilos folclóricos ou populares são assimilados no contexto da ideologia dominante. Os temas clássicos das grandes obras são reproduzidos como um padrão, às custas de um radical empobrecimento estético e humano, através do *kitsch*. Ao invés de expressar a complexidade que é própria da vida e da grande arte, ela é reduzida a um elementar maniqueísmo ético, ideológico e político.⁸

Os aspectos sociais, técnicos e artísticos não podem ser tratados isoladamente na questão da "indústria cultural", pois eles constituem uma unidade que implica uma mútua determinação sob a égide das leis do mercado. A TV, por exemplo, em função de suas

qualidades técnicas, permite aproximar-se da meta que é ter de novo a totalidade do mundo sensível através de uma imagem ao alcance da mão, o sonho sem estar dormindo, sem estar sonhando. Mas permite introduzir furtivamente, na duplicata, aquilo que se pretende seja tomado como real. A força da TV radica nessa totalidade do mundo sensível que ela amplia ao infinito. Mas é somente no conjunto de todos os procedimentos nitidamente afinados e, contudo, divergentes quanto à técnica e ao efeito, que se forma o clima da "indústria cultural".

A TV, certamente, não faz das pessoas aquilo que quer, mas acentua e aprofunda aquilo que as pessoas já são. As imagens da TV oferecem o brilho que falta ao cotidiano cinzento da alienação, sem exigir esforço da atenção ou do pensamento, como uma propriedade que é usufruída de modo desatento, na forma de aparências que se projetam. A "linguagem das imagens", que dispensa a mediação conceitual, é mais primitiva que a das palavras. Por isso, ela favorece - tendo em vista a maneira como se insere a TV no capitalismo - o irracionalismo e a ilusão sobre o mundo. A voz que fala através dela é o discurso da imediaticidade, do mundo presente como algo natural e eterno, como uma espécie de voz do "espírito objetivo". Sobre o futuro, Adorno é reticente: "Não é possível prever o que virá a ser a televisão; aquilo que ela é hoje não depende do invento, nem mesmo das formas particulares da sua utilização comercial, mas sim do todo no qual está inserida".⁹

Essa última afirmação contesta algumas análises apressadas, que acusam Adorno de considerar a tecnologia avançada dos meios de comunicação como um mal em si mesmo, independente das relações sociais onde está inserida. Ao contrário, ele acredita que o potencial das novas tecnologias da comunicação é integralmente apropriado pelos interesses burgueses na medida em que se torna um aspecto do todo que constituem as relações mercantis do capitalismo avançado. Trata-se, conseqüentemente, de uma espécie de "relativismo sociológico", que dissolve completamente a ontologia do ser social em determinadas relações históricas de dominação.

Adorno parece não acreditar no impacto do desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, das forças produtivas sobre as relações de produção, por meio das potencialidades sociais que são liberadas e das contradições resultantes. A técnica não é entendida como algo desumano, mas como um fenômeno "neutro", que recebe integralmente o seu significado (negativo) das relações sociais. Ora, se é verdade que a tecnologia não pode ser considerada abstratamente como algo "bom" ou "ruim", em termos absolutos, tampouco pode ser entendida como "neutra", se esse conceito pretender indicar passividade e relativismo total.

Como veremos mais adiante, as análises de Benjamin e, mais recentemente, de Enzensberger, apontam noutra direção: para o reconhecimento das imensas potencialidades artísticas e políticas decorrentes da reprodutibilidade técnica, em que pese a função que desempenha na hegemonia cultural e ideológica.

Mas Adorno e Horkheimer vêem uma orquestra afinada demais, para que possa liberar potencialidades efetivas e aprofundar contradições políticas e ideológicas. A tese de que o capitalismo gerou um caos cultural é falsa, afirmam. Filmes, rádios, jornais, paisagem urbana, "celebram o ritmo do aço", a racionalidade dos cartéis, expressando o poder do capital.

Para os capitalistas, a estandarização seria produto inevitável da própria técnica necessária ao atendimento do consumo. Mas Adorno e Horkheimer advertem "A racionalidade técnica hoje é a racionalidade do próprio domínio, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena".¹⁰ Por outro lado, a constituição do público, que teoricamente e de fato favorece o sistema da indústria cultural, sempre usado como justificativa, faz parte do sistema e não o desculpa. Quer dizer, a indústria cultural produz também o seu público, através do embotamento cultural e da esterilização político-ideológica das massas. E depois, usa esse mesmo público como critério mercadológico para definir e justificar a qualidade e o gênero das suas produções. Porém, o consórcio que delimita a

indústria cultural é mais amplo do que a relação de vassalagem do público pelo produtor imediato. "A dependência da mais potente sociedade radiofônica à indústria elétrica, ou a do cinema aos bancos define a esfera toda, cujos setores singulares, são ainda, por sua vez, co-interessados e interdependentes".¹¹

"Indústria cultural": um balanço das críticas

A propósito dessa caracterização da "indústria cultural", alguns problemas apontados pelos críticos merecem ser referidos:

1) As potencialidades sociais da tecnologia são apenas vagamente admitidas, mas não consideradas efetivamente na análise. A universalização real da cultura, a ampliação gigantesca do acesso à arte e às informações, as possibilidades de uma democratização radical do processo cultural e as novas alternativas estéticas que nascem dessa base técnica, tudo isso não é levado na devida conta na teorização de Adorno e Horkheimer.

2) Certos aspectos técnicos, considerados negativos, são absolutizados em função do papel alienador que cumprem hoje.

3) O controle e a manipulação a que a "indústria cultural" submete as massas são consideradas quase onipotentes. Não são percebidas brechas significativas no processo cultural hegemônico pela burguesia, ou seja, a manifestação reproduzida e ampliada de certas contradições políticas e ideológicas.

4) A cultura tradicional é entendida como "cultura superior" e tomada como padrão. Sendo contraposta, então, à "cultura inferior", esta produzida através do sistema industrial. A grande arte burguesa (em termos de literatura, teatro, música e pintura) é assumida como único paradigma da "arte elevada". Não ficam sequer indicados, portanto, caminhos viáveis para o enfrentamento de classes no plano cultural e artístico, exceto a crítica ideológica à "indústria cultural" e à alienação que ela produz.

5) Finalmente, a expressão "indústria cultural" cunhada para evitar uma confusão, pode gerar outra: ela insinua que é a base industrial, por si mesma, independente das relações sociais de produção, que atribui à cultura um caráter manipulatório e degradante.

Uma das críticas mais frontais ao conceito de "indústria cultural" (ou "cultura de massa") foi feita por Alan Swingewood: *"Escrevendo numa época (os anos trinta) em que parecia iminente o colapso final da democracia capitalista liberal, não como Marx havia previsto, mas com base nas forças combinadas da política totalitarista (o fascismo) e da economia totalitarista (o crescimento de monopólios e cartéis gigantescos e a fusão do capital bancário e industrial), os teóricos de Frankfurt convenceram-se de que a evolução do capitalismo precisava da destruição daquelas instituições sociais - econômicas, políticas e legais - que, agindo como mediadores entre o Estado e a 'sociedade civil', tinham continuado independentes, dando alguma proteção, se bem que parcial, contra a dominação política arbitrária"*.¹²

Swingewood argumenta que essa tendência não se verificou e que, além do mais, existe nas formulações de Adorno, Horkheimer e Marcuse uma concepção elitista da cultura e um profundo desprezo pelas massas. E acrescenta que, na opinião dos teóricos de Frankfurt, a cultura de massa "estabelece a base do totalitarismo moderno, a remoção de toda a oposição genuína às tendências reificadoras do capitalismo moderno".¹³

Para Swingewood, não existe uma "indústria cultural" ou uma "cultura de massa", no sentido de uma manipulação orquestrada racionalmente de cima para baixo, mas uma hegemonia burguesa na cultura e uma "ideologia da cultura de massa" - da qual a própria idéia da manipulação absoluta, sugerida pela Escola de Frankfurt, é um aspecto. Grandes potencialidades culturais e democráticas foram produzidas pelo capitalismo moderno e, especialmente, pelos meios de comunicação de massa. Mas o capitalismo não pode cumprir a

sua promessa cultural embora forneça as condições objetivas para que seja implementada.

"O ideal de uma cultura democrática universal baseada na participação ativa de todos os estratos sociais é incompatível com o capitalismo, uma vez que, como uma forma de dominação, ele se assenta na crença no governo de elites cuja sabedoria superior subjuga as 'massas passivas'. O mito da massa é um alicerce tão necessário para a legitimação do capitalismo moderno quanto o mito de uma cultura de massa universal, igualitária e socialmente integradora".¹⁴

A cultura, diz Swingewood, deve ser entendida sempre como uma *práxis* coletiva que envolve o conjunto de atividades pelas quais o homem humaniza o mundo natural e social. A cultura admite, por isso, uma hegemonia de classe, mas nunca pode ser subjugada a ponto de tornar-se apenas um instrumento nas mãos de uma minoria. Isso seria a abolição da própria cultura, portanto, a abolição da história e do homem.

A limitação da crítica de Swingewood é que ela parece cair no extremo oposto da Escola de Frankfurt. Ao invés da manipulação total, a democratização e desenvolvimento da cultura genuína parecem ser a tendência natural do capitalismo, embora faça a ressalva que essa tendência não pode se realizar integralmente na sociedade burguesa.

Sobre a crítica de Swingewood, muitas das indagações levantadas por Albino Rubim são pertinentes.¹⁵ Hoje, se repõe no plano da comunicação e da cultura a contradição entre as forças produtivas liberadas pelo capitalismo e as relações de produção. Não se trata mais, no capitalismo avançado, de uma contradição como aquela que tipificou a transição do feudalismo ao modo de produção burguês: as forças produtivas criando, diretamente, os elementos explosivos da ordem feudal pelo simples desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da ciência. Mas, nem por isso, deixa de ser uma contradição concreta. As forças produtivas, hoje, por si

mesmas, não conscientizam a classe que, fundamentalmente, antagoniza o capital (o proletariado industrial) nem aumentam seu poderio material. Não obstante, as potencialidades e possibilidades efetivas geradas pela indústria, pela tecnologia e a ciência ampliam e aprofundam as contradições ideológicas e políticas do modo de produção capitalista.

A promessa de consumo, conforto e felicidade, cuja distância da realidade das massas é cada vez maior (mesmo nos países de capitalismo avançado), gera expectativas crescentes que podem ser mobilizadas em termos revolucionários. O capitalismo atual, no alto de sua fase imperialista e monopolista, precisa prometer o "paraíso", embora não possa cumpri-lo. Não obstante, em certo sentido, tenha gerado as condições materiais para realizá-lo.¹⁶

Os teóricos de Frankfurt não perceberam as "forças produtivas" democratizantes e humanizadoras que estavam surgindo no campo da comunicação. Por outro lado, devemos reconhecer que Swingewood não atentou devidamente para a dimensão bloqueadora das relações de produção que, pela primeira vez, incluem na sua hegemonia ideológica e cultural um forte componente racional e manipulatório. Isso significa que o caráter restritivo das relações de produção do capitalismo avançado, com respeito ao processo artístico e cultural, não se define apenas em termos da propriedade ou controle dos meios materiais e espirituais para realizá-lo - como sempre ocorreu -, mas também como produção cultural, em grande parte, planejada e direcionada especificamente para os "de baixo".

Esse planejamento tem seu dinamismo impulsionado pela necessidade do capital de reproduzir-se e é realizado em função de critérios basicamente mercantis. Mas seria ingenuidade pensar que, além disso, não entra nesse processo, como elemento consciente, a prescrição ideológica.

De qualquer modo, a questão central da crítica levantada por Swingewood parece ser irrespondível pelos adeptos de Frankfurt: não pode haver um conceito abrangente, que pretenda dar conta das

manifestações culturais de toda uma época, que não reconheça a dimensão contraditória inerente à *práxis* que o conceito de cultura necessariamente contempla.

De outra parte, temos que admitir que a importância ainda hoje atribuída aos teóricos de Frankfurt pelo pensamento de esquerda não é casual. O fracasso de uma reflexão densa que se propõe a uma crítica radical e humanista, nunca pode ser total. Há um patrimônio a ser recuperado pela dialética da crítica debruçada sobre a crítica. Afinal, Horkheimer, Adorno, Marcuse e outros, não estiveram anos a fio refletindo e escrevendo a respeito de uma miragem. Há, de fato, uma série de fenômenos peculiares da moderna cultura burguesa, produzida nos moldes industriais em larga escala, que foram denunciados e dissecados pela Escola de Frankfurt. O predomínio do critério mercantil desde a concepção até a produção das obras, o forte traço manipulatório da ideologia dominante nessa cultura, sua tendência à padronização e ao rebaixamento do nível estético da maioria de seus produtos são algumas das características indiscutivelmente reais da cultura burguesa atual.

A conclusão que parece se impor é a seguinte: existe um fenômeno cultural peculiar ao capitalismo avançado que exige uma conceituação teórica, seja em termos de "cultura de massa" ou "indústria cultural". No entanto, essa conceituação não pode pretender abranger a *totalidade* do fenômeno cultural, pois a cultura jamais se deixa submeter integralmente pela categoria mercantil. Se isso pudesse ocorrer, a cultura deixaria de ser uma *práxis* e, portanto, deixaria de ser cultura.

Assim, preliminarmente, uma noção pertinente de "cultura de massa" poderia ser pensada em três direções: 1. Como *tendência* intrínseca ao capitalismo avançado, no sentido de dissolver a produção cultural na lógica mercantil, de negar a própria essência da cultura, tendência jamais realizável integralmente. 2. Como ideologia maniqueísta e manipulatória *dominante* no conjunto da produção cultural, cumprindo o papel de reprodução e reforço do

status quo. 3. Como sendo um dos pólos de uma contradição mais ampla no interior da cultura burguesa contemporânea, que não é unívoca ou homogênea, mas dotada de contradições que se reproduzem e se ampliam no processo.

A base objetiva das contradições geradas especificamente no plano da cultura pode ser indicada por dois fenômenos. Primeiro, pelo potencial cada vez mais *socializante* e democrático desenvolvido pelas novas tecnologias da comunicação. Em segundo lugar, em virtude da própria lógica mercantil que, embora secundariamente, tende a reproduzir também as obras com potencial crítico e transformador. Além disso, é necessário referir que as contradições estruturais da sociedade também aparecem e tendem a se reproduzir no terreno cultural.

A lógica econômica desse movimento contraditório, que coloca limites ao domínio do capital sobre a cultura, foi desenvolvida num interessante ensaio de Albino Rubim.¹⁷ Há uma tendência crescente da mercadoria em subjugar a obra de arte e, de modo mais amplo, do capital avassalar e esterilizar a comunicação e a cultura. Mas o que denuncia as limitações teóricas da Escola de Frankfurt é que essa tendência jamais pode se realizar integralmente e, além disso, ela mesma cria suas "contra-tendências" e abre brechas para que sejam ampliadas e radicalizadas.

No âmbito dessa discussão é que aparecem as duas perspectivas de análise do jornalismo. Aceitas globalmente as premissas teóricas da Escola de Frankfurt sobre a "indústria cultural" não há como propor um futuro melhor para o jornalismo. Ou ele permanece na mesquinharia que o caracteriza atualmente, enquanto instrumento de dominação, ou será extinto juntamente com o capitalismo.

Vejamos isso em sua seqüência lógica: se a cultura capitalista é, essencialmente, uma "cultura de massa" nos termos frankfurtianos; se a "cultura de massa" é um mecanismo de manipulação, controle e alienação; se o jornalismo teve sua gênese

como "cultura de massa" e desta é parte integrante e legítima, não há o que resgatar do jornalismo. Para pensá-lo criticamente é necessário condená-lo à morte, propor sua extinção, pelo menos naqueles aspectos que hoje o caracterizam, seja em termos da sua linguagem ou da sua forma de apreensão da realidade. Não é possível teorizar na perspectiva de *continuidade* do fenômeno jornalístico, exceto no sentido estrito da imprensa como tecnologia. Tampouco, pode-se admitir, obviamente, a tese de um jornalismo revolucionário, crítico e desalienador, exceto se deixar de ser *jornalismo*, e tornar-se outra coisa. Essa avaliação específica do jornalismo, numa perspectiva essencialmente negativa, vai adquirir sistematicidade em Habermas.

Habermas e o jornalismo: a favor do passado

Habermas delineia três fases no desenvolvimento do jornalismo: *"Sendo oriundo do sistema das correspondências privadas e tendo ainda estado por longo tempo dominada por elas, a imprensa foi inicialmente organizada em forma de pequenas empresas artesanais; nessa primeira fase, os cálculos se orientam por princípios de uma maximização dos lucros, modesta, mantida nos tradicionais limites da primeira fase do capitalismo: o interesse do editor por sua empresa era puramente comercial"*.¹⁸

Nesse primeiro momento, as informações divulgadas pelos jornais correspondiam, principalmente, às limitadas necessidades econômicas e comerciais geradas pelo capitalismo nascente. Numa segunda fase, a imprensa de informação evoluiu para uma imprensa de opinião ou do chamado "jornalismo literário". Os jornais tornaram-se instrumentos da luta política e partidária, empenhados na conquista e legitimação de uma "esfera pública burguesa" em oposição à velha sociedade feudal. "Neste momento - diz Habermas, sobre esse segundo período -, a intenção de obter lucros econômicos através de tais empreendimentos caiu geralmente para um segundo plano, indo contra todas as regras de rentabilidade e sendo, com frequência, desde o começo, atividades deficitárias".¹⁹

A terceira fase seria como um retorno ao espírito comercial da primeira, só que agora em novas bases de capital e tecnologia, não mais artesanal, mas empresa capitalista típica de uma etapa histórica mais desenvolvida. Para que isso ocorresse, convergiram uma série de fatores políticos e econômicos:

" Só com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões sobre a liberdade de opinião; agora ela pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial. Na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, uma tal evolução da imprensa politizante para uma imprensa comercializada ocorre mais ou menos à mesma época durante os anos 30 do século XIX".²⁰

Para Habermas, essa terceira etapa significa uma espécie de negação das potencialidades desenvolvidas e realizadas na segunda fase, ou seja, na etapa de partidarismo político da imprensa, quando ela representava, efetivamente, a constituição de uma "opinião pública" das pessoas privadas como cidadãos. Na terceira etapa, a imprensa será a expressão pública de *proprietários privados*.

"A colocação de anúncios - afirma - possibilita uma nova base de cálculos: com preços bastante mais baixos e um número muito maior de compradores, o editor podia contar com a probabilidade de vender uma parte proporcionalmente crescente do espaço de seu jornal para anúncios. A esta terceira fase da evolução se aplica a conhecida definição de Bücher de que o jornal assume o caráter de um empreendimento que produz espaço para anúncios como uma mercadoria que se torna vendável através da parte reservada à redação".²¹

E para não deixar dúvida sobre a subsunção do fenômeno jornalístico na atividade comercial, como negação daquele aspecto que considera essencial ao jornalismo (desenvolvido na segunda fase), ele conclui: *"A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna*

manipulável à medida que se comercializa. Desde que a venda da parte relacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas - ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública".²²

Segundo Habermas, a contradição que se evidencia hoje ao nível da imprensa é aquela entre um "jornalismo crítico" e a "publicidade jornalística", esta exercida com finalidades meramente manipulatórias. O "jornalismo crítico" ao qual ele se refere espelha-se (ou, pelo menos, é inspirado) naquela segunda fase, no chamado jornalismo "literário" ou "de opinião". A forma moderna do jornalismo, cujo estilo e natureza foram cunhados pela estrutura empresarial mais desenvolvida, aparece na reflexão de Habermas indissolavelmente ligada ao aspecto publicitário-comercial ou ideológico-manipulatório. O jornalismo propriamente dito, com as características funcionais e técnicas que o tipificam atualmente, não mereceria ser preservado e desenvolvido em seus aspectos inovadores e peculiares.

A sua unilateralidade na análise histórica do jornalismo manifesta-se, sobretudo, na passagem da segunda fase (política) para a terceira (comercial-publicitária), quando o único sujeito efetivo é o capital. Só ele pratica a ação e realiza as mudanças. Vejamos como isso acontece:

"Se, no começo, dentro de uma imprensa diária motivada em primeiro lugar politicamente, a reorganização de certas empresas sobre uma base exclusivamente comercial podia representar tão somente uma simples possibilidade de investimento capaz de gerar lucros, em breve isto se tornou uma necessidade para todos os editores. A ampliação e o aperfeiçoamento da base de capital, uma elevação do risco econômico e, necessariamente, a subordinação da política empresarial a pontos de vista da economia de mercado".²³

Habermas quer demonstrar que, através do "estabelecimento do estado de Direito burguês", foi possível à imprensa abandonar sua posição polêmica, pois a "esfera pública" já era uma conquista legitimada. Além disso, é incontestável que o caminho natural - dentro da evolução das relações capitalistas - seria o das empresas artesanais de jornalismo transformarem-se em empresas de vulto, submetidas completamente pelo capital em sua funcionalidade.

Não obstante, as empresas precisam vender mercadorias que, antes de se constituírem como *valores de troca*, como condição para isso, devem ser *valores de uso*.²⁴ Devem ser objetos ou serviços úteis. Sabemos que o capitalismo cria, constantemente, novas necessidades, muitas delas falsas e degradantes, [número de referência aqui](#) e os produtos correspondentes para supri-las. Seguindo esse raciocínio, só há duas alternativas a serem consideradas. Ou as modernas empresas jornalísticas criaram nos consumidores a *falsa necessidade* das notícias e informações, tal como são elaboradas atualmente, ou então seguiram a tendência do mercado que estava se criando com o surgimento de novas necessidades reais.

Quer dizer, ou os capitalistas inventaram, conforme seu arbítrio, o moderno jornalismo e as necessidades que ele satisfaz, ou perceberam as novas e reais necessidades (da informação de tipo jornalístico) e fizeram delas uma fonte de lucros. Esta última alternativa parece mais viável, inclusive porque não vê a história sendo feita maquiavelicamente segundo a vontade soberana e autônoma do capital.

O fato de que os jornais vendem espaço publicitário aos anunciantes, por meio do espaço ocupado pelas notícias, indica apenas que são empresas capitalistas como as demais, funcionando segundo o critério do lucro e o objetivo da acumulação. Indica que o seu produto final, como quase tudo no capitalismo, é mercadoria. Mas nada nos diz, ainda, sobre a natureza do produto, o *valor de uso* que lhe é subsistente. Além disso, o fato de que o *valor de troca* é dimensão determinante da notícia jornalística, submetendo seu valor

de uso, não constitui um traço distintivo em relação as demais empresas do capitalismo contemporâneo, administradas sob o ponto de vista do *marketing*. A mercadoria-notícia, ou seja, a informação jornalística comercializada, continua tendo um *valor de uso* cujo conteúdo, por definição, jamais pode ser dissolvido ou abolido, pois ele é condição para a realização do produto como valor *de troca*. Mais concretamente, essa persistência do *valor de uso* da notícia se manifesta do seguinte modo: o espaço ocupado pelas notícias e reportagens, mesmo que secundários conforme a ótica puramente econômica, deve corresponder a uma *necessidade* do público consumidor para que o espaço publicitário seja valorizado.

Portanto, aquelas análises - na perspectiva de Habermas - que tentam explicar o jornalismo como veículo e forma da difusão publicitária no capitalismo (embora haja uma concreta articulação ideológica entre publicidade e conteúdo dominante nas notícias), acabam abolindo o objeto que pretendem explicar.

Na análise de Habermas, as três fases da evolução do jornalismo aparecem separadas, ou melhor, vinculadas tão somente por necessidades exteriores: econômicas num primeiro momento, políticas no segundo e, finalmente, econômico-sociais. Mas estas necessidades que fazem surgir o jornalismo moderno (na sua funcionalidade "industrial", sua forma de apreensão da realidade e sua linguagem) estão ligadas, principalmente, a interesses publicitários e manipulatórios. Sua análise não percebe um movimento efetivo de superação dialética. Na terceira fase do desenvolvimento do jornalismo, quando ele é exercido já nos moldes atuais, há uma negação e incorporação dos dois momentos anteriores através da constituição de uma necessidade nova. Não se trata mais de uma questão estritamente econômica ou estritamente política, mas de uma sociedade cujas relações sociais - em virtude do movimento econômico e político que a transformou carecem de informações de natureza jornalística.

Temos que considerar, portanto, que os dois primeiros momentos são etapas constitutivas do jornalismo - ambos formam sua "pré-história" -, pois nestas duas primeiras fases o jornalismo responde fundamentalmente às necessidades de classe da burguesia (primeiro econômicas, depois políticas) e não a uma carência ontológica da complexidade e integração universal que se constitui a partir do capitalismo.

Capitalismo e jornalismo: irmãos gêmeos?

Ciro Marcondes Filho segue as pegadas de Habermas:

"Considera-se jornalismo propriamente dito a atividade que surge em um segundo momento da produção empresarial de notícias, e que se caracteriza pelo uso do veículo impresso para fins - além de econômicos políticos e ideológicos. Somente no momento em que a imprensa passa a funcionar como instrumento de classe é que ela assume o seu caráter rigorosamente jornalístico".

Na verdade ocorre exatamente o contrário: a imprensa só assume um caráter rigorosamente jornalístico *quando ultrapassa o seu funcionamento estrito enquanto instrumento de classe*. Para Marcondes Filho, com seu "marxismo" diretamente inspirado em Habermas e sob a grande sombra da árvore de Frankfurt, o *capital* é uma categoria que adquire um poder quase místico: o capital possui um espelho mágico que faz o jornalismo aparecer apenas para mirar-se nele e reproduzir as condições da sua acumulação.

A imprensa e o capitalismo, diz Marcondes Filho peremptoriamente, "são pares gêmeos". Ora, a imprensa surgiu com o desenvolvimento do capitalismo, mas daí a dizer que são "pares gêmeos", vai uma distância que somente um marxismo diminuído - utilizando o método do "não é mais que" - poderia percorrer. A imprensa "não é mais que" fruto do processo de produção capitalista! O jornalismo "não é mais que" a informação transformada em mercadoria! A notícia "não é mais que" uma forma de circulação da ideologia burguesa!

Esse tipo de raciocínio salta do imediato à generalidade abstrata, desprezando as mediações que se constituem como um movimento pelo qual o concreto é apanhado em sua produção histórica, como uma espécie de "sedimentação" ontológica da realidade social. Será que Balzac "não é mais que" um escritor pequeno-burguês irresponsável e notívago? Ou é um artista que o mundo burguês em ascensão elevou à condição de um legado para a Humanidade posterior? Poder-se-ia questionar: muito bem, o jornalismo é informação transformada em mercadoria. Mas nem todas as mercadorias são iguais. Além disso, será que todo o jornalismo será sempre, inevitavelmente, mercadoria?

No capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada - se me permite João Cabral. Ou seja, de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso fruta será sinônimo de espada. A lógica mercantil complexificou e unificou o mundo dos homens, tornou-o mais dinâmico e universalmente integrado. Ela preside os rumos desse processo em todos os campos da atividade social. Logo, é o econômico que pressupõe e direciona o desenvolvimento das necessidades coletivas da informação em geral e, em particular, do jornalismo. Porém, o modo de produção capitalista não existe apenas para satisfazer os interesses particularistas da burguesia, mas também como um momento da história universal. Uma dimensão significativa da sua existência é permanente e, outra, é perecível e será destruída se forem conquistados o socialismo e o comunismo.

Assim, as necessidades geradas pelo capitalismo são também moedas de duas faces: uma particular, específica do sistema burguês, e outra universal, que se agrega ao gênero - ou, pelo menos, a um longo período da história posterior. Nesse sentido, o capitalismo implanta uma tal necessidade e possibilidade da informação em termos quantitativos que qualquer sociedade posterior (se não for a barbárie pós-guerra nuclear) necessariamente terá de herdar esse legado.

Em termos qualitativos a questão se repõe: o capitalismo produziu a necessidade de um *gênero de informação* - por meio do qual também reproduz as bases econômicas e ideológicas do sistema -, que é precisamente fruto do jornalismo contemporâneo, o qual será herdado por qualquer sociedade que suceder a atual.

Depois de reduzir inteiramente a imprensa ao capitalismo, o jornalismo à empresa e a notícia à mercadoria, Marcondes Filho é compelido a sugerir a possibilidade de extinção do jornalismo. *"Difícilmente pode-se imaginar a atividade jornalística, nascida no núcleo e dentro da lógica do modo de produção capitalista, como algo muito distinto dele. Ela só existe pelo menos nos termos que conhecemos hoje - transformando informações em mercadorias e colocando-as transformadas, alteradas, às vezes mutiladas segundo orientações ideológico-políticas de seus artífices, à venda. Neste sentido ela é estruturalmente montada como empresa capitalista e desaparece com a supressão das condições de sobrevivência do capital"*.

A expressão "pelo menos nos termos que conhecemos hoje", referindo-se à atividade jornalística, fornece a sutil ambigüidade que permite ao autor sustentar um equívoco e, ao mesmo tempo, ficar em guarda contra possíveis interpelações teóricas. Mais adiante, a expressão "neste sentido", que precede a idéia da extinção do jornalismo prossegue o jogo de espelhos. Fica a dúvida se ela se refere à atividade jornalística "pelo menos nos termos que conhecemos hoje", ou então a essa atividade "transformando informações em mercadorias...". São duas coisas distintas, apesar de estarem historicamente relacionadas. O jornalismo, "nos termos que conhecemos hoje", envolve uma forma específica de apreensão e reprodução da realidade, uma determinada funcionalidade técnica e uma linguagem. E se é verdade que, hoje, hegemonicamente, essa atividade endossa a ideologia burguesa e os interesses dominantes com enorme eficácia, por que imaginar que para fazer o oposto ela deve deixar de ser jornalística?

Pretendendo resgatar alguma coisa do jornalismo, depois de extingui-lo, Marcondes Filho - tal como uma criança que desmonta um brinquedo de corda e não encontra nada de interessante - é obrigado a tomar a imprensa "romântica" do século passado como paradigma para o futuro. Ele prossegue no rastro de Habermas:

*"Por outro lado, a imprensa pode, na medida em que explore o lado informativo, seu valor de uso específico, atuar nas discussões políticas: assim o fizeram seus corifeus nas discussões político-partidárias, em que se envolveu a imprensa no século XIX. As formas de jornalismo oposicionista, sindical, partidário operam a imprensa - sem ser **jornalisticamente**, na forma apontada no parágrafo anterior - buscando recuperar ou desenvolver a **transmissão** de informações não conformistas".*

Dessa forma, o papel do jornalismo, enquanto atividade antiburguesa fica restrito a sua atuação "nas discussões político-partidárias". O autor não consegue perceber as necessidades reais de informação supridas pela imprensa diária. Ora, desse modo, atuando apenas "nas discussões político-partidárias", essa imprensa não terá condições de produzir as informações que correspondem à imediaticidade dos fenômenos, tal como são tratados pela imprensa diária. Assim, não será explorado seu "valor de uso específico" - que está ligado à natureza das informações singularizadas que produz -, mas seu valor de uso genérico, enquanto informação de qualquer espécie.

Sem dúvida, é preciso superar tais análises "economicistas" e dissolventes do jornalismo, sem deixar de recuperar sua intenção crítica em relação a ideologia burguesa que, hoje, encontra na atividade jornalística um dos modos importantes de sua reprodução. Certamente, o controle, a manipulação e o engodo são partes integrantes do jornalismo burguês. Mas deduzir a totalidade do fenômeno jornalístico, como objeto teórico, a partir de afirmações como a de Geyrhofer - de que no jornalismo "o valor de uso é subordinado ao valor de troca",- é entrar num beco sem saída. Ou

melhor, num caminho cuja única saída é o retrocesso ao "jornalismo literário" do século passado. Se o teórico da saúde pública aplicasse o mesmo método ao problema dos remédios, teria de propor a abolição de todos aqueles atualmente vendidos nas farmácias.

Mattelart: entre Frankfurt e o populismo

O belga Armand Mattelart, depois de estudar na França, foi para o Chile onde, durante o governo da Unidade Popular, produziu seus trabalhos mais importantes. Embora tenha feito o percurso clássico dos missionários que saíam da Europa para "civilizar" os povos do Terceiro Mundo, Mattelart não era um deles.

"Enquanto o missionário traz uma civilização e respostas prontas, o Mattelart que abandonava a Europa, na década de 60, era um homem disposto a mergulhar nos problemas e na busca de soluções empreendidas pelos povos explorados dos países subdesenvolvidos e a se envolver integralmente nessa luta. Não há, na vida e na obra de Mattelart nem a arrogância da superioridade cultural dos missionários civilizadores, nem a pretensa neutralidade científica dos 'scholars' ou dos nossos conhecidos 'brazilianists'. Mesmo porque ele próprio admite que sua formação, como cientista social, foi orientada pela problemática que muito mais do que um simples objeto de estudo, a América Latina era, para Mattelart, algo a ser vivido, com todas as conseqüências que pode envolver essa disposição.

O grande mérito de Mattelart, que aparece nitidamente em seus escritos, é um sólido compromisso político com os explorados e oprimidos, ou seja, uma preocupação permanente com as vinculações entre uma visão crítica da comunicação e da cultura, como formas de dominação, e as práticas políticas de enfrentamento e busca de alternativas populares e democráticas.

Mattelart não se considera ligado a nenhuma escola de pensamento, acha que a linha de suas reflexões é produto quase exclusivo de suas experiências e preocupações práticas. Porém,

Mattelart não criou nenhuma nova teoria da comunicação ou da cultura. Seus temas - e o enfoque pelo qual são abordados - são muito característicos da Escola de Frankfurt: crítica à dominação ideológica e cultural através dos meios de comunicação de massa, considerada em oposição à espontaneidade da cultura popular, no caso, às culturas nacionais; crítica ao sistema industrial e financeiro do capitalismo avançado (no caso, o *imperialismo*), entendido como a base material para uma cultura totalmente manipulada:

"Que tipo de aparelho ideológico acompanha o fenômeno da multinacionalização? A cada fase do processo de acumulação do capital corresponde um cidadão sob medida que viverá, no conjunto de suas práticas sociais, o caráter legítimo e natural dessa acumulação. A cada fase, correspondem mecanismos de condicionamento que garantirão o que os estrategistas da guerra do Vietnã denominavam sem inúteis precauções oratórias a conquista dos corações e das mentes".

Finalmente, um dos temas principais de Mattelart é a crítica ideológica da cultura imperialista, a partir da denúncia da verticalidade da comunicação (de cima para baixo), do distanciamento entre emissor e receptor (que seria a mesma entre produtor e consumidor), da linguagem repressiva e publicitária que veicula essa ideologia, e do universo fragmentado que reproduz como um reforço da ordem burguesa e dos seus mitos.

Pode-se observar que, de fato, mesmo sem pretender identificar-se com uma corrente determinada de pensamento, as reflexões de Mattelart - seus temas e as principais categorias que utiliza - estão, sem dúvida, situadas no contexto formado pela tradição da Escola de Frankfurt. A diferença é que Mattelart escreveu do interior de uma *práxis* política, preocupado e comprometido com ela, enquanto que a maioria dos teóricos de Frankfurt (notadamente Adorno e Horkheimer) exerciam uma crítica puramente intelectual. Assim, ao invés do "pessimismo" e de uma certa tendência "elitista" que perpassa os textos destes últimos,

Mattelart se propôs a pensar alternativas no sentido de "devolver a palavra ao povo".

Uma das críticas pertinentes às idéias de Mattelart foi realizada por Ciro Marcondes Filho, indicando que o conceito de "imperialismo cultural" que norteia grande parte dos seus escritos baseia-se, tão somente, numa transposição da realidade econômica e tecnológica para o campo cultural e ideológico.

"Assim insuficientes e superficiais passam a ser as compilações realizadas por Armand Mattelart, particularmente a partir de 1974 (quando findou sua experiência política com os MCM no Chile sob o governo de Allende) e suas investidas na tentativa de abarcar o fenômeno da interferência americana na cultura latino-americana e suas conseqüências".

A esse reducionismo tecnológico da dominação ideológica se deve também, como aponta Marcondes Filho, sua posição ambígua sobre os modernos meios de comunicação de massa, sugerindo às vezes um conteúdo antitecnológico ao seu conceito de "comunicação alternativa". E acrescenta mais adiante:

"Há uma quantidade enorme de sistemas eletrônicos elaborados para o controle das pessoas, de comunidades e de países inteiros. Isso é real. Nesses trabalhos o que não se justifica é centrar a preocupação em sua existência supondo que a sociedade que os mantém seja coerente, lógica, racional. Muito pelo contrário, o que prima na sociedade industrial, e particularmente na capitalista ocidental, é a anarquia, a irracionalidade, a imprevisibilidade, em suma, as incríveis possibilidades de ruptura".

O mesmo autor indica também que a análise da cultura feita por Mattelart apresenta um viés populista e nacionalista como decorrência das próprias categorias utilizadas, que estabelecem uma polarização simplista entre a cultura imperialista e a cultura nacional e popular. Assim, "tudo que é americano ou de sua cultura é visto como necessariamente ruim, reacionário, etc. *Mutatis mutandis*, o

que é nosso, a nossa cultura popular (com seus preconceitos, seus aspectos retrógrados, ignorantes), é necessariamente bom e deve ser preservado e resguardado".

Tais contradições da cultura de massa apontadas por Marcondes Filho não são consideradas quando ele aborda o problema do jornalismo no ensaio *Imprensa e capitalismo* ou na sua tese de Livre Docência *O capital da notícia* (ambos já referidos). Nesses trabalhos, o fenômeno jornalístico é encarado como algo unívoco, uma forma de produção de mercadorias que cria apenas "uma aparência de valor de uso". Mas voltemos às idéias de Armand Mattelart:

"Em sua interpretação simplista enfatiza-se de tal maneira a característica de dependência - diz Ingrid A. Sarti - que se afasta a essência do problema, ou seja, sua natureza capitalista. Como a dependência passa a ser a essência e não o complemento, considera-se todo aspecto de uma ideologia capitalista como contrário aos interesses da América Latina na medida em que reforça a 'dependência' e contraria o curso 'natural' do desenvolvimento latino-americano. Na sua perspectiva mecanicista, os teóricos da 'dependência cultural' não puderam tampouco evitar o determinismo ao considerar a relação entre o 'centro' e a periferia do capitalismo, numa abordagem que privilegia o 'externo' e acaba por transformar o imperialismo numa luta entre nações".

De fato, o conceito de "dependência cultural" - se elevado ao *status* teórico-explicativo - apresenta os mesmos problemas do conceito de "dependência econômica", o qual empobrece as relações dinâmicas e multifacetadas (embora ainda implicando subordinação) do capitalismo na sua etapa imperialista. Vejamos o que diz o próprio Mattelart: *"Para el proyecto imperialista, el medio de comunicación es el vector de la participación: una participación epifenoménica a los símbolos de la metrópoli, que dá a las masas la ilusión de integración universal, incluso les confiere una audiencia*

que las condiciones de la vida social no pueden brindar a las grandes mayorías".

As classes dominantes internas aparecem aqui apenas como intermediárias da dominação metropolitana. Em consequência, há uma "cultura externa", transplantada com finalidades manipulatórias, que dá às massas apenas uma ilusão de integração universal. Eis o esquema simplista da "dependência cultural", que acaba jogando a dimensão ideológica do antagonismo entre proletariado e burguesia para segundo plano, favorecendo o projeto de uma "cultura nacional" independente - autenticamente "popular", como diriam seus defensores -, ao invés de reconhecer a necessidade de uma dialética com a cultura universal sob uma ótica de classe.

O próprio autor reconheceu, em parte, a veracidade de críticas desse gênero. Nos anos 70, afirma, a teoria de Althusser dos "aparelhos ideológicos do Estado" nos auxiliou para seguirmos na direção de uma teoria crítica de comunicação, à medida que nos oferecia uma visão dual da sociedade: dominantes e dominados. Mas essa teoria, acrescenta Mattelart, ignorava as contribuições de Gramsci e de Hegel sobre a questão da sociedade civil. Neste sentido, é importante reanalisar os aparelhos de comunicação não só como reprodutores das relações sociais, mas também como lugares de produção".

"É aí que vão aparecer problemas - acrescenta Mattelart- que, em geral, temos deixado de lado. Por exemplo, o fato de que a cultura de massa, se é um lugar de negação da cultura dos setores subalternos, também é um lugar em que os setores dominantes são obrigados a aceitar a existência de outras culturas dentro de sua sociedade".

Não obstante, podemos notar que a autocrítica é parcial. A cultura de massa não é apenas o "lugar de negação da cultura dos setores subalternos", mas também o de afirmação dessa cultura. Não é apenas "um lugar em que os setores dominantes são obrigados a aceitar a existência de outras culturas", mas também o lugar do

nascimento de "outras culturas" que não aquela que representa os interesses dominantes.

Além do mais, Mattelart não localiza com precisão a origem dos seus equívocos. O conceito de "aparelhos ideológicos do Estado", sugerido por Althusser, é muito simplista para explicar as críticas da cultura burguesa desenvolvida por Mattelart. Se ele permite um discurso articulado sobre ideologia, não possibilita tratar, nem grosseiramente, as complexidades da cultura. A principal vertente que está por trás do discurso de Mattelart, as premissas teóricas que o sustentam, são aquelas da Escola de Frankfurt, especialmente a noção de "cultura de massa" (chamada de *indústria cultural*) e suas decorrências.

A noção de "aparelhos ideológicos de Estado" é recolocada, por Mattelart, no contexto da tradição de Frankfurt. Ao "pessimismo" e "elitismo" dessa tradição, como típico intelectual radical da década de 60, ele contrapõe o subjetivismo da "revolução cultural" chinesa e suas propostas "alternativas" de comunicação e produção cultural.

Sua concepção sobre o "jornalismo burguês" e a proposta que apresenta em oposição a ele estão, sem dúvida, perfeitamente inseridas na tradição de Frankfurt e, especialmente, no tipo de enfoque feito por Habermas.

"La realidad que captará el periodista, fiel observante de la norma burguesa, no será sino la ilusión objetiva, la apariencia empírica o el mundo de la superficie, vale decir, el mundo de la falsa conciencia, el universo de la falsa armonía social y de la ilusoria coherencia del aparato de dominio. (. . .) En estos términos, la descripción de la realidad - verdadera yuxtaposición atomística - alimentará el conocimiento de la racionalidad dominante y finalmente perpetua su legitimidad y necesidad".

A alternativa oferecida não escapa à limitação que está presente nos pressupostos da crítica:

"Si el periodista no quiere ser cómplice de la reactualización cotidiana de la opresión y explotación, precisa superar esta noción de realidad cotidiana de la opresión y explotación, precisa superar esta noción de realidad manifiesta y vincular la noticia con el acontecer histórico, vale decir, reconectarla con la realidad contradictoria y conflictual donde precisamente estas contradicciones y conflictos niegan la imagen armónica de la sociedad que subtienden la verdad y la veracidad que impone una clase. No existen hechos inteligibles si no se los ubica previamente en una situación y en el período en el que se desarrollan. Limitarse a 'describir' los hechos significa prescribir el comportamiento que predica el sistema, dejar a la institucionalidad represiva y al marco valorativo de la dominación la dinámica de la decodificación".

Não há como deixar de perceber um paralelo entre essa tese de "vincular a notícia com o acontecer histórico", e a idéia de Habermas - endossada por Marcondes Filho - de um jornalismo crítico semelhante ao jornalismo partidário do século passado. Em comum, nota-se a desconsideração das mediações especificamente jornalísticas, cujas técnicas foram desenvolvidas pelo moderno jornalismo empresarial, sob a égide de uma ideologia da "objetividade" e "neutralidade" da notícia. As técnicas do jornalismo burguês moderno, em função dessa tomada de consciência da ideologia que as justifica, são integralmente descartadas como mero subproduto ideológico.

É verdade que Mattelart, às vezes, se refere às mediações técnicas no sentido jornalístico e reivindica sua apropriação pelas massas. No entanto, trata a questão como se tais técnicas fossem elementares e pudessem ser rapidamente assimiladas por milhões de operários e camponeses. Isso é verdade apenas em parte. Ou melhor, é apenas uma pequena parte da verdade. Uma certa dose de talento e uma capacitação elementar fazem um "jornalista medíocre", como de resto fazem um médico, um engenheiro ou um advogado medíocres. Mas para formar um jornalista competente é necessário ou um grande talento (que não surge aos milhares) ou, pelo menos,

uma boa capacitação técnica e profissional. Ora, se o jornalismo comprometido com o *status quo* atingiu esse nível de elaboração, não há por que exigir menos de um jornalismo situado na perspectiva dos interesses proletários e populares.

Assim, dar realmente a palavra ao povo significa, de fato, como diz Mattelart, muito mais do que oferecer o microfone ou a máquina de escrever aos populares, pois isso já é feito hoje, em certa medida, pelos jornais (cartas à redação), rádios e TVs (entrevistas, pesquisas, etc.). Trata-se, fundamentalmente, de criar as mediações e os canais adequados para que *os conteúdos sociais* (o plural aqui é indispensável) que, antes eram desprezados na comunicação, passem a ter hegemonia no processo. O que é diferente de manipular o meio de comunicação diretamente.

Esses "canais" e essas "mediações" constituem precisamente o patrimônio técnico-científico, que envolve desde a eletrônica até as técnicas e (em alguma medida) as *artes* jornalísticas. Subestimar esses fatores na sociedade contemporânea é como pensar que o artesanato poderá substituir a indústria moderna ou, então, que nesta última os trabalhadores poderão dispensar os engenheiros e técnicos.

Vale assinalar, também, outro aspecto da concepção de Mattelart. Ele acredita que limitar-se a "descrever" os fatos tal como ocorre com o jornalismo burguês, significa "deixar à institucionalidade repressiva e ao marco valorativo da dominação a dinâmica da decodificação". Na verdade, essa descrição já contém, internamente, sua própria valoração coincidente com os marcos do sistema. Intrinsecamente, o relato jornalístico de um fato singular já contém uma dimensão de particularidades e universalidade, sob a forma viva do acontecimento.

Não se trata de um simples "fragmento", um "átomo", descrito positivamente como algo isolado e, por isso, recebendo a valoração como um influxo externo da ideologia dominante. Todo o relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva. O resultado desse processo será,

sempre, aquilo que podemos chamar de *singular significativo*, isto é, o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito.

Colocado o problema dessa maneira podemos conceber a possibilidade de um jornalismo informativo - que se utilize de muitas conquistas técnicas e funcionais adotadas pelos jornais burgueses - com outra perspectiva de classe e outra ideologia.

Mattelart e a cultura: o paradigma do artesanato

Já indicamos que as premissas teóricas de Mattelart combinam três elementos: a crítica da manipulação produzida pela "cultura de massa", com base na herança de Frankfurt; um viés populista e nacionalista no terreno político, aliado ao subjetivismo que superestima as possibilidades das massas em se apropriarem do manancial técnico acumulado; e, nesse contexto, a noção althusseriana de "aparelhos ideológicos do Estado", que reforça a idéia de uma cultura produzida integralmente de modo artificial, com a finalidade de reproduzir a dominação. Vejamos, agora, um texto onde aparecem mais claramente as conseqüências dessa combinação:

"En un proceso revolucionario se trata de desmitificar este concepto de colonización de una clase por otra, invirtiendo los términos autoritarios, que suelen desfrazarse de un cariz paternalista y estableciendo un flujo comunicativo entre emisor y receptor. Es decir, se trata de hacer del medio de comunicación de masas un instrumento donde culmina la práctica social de los grupos dominados. El mensaje ya no se impone desde arriba, sino que el pueblo mismo es generador y el actor de los mensajes que le son destinados".

Essa tese de que "o povo mesmo" deve ser o gerador das mensagens, se não for tomada como uma frase de efeito - o que seria um populismo ainda pior -, é de uma pobreza teórica evidente. Ela corresponde, sem dúvida que em nível diferente, à tese da autogestão sobre a economia, proposta de índole pequeno-burguesa que toma a solução da alienação mercantil de modo absolutamente idealista. Ou seja, como o controle imediato dos indivíduos sobre as "suas" condições de produção, não percebendo aquilo que o capitalismo avançado tornou óbvio: que as condições de produção de quaisquer trabalhadores, seja onde for, constituem parte de uma rede universal de relações, uma totalidade que só pode ser dominada, politicamente, na relação com esse todo. E se é verdade que, em certo sentido, a distância entre emissor e receptor é a mesma que existe entre produtor e consumidor - como já afirmava a Escola de Frankfurt e Mattelart repete -, o proletariado e os setores revolucionários devem controlar o conjunto das condições de produção, incluindo aí a informação e a cultura como uma totalidade, isto é, politicamente. O que é muito distinto de *"devolver a palavra ao povo"*, uma idéia ingênua que, entre outras coisas, não leva em conta que o "povo" *jamais* teve acesso ao tipo de "palavra" que agora se pretende devolver-lhe: os jornais, o rádio, a televisão e os demais meios-eletrônicos de comunicação.

Além disso, a generalidade da expressão "povo" implica conseqüências políticas. O povo, como declarou o poeta, não é o cão, enquanto o patrão é o lobo. "Ambos são povo. E o povo sendo ambíguo é o seu próprio cão e lobo".

Mais adiante, Mattelart acrescenta: *"La definición del pueblo en tanto protagonista implica, sobre todo, que las clases trabajadoras elaboren sus noticias y las discutan. Eso significa que pueda ser el emisor directo de sus propias noticias, de su comunicación"*. Mas ele reconhece que essa meta pode ser viável apenas em termos de uma comunicação artesanal. E, além disso, que existem jornalistas profissionais, inclusive de esquerda, trabalhando em veículos modernos e representativos, sem que essa

representatividade, no entanto, tenha sido formalmente homologada pelas bases populares. Após asseverar que, no socialismo, embora não deva desaparecer o jornalista, deverá desaparecer o *"periodismo representativo"*, tal como lo concibe la burguesia", oferece um conselho aos jornalistas:

"En la nueva perspectiva - y con ritmos muy distintos - se trata de que el periodista reciba su mandato del poder popular y no merced a una delegación formal, sino integrando todas las líneas que permitan que através de él, el pueblo no sea defraudado en su expresión; que cumpla el papel de monitor del sentido".

A preocupação central de Mattelart é com os meios artesanais de comunicação, pois ele vê a cultura produzida pelos meios de comunicação de massa - num processo revolucionário ou de construção do socialismo - como o desaguadouro de todo um processo, cujo sentido seria definido nas atividades culturais elementares levadas a efeito de modo artesanal pelo povo. No entanto, é uma ilusão acreditar que os modernos meios de comunicação de massa possam, de fato, funcionar tão somente como a ponta final da cadeia de produção da cultura.

Na realidade, ocorre o oposto: os meios de comunicação de massa são, hoje, em qualquer sociedade, os verdadeiros "monitores de sentido" do processo como um todo, os aparatos que presidem o conjunto da produção cultural e informativa, fornecendo motivos, estilos, temas, gêneros, pautas e novos rumos. E nisso não dependem do capitalismo. É evidente que essa orquestração feita pelos meios de comunicação de massa, sobre o conjunto da comunicação e da cultura, não funciona nunca como uma imposição, uma relação pura e simples de manipulação.

Há uma dialética entre o *centro* do sistema e todas as suas partes (que podem assumir conteúdos diversos), conduzindo à produção e reprodução da cultura e da informação, na qual o papel das classes, dos grupos organizados e dos indivíduos é sempre irreduzível. Mas o *centro*, o núcleo do poder que qualifica o processo

no seu conjunto e lhe fornece os rumos, é constituído pelos meios de comunicação de massa.

A questão fundamental portanto, para construir novos rumos e outra hegemonia ideológica para o conjunto da cultura, na transição ao socialismo, é a definição e o controle, pelas massas revolucionárias organizadas, da *política cultural* que vai se expressar pelos meios de comunicação avançados. *Essa política vai determinar inclusive, a absorção da criatividade das massas no processo em seu conjunto.*

Assim, mais importante que a "comunicação alternativa", limitada em seu potencial técnico, é a luta pelos espaços no sistema de comunicação de massa e a conquista de veículos tecnicamente avançados.

O problema é que Mattelart entende os meios de comunicação apenas como *meios*, ou seja, mediações usurpadas pelas classes dominantes, impedindo que o povo fale diretamente a si mesmo. Algumas dessas mediações, inclusive pela sua natureza técnica, são consideradas instrumentos de fragmentação das massas, favorecendo a manipulação coletiva e a ruptura de relações sociais mais criativas.

Implicitamente, o modelo de comunicação adotado como paradigma é o mesmo de Frankfurt: o modelo tradicional da cultura que, basicamente, envolvia relações interpessoais diretas, tanto na comunicação em geral como na arte. Hoje, essas relações se libertaram da imediaticidade a que estavam confinadas e, objetivamente, assumem uma dimensão universalmente humana, bem como um potencial humanizador jamais atingido antes.

Ao não considerar a ambivalência da cultura no capitalismo contemporâneo, ficando nos marcos de uma crítica da manipulação imperialista; ao não reconhecer a impossibilidade das massas assimilarem todas as complexas mediações técnicas e artísticas dos meios de comunicação avançados, caindo numa espécie de subjetivismo populista; enfim, ao não perceber as imensas

potencialidades culturais, artísticas, políticas e informativas dos meios de comunicação de massa, Mattelart ficou impedido de esclarecer a especificidade do fenômeno do jornalismo e seus desdobramentos históricos.

Notícia: apenas um produto à venda?

A tradição da Escola de Frankfurt é um espectro que ronda as abordagens sobre o jornalismo. Mesmo entre os autores que se colocam numa perspectiva ideológica pouco crítica em relação ao capitalismo, comparecem pressupostos daquela visão, evidentemente que recombinaos numa salada eclética temperada à gosto. O livro de Cremilda Medina é um exemplo desse fenômeno:

"Nesse momento, é preciso examinar o problema no seu enquadramento geral: informação jornalística como produto da comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana industrializada".

Cremilda reconhece o jornalismo, bem como a indústria cultural no seu conjunto, na qual ele está inserido, não apenas como instrumento de dominação ideológica, mas como um aspecto da "moderna sociedade industrial" inaugurada pelo capitalismo. O jornalismo é entendido como produto de uma nova dinâmica social, liberando potenciais democratizantes. No entanto, os limites ideológicos e teóricos de sua divergência com o pessimismo da Escola de Frankfurt é que ela pensa o desenvolvimento de tais potenciais em termos "evolucionistas" e não numa perspectiva revolucionária. Embora recorra a Benjamin e Enzensberger, sua filiação teórica está mais próxima do funcionalismo do que do marxismo.

Quando se propõe a discutir um modelo de análise dos elementos do processo de codificação da mensagem, ela o faz adotando uma classificação tipicamente funcionalista. O problema da "angulação" no jornalismo - que coloca a dimensão ideológica da

apreensão do real, sendo inseparável da questão da luta de classe -, aparece decomposto em "nível grupal" (empresa jornalística), "nível massa" (necessidade da grande indústria levar em conta o consumo de massa das informações) e o "nível pessoal" (originalidade, estilo e talento pessoais na elaboração da mensagem).

Essa classificação e a outra definindo subcategorias da "angulação" (informativa, interpretativa, opinativa, etc.) não ultrapassam o nível incipiente de uma racionalização empirista e arbitrária. O preço desse ecletismo é que o jornalismo, através de um processo teoricamente reducionista, vai perdendo sua especificidade e concreticidade histórica. Primeiro, ele é tratado como um aspecto da indústria cultural, depois como uma modalidade de "linguagem" e, finalmente, essa linguagem é considerada como uma gradação da linguagem comum. "Então é possível estudar a chamada comunicação indireta - diz Cremilda - como mais uma etapa dessas gradações *naturais* de se comunicar".

Podemos, de fato, demonstrar que, ao nível lingüístico, o jornalismo é "de certo modo" uma extensão da linguagem cotidiana e comum. Ambas são linguagens centradas na singularidade dos eventos e processos. Acontece que, "de certo modo", a filosofia é uma forma de religião; a arte, uma forma de magia; o cinema, uma forma de teatro. Por isso mesmo a essência da filosofia, da arte e do cinema não pode ser entendida senão a partir de uma distinção crucial com a religião, a magia e o teatro, respectivamente.

No jornalismo temos uma linguagem indicial que envolve uma contigüidade diferente daquela que está na base da linguagem cotidiana. Se neste último caso temos a mediação da linguagem e da cultura interiorizada no processo de apreensão da imediaticidade, no jornalismo temos ainda mais duas ordens de mediação. Como condicionante histórico-social do processo temos a integração da sociedade humana num único e dinâmico sistema, ou melhor, numa única e complexa totalidade.

O desenvolvimento capitalista integrou de maneira irreversível a humanidade, fazendo com que cada fenômeno singular esteja agora objetivamente mediado pelo todo. Isso quer dizer que, atualmente, qualquer acontecimento, numa aldeia ou num subúrbio é, potencialmente, um evento mundial em termos objetivos. Quem duvidar disso que se lembre do exemplo de *Chernobyl*. Por outro lado, uma decisão do presidente dos Estados Unidos pode transformar qualquer aldeia ou subúrbio do planeta num amontoado de cinzas.

A segunda ordem de mediações constitui-se por um aspecto dessas forças produtivas, que condensou o mundo na sua dinâmica unidade atual: os meios de comunicação de massa. Esse aparato técnico e social permite transportar a dimensão fenomênica e singular dos acontecimentos, rompendo barreiras de tempo e espaço.

Na linguagem usual e cotidiana, o que se busca apreender e comunicar são os fatos singulares vividos imediata e coletivamente. De um modo geral, ela gira em torno de acontecimentos próximos no tempo e no espaço. Temos aqui a mediação dos significados e da cultura como conteúdos interiorizados na subjetividade dos indivíduos. Em qualquer situação, a realidade jamais é percebida de modo *direto*, como algo *natural*, à margem das mediações histórico-sociais. Mas através do jornalismo temos a reprodução dos acontecimentos a partir da reconstituição fenomênica e singular, como algo que estivesse sendo imediatamente vivido.

A mediação, neste caso, não apenas está interiorizada subjetivamente por emissores e receptores, de forma simultânea, mas se exterioriza em termos materiais, técnicos, sociais e lógicos precisamente para reproduzir a mediaticidade do mundo, através das notícias como algo imediato. A linguagem jornalística, no sentido amplo, que pode envolver quaisquer dos modernos meios de comunicação de massa, é estruturado para cumprir essa tarefa. Eis a sua razão de ser e o horizonte histórico-social capaz de explicar sua organização lógica e lingüística.

Há aqui, sem dúvida, uma espécie de "simulação", mas não uma farsa ou uma falácia inevitável. De qualquer modo, a imediatividade é sempre uma espécie de "simulação". O que aparece na relação imediata é o aspecto fenomênico e singular do real. À medida que o fenômeno é apenas uma face do concreto, ele tanto revela quanto esconde a essência. O singular, da mesma forma, não é mais do que uma das dimensões do concreto, sendo um elemento constituinte do universal e também seu produto: não existe relação humana sem mediações objetivas e subjetivas. Quando indivíduos presenciam diretamente um fato, a rigor, entre eles e o fato está a totalidade da história humana já percorrida, as alternativas sociais que se abrem concretamente para o futuro e, além disso, as incertezas e opções individuais e sociais. Isso quer dizer que o imediato e o mediato são duas faces de uma mesma moeda, momentos inseparáveis de uma mesma relação humana.

A relação interpessoal "direta" ou a percepção "imediata" da realidade não é mais pura ou autêntica, quanto ao seu caráter objetivo ou subjetivo, do que a relação mediada externamente por aparatos técnicos, instituições e pessoas. Há, inclusive, uma vantagem nessa exteriorização objetiva das mediações produzidas pelos meios de comunicação de massa: pela primeira vez nasce, coletivamente, a consciência de que existem mediações fundamentais na relação aparentemente imediata dos indivíduos com o mundo natural e social.

Pode-se, então colocar a questão da "autenticidade" ou "inautenticidade" da apreensão da realidade do mundo, da comunicação e dos significados que ela produz e trafica. Que essa questão seja colocada, num primeiro momento, em termos ingênuos, opondo a suposta autenticidade das relações tradicionais (nas quais as mediações estão basicamente interiorizadas) a uma não menos suposta inautenticidade das relações produzidas pelos meios de comunicação de massa, é um fato perfeitamente compreensível. Afinal, o domínio, espiritual e a hegemonia ideológica das classes dominantes concretiza-se em aparatos técnicos, procedimentos

socialmente identificados e pessoas que, sem qualquer véu sagrado, exercem tais atividades. É natural que esses aparatos surjam, à primeira vista, como intrinsecamente maus e alienantes, pois é através deles que a alienação se torna visível.

Nos modernos meios de comunicação vem à tona o aspecto persuasivo e psicológico da dominação ideológica, que nas sociedades pré-capitalistas estavam interiorizados e eram geralmente imperceptíveis. A postura de aberta desconfiança e disfarçada hostilidade frente aos meios de comunicação de massa, tal como foi dominante na Escola de Frankfurt, corresponde - no plano intelectual - a uma reedição das lutas dos trabalhadores contra a maquinaria ao longo dos séculos XVII e XVIII. Representam, portanto, ao mesmo tempo, uma dimensão saudável de protesto e denúncia, e outra de conservadorismo.

Por outro lado, a tese de Rousseau sobre a origem da sociedade em termos de um "contrato social" - mesmo entendido como um pressuposto estritamente lógico, como ele advertiu no *Contrato Social* - parece hoje bastante pueril para qualquer cidadão medianamente intelectualizado. Isso ocorre pela evidência do complexo objetivo de mediações que não apenas se interpõe entre os indivíduos, mas constitui as premissas da própria existência individual.

De qualquer modo, a singularidade reproduzida no jornalismo através do sistema de transmissão e reprodução técnica dos meios de comunicação, não é a mesma experimentada ou percebida no âmbito da vivência pessoal. A exteriorização técnica e social da mediação implica uma racionalização e especificação dos procedimentos, incluídos aí a linguagem jornalística tanto no sentido amplo como no sentido restrito, referente a cada meio em particular.

É verdade que a linguagem jornalística situa-se num ponto intermediário entre a linguagem científica e a linguagem comum. Mas isso não resolve o problema, já que nem toda a linguagem situada nesse terreno intermediário é jornalismo. Pode-se falar do

jornalismo como uma forma *de conhecimento* porque, distinto da comunicação elementar e cotidiana, não se trata de algo espontâneo associado naturalmente à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa, mas de um processo que socialmente coloca complexas mediações objetivas, que implica uma divisão do trabalho e - por consequência - um fazer e um saber específico.

Assim, o fato de que a linguagem jornalística "*persegue com todos os esforços conscientes ou inconscientes uma contigüidade recriada*", como indica Cremilda, não significa que ela seja uma etapa de gradação da linguagem comum, mas sim uma linguagem referente a um processo social de outra ordem. Ela realiza a reprodução e o transporte de uma singularidade como algo prestes a ser vivido diretamente. Para tanto, ela está subordinada a normas e procedimentos técnicos que a distinguem da espontaneidade lógica, lingüística e epistemológica da linguagem comum. É isso que a torna, aliás, uma especialidade técnica no contexto da divisão do trabalho.

Quando se lê o trabalho de Cremilda fica-se com a impressão de que a luta de classes, se existe, passa ao largo ou apenas tangencia o fenômeno jornalístico. Sua teorização eclética, misturando algumas premissas da Escola de Frankfurt (buscando discutir o jornalismo como um aspecto da cultura de massa), uma classificação meramente funcionalista do conteúdo das mensagens e uma pitada de lingüística, não poderia mesmo chegar a resultados muito sólidos. "A mensagem jornalística - afirma a autora - como um produto de consumo da indústria cultural desenvolveu uma componente verbal específica, que serve para chamar a atenção e conquistar o leitor para o produto/matéria".

No final das contas, a linguagem jornalística e a própria estrutura da notícia são reduzidos a meros apelos formais da cultura de massas. "As hipóteses de ampliação desta parte estariam centradas na idéia/síntese de que os títulos e *leads* anunciam uma

mercadoria, o produto oferecido pelo jornalismo na indústria cultural". Buscávamos a especificidade do jornalismo e chegamos, outra vez, na generalidade da mercadoria!

"Na realidade, há uma incongruência básica entre a angulação-massa do jornalismo industrial e a angulação-elitista de uma frase racionalizada para a objetividade dos fatos noticiados". Aqui está a síntese da confusão feita pela autora: a essência do jornalismo industrial seria a "angulação-massa", que estaria em oposição à frase racionalizada que busca a objetividade dos fatos noticiados.

Para Cremilda, a mensagem/consumo tende a absorver o espaço dedicado à mensagem-opinião, porque aquela se aproxima mais da mensagem-tipo de indústria cultural. Se é verdade que a mensagem-consumo tende a se generalizar, ela não se opõe à mensagem-opinião, mas tão somente em relação às opiniões individuais que não se ajustam ao *status quo*. E tampouco o jornalismo pode ser identificado integralmente como mensagem-consumo, embora ele produza notícias enquanto mercadorias e sua estrutura de produção seja capitalista-industrial.

Nem toda a mensagem-consumo é jornalismo e nem a informação jornalística obedece, exclusivamente, a critérios de consumo mercantil. A necessidade da informação jornalística surgiu na forma de um mercado consumidor de notícias, à medida que, com a emergência do capitalismo, todas as necessidades sociais aparecem como mercado consumidor e todos os valores de uso na forma de mercadorias. Portanto, a relação do fenômeno jornalístico com a *indústria cultural* - definida esta segundo Adorno/Horkheimer - é de unidade e contradição. Uma relação tensa, de mútua pertinência em certos momentos, mas de não-identidade.

A necessidade do jornalismo: rompendo a tradição

Criticando a ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo, Nilson Lage afirma: "Um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de

conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta". De fato, essa exigência só pode partir de duas premissas: ou o conhecimento absoluto de um sujeito onisciente, ou a idéia de que a objetividade possui um significado inerente à sua positividade e autônomo em relação aos sujeitos. Essa última hipótese é mais harmônica em relação às tendências positivistas e funcionalistas que são dominantes no conjunto do pensamento burguês, sendo aquela que realmente sustenta as tímidas e sofríveis teorizações em torno da ideologia do jornalismo objetivo. Os manuais de jornalismo até admitem que não é possível eliminar de todo a subjetividade do repórter, mas que deve ser realizado um esforço para limitá-la ao máximo. Isso ocorre, na medida em que a função ideológica do jornalismo burguês é simplesmente reiterar o movimento de reprodução das relações capitalistas vigentes.

"O conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia. A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. No entanto, ao privilegiar as aparências e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquela depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade, nas escolhas e na ordenação, será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser".

Nilson Lage percebe que há uma complexa mediação, tanto objetiva como subjetiva, no processo de reprodução da singularidade fenomênica dos fatos jornalísticos. A atividade jornalística não envolve uma captação e reprodução dos fenômenos enquanto algo dotado de significado puramente objetivo, mas a reconstrução fenomênica já tornada significativa pelo subjetivismo da intermediação. Mas o autor reconhece certas "vantagens práticas"

nas técnicas decorrentes do mito da objetividade e imparcialidade jornalística:

"Essas reflexões não excluem, porém, as vantagens práticas da técnica que correspondem à proposição de um improvável ponto de equilíbrio diante do qual um fato ocorrido pudesse ser contado de uma só maneira justa. O procedimento resultante dessa forma de entender o texto informativo ofereceu certas vantagens; entre estas, o compromisso com a realidade material, a aceleração do processo de produção e troca de informações e a denúncia das fórmulas arcaicas de manipulação do texto. (...) A proposta de uma linguagem absolutamente transparente, por trás da qual se apresentasse o fato íntegro, para que o leitor produzisse seu julgamento, conduziu os jornalistas a uma atitude de indagação e lhes deu, em certas circunstâncias, o poder de buscar o seu próprio ponto de equilíbrio, devolvendo um conceito de verdade extraído dos fatos com o extraordinário poder de convencimento dos próprios fatos".

O autor reconhece que o jornalismo, na concepção moderna, não é sinônimo de manipulação e alienação. Ao contrário, oferece amplas possibilidades de uma apreensão viva e crítica da realidade social. Nesse sentido, já estabelece uma importante ruptura com o romantismo arcaico que opõe o "jornalismo opinativo" do século passado ao jornalismo atual, que seria alienante e manipulatório em sua própria essência. Nilson Lage, portanto, dá um passo à frente em relação a mentalidade artesanal que, via de regra, está por trás das críticas ao "jornalismo burguês" e ao "mito da objetividade". Não obstante, permanece um vácuo teórico entre a criticável tese da objetividade e imparcialidade do jornalismo e as "vantagens práticas" que ela enseja. Afinal, por que uma técnica nascida da inspiração de uma teoria equivocada tornou-se tão eficaz e importante socialmente?

Acontece que, por trás dessa técnica, não existe apenas uma visão equivocada que supõe a possibilidade de um conhecimento

puramente objetivo, mas sobretudo um processo histórico de constituição de uma necessidade social qualitativamente nova - a necessidade da informação de caráter jornalístico. Uma nova forma de conhecimento social cristalizado no singular, que implica uma radical integração da totalidade social, um novo dinamismo e a atividade dos sujeitos individuais e particulares como constitutiva dessa totalidade. O desenvolvimento das relações mercantis e a expansão do modo de produção capitalista, que estão na base desse processo histórico, colocam a necessidade de um volume de informações que corresponda a essa integração universal dos indivíduos e dos grupos sociais.

Por outro lado, a natureza dessa informação não pode ser arbitrária, pois deve corresponder ao dinamismo que está associado a essa integração e, ao mesmo tempo, à contigüidade efetiva criada pela integração da sociedade humana através de mediações técnicas que rompem as barreiras do tempo e do espaço. É evidente que, historicamente, esse tecido social que conduziu a uma totalidade integrada e dinâmica foi realizado em função da mercadoria, como é igualmente evidente que sua permanência independe da mercadoria.

O desenvolvimento capitalista impõe o surgimento de uma forma de conhecimento social cristalizado no singular, recolocando numa qualidade inteiramente nova a questão da relação dos indivíduos com os fenômenos que se propõem de maneira imediata na experiência cotidiana. Essa forma de conhecimento se, por um lado, possibilita a manipulação externa dos aparatos do processo de comunicação, por outro, encarna uma possibilidade duplamente revolucionária: 1) a possibilidade da crítica radical sobre essa manipulação que se exteriorizou; 2) e o caráter incompleto que decorre da natureza essencial dessa modalidade de conhecimento; por mais que ela pressuponha e direcione um determinado ponto de vista político, ideológico, moral e filosófico, o singular convida a subjetividade a integrá-lo numa totalidade mais ampla dotada de sentido e valores. A essência, de qualquer modo, não é oferecida

como uma substância pronta, ela admite uma certa pluralidade de desdobramentos de parte da subjetividade.

A análise de Nilson Lage sobre o jornalismo não ultrapassa os aspectos lingüísticos e lógicos do fenômeno. Mas ela indica a existência de uma tensão entre as determinações ideológicas e manipulatórias do jornalismo e as potencialidades técnicas que ele desperta, em consonância com as necessidades de informação colocadas pela sociedade moderna. Não obstante, a contradição fica apenas assinalada, já que ele não encontra uma síntese teórica adequada, capaz de unir as ambigüidades e contradições numa totalidade lógica abrangente. Lage procura livrar-se da tradição de Frankfurt, que reduz a notícia à mercadoria e o jornalismo à manipulação, evitando a apologia do individualismo artesanal que normalmente está por trás das críticas da "esquerda" acadêmica. Tampouco embarca na canoa do tecnicismo empirista que considera o jornalismo como uma atividade neutra, imparcial e capaz de revelar a autêntica "objetividade dos fatos".

É verdade, como diz Nilson Lage, que a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. *"Isto impõe o uso* quase obrigatório da terceira pessoa". Mas, resta saber por que motivo a comunicação jornalística é "referencial". Talvez essa indagação possa ser respondida se relembrarmos que o jornalismo é, em certo sentido, uma espécie de "simulação" da imediaticidade, já que a realidade distante é reconstituída enquanto singularidade.

Nas relações imediatas da aldeia pré-capitalista a totalidade restrita do mundo social envolvia de modo significativo os indivíduos que se comunicavam. Todos eram partes legitimamente integrantes da singularidade fenomênica do real. O mesmo ocorre, hoje, ao nível das relações pessoais diretas. Neste caso, os emissores e receptores são partícipes de uma mesma dimensão da realidade, ou seja, da realidade imediata. A personalização do processo

comunicativo, por isso, é um aspecto necessário dos significados que vão sendo construídos. As emoções e os juízos de valor explicitamente colocados pelos indivíduos que se comunicam envolvem significados pertinentes ao mesmo nível da realidade. No jornalismo, porém, os intermediários (inclusive os jornalistas) não integram objetivamente a mesma ordem de significados dos fenômenos noticiados (reproduzidos artificialmente como imediaticidade) e assim transportados ao público. A rigor, os intermediários não são mais - fundamentalmente - indivíduos, mas classes e grupos sociais.

De qualquer modo, trata-se de *coletividades*, de mediações sociais, que produzem industrialmente as informações jornalísticas. O repórter, o redator, o editor, etc., atuam como momentos dessa coletividade industrial. Assim, a presença pessoal de cada um na notícia deve, humildemente, corresponder a esse distanciamento efetivo da realidade que está sendo reproduzida. Portanto, a linguagem do jornalismo é "referencial" na medida em que ela fala de algo que, de fato, é concretamente exterior tanto ao emissor quanto ao receptor individualmente considerados.

CAPÍTULO VI

Jornalismo como ideologia: o reducionismo como método

Ao contrário do que se poderia esperar, as técnicas do "jornalismo burguês" - depois de algumas resistências iniciais - começaram a se impor também nos países ditos socialistas. Nas *Normas operativas e de redação da imprensa latina*, editada em Havana, em outubro de 1975, podemos ler:

"A redação de uma notícia consiste em assinalar no primeiro parágrafo o acontecimento que queremos narrar e organizar logo o relato com precisão, em ordem descendente, dos elementos que o seguem em importância e conduzirão a ele..."

O livro do cubano Ricardo Cardet - *Manual de jornalismo* - demonstra que as técnicas propostas pelos jornalistas do "bloco socialista" não diferem das técnicas ocidentais, que propugnam a "objetividade" e a "verdade dos fatos". O autor faz o elogio do *lead*, alegando aspectos práticos, no sentido de uma comunicabilidade eficaz. Não há qualquer proposição teórica para embasar os procedimentos técnicos apresentados. Segundo Cardet, o *lead* tem dois méritos poderosos: "Primeiro, porque bastará ler esse primeiro parágrafo para que o leitor fique inteirado do acontecimento; segundo, porque mesmo que não haja tempo de ler os restantes, parágrafos fica sempre fixado o essencial da informação no primeiro".

A exigência do *lead* como uma característica do jornalismo moderno parece estar situada em outro campo, bem mais fundamental que essa alegada facilidade de leitura. O caráter pontual do *lead*, sintetizando as informações básicas geralmente no começo da notícia, situa o fenômeno como uma totalidade empírica que estivesse se manifestando diretamente aos sentidos do leitor, ouvinte ou telespectador. O relato constituído pelo ângulo da singularidade dos eventos torna-se, a um só tempo, referencial e pleno de dinamismo. (Eventualmente, esse efeito pode ser obtido por outros meios, especialmente por técnicas literárias ou estéticas, mas essa não é a regra para otimizar a informação jornalística). Os fatos não aparecem decompostos analiticamente, pois isso produziria uma descontração e até dissolução do aspecto fenomênico e singular do evento.

A notícia jornalística reproduz o fenômeno enquanto tal, resguardando sua aparência e forma singular, ao mesmo tempo que insinua a essência no próprio corpo da singularidade, enquanto particularidade delineada em maior ou menor grau e universalidade virtual. A informação jornalística sugere os universais que a pressupõem e que ela tende a projetar. É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem.

O *lead* permite que através da natureza lógica e abstrata da linguagem, constituída pela generalidade intrínseca dos conceitos, seja retomado o percurso que vai do abstrato ao concreto, não pela via da ciência, mas pela reprodução do real como singular-significativo. O real aparece, então, não por meio da teoria, que vai apanhar o concreto pela sua reprodução lógica, mas *recomposto* pela abstração e pelas técnicas adequadas numa cristalização singular e fenomênica plena de significação, para então ser percebido como experiência vivida.

Conforme Ricardo Cardet, a principal condição do jornalismo é a veracidade: "Por isso, a principal condição da informação jornalística não é nem a brevidade, nem a clareza, nem a simplicidade da linguagem, mas sim a veracidade dos dados. A essência de qualquer notícia é que o fato seja verdadeiro, mesmo que esteja redigido com erros de ortografia".

Pode-se perceber que, também para Cardet, a discussão ética sobre o jornalismo transforma-se numa deontologia vulgar, perfeitamente identificada com a tradição do jornalismo norte-americano, que exige dos profissionais apenas o relato neutro dos fatos. Como se os fatos fossem pré-existentes às notícias enquanto realidades factuais unitárias e já dotados integralmente de significação, antes de sua seleção, estruturação e reprodução pela consciência tanto dos jornalistas (repórteres, editores, redatores, etc.) como dos receptores da informação. Dizer que os jornalistas não devem mentir, inventar, distorcer, caluniar, etc., é como afirmar que as pessoas devem ser honestas. O problema, aqui, é ultrapassar o óbvio, obter um consenso sobre o conceito de honestidade. Quanto ao jornalismo, a dificuldade seria conseguir um acordo sobre o que é a verdade, quais são os fatos que merecem ser relatados e sob que ângulo político, ideológico e filosófico.

Uma análise "científica" do jornalismo

A tentativa de uma análise "científica" do jornalismo, considerado como manifestação essencialmente ideológica, é feita

por Vladimir Hudec. A questão é colocada corretamente: "qual a essência do jornalismo, qual a lógica interna desse fenômeno social?" Em parte, diz Hudec, a resposta pode ser dada através da prática das redações, com base na experiência. "Mas só a pesquisa científica e a análise teórica das complexas leis internas que existem objetivamente no jornalismo, como em qualquer outro fenômeno social, é que determinam a sua essência, funcionamento, origem histórica, desenvolvimento e perspectivas, permitem explicar todos os problemas na sua globalidade." Este seria o objeto, segundo o autor, da "teoria geral do jornalismo".

Inicialmente os jornais traziam mais informações sobre a produção e os negócios do que sobre a vida política. "O objetivo principal dessas compilações de notícias publicadas periodicamente era o de auxiliar vastos círculos de produtores a avaliarem corretamente as tendências futuras da produção e os comerciantes a venderem com êxito vários gêneros de mercadorias". "O feudalismo foi incapaz de evitar o nascimento, no seu seio, das relações de produção capitalistas, mas só mais tarde, quando o feudalismo já se tornara demasiadamente estreito para as relações de produção capitalistas mais desenvolvidas, é que a burguesia se lançou ao ataque no *campo político*, numa tentativa de ganhar poder também na vida política".

É perfeitamente lógico que os primeiros jornais tratassem, principalmente, das questões mercantis, a oferta e a procura de produtos, preços, novas mercadorias e possíveis mercados. Isso, não só em função das necessidades práticas evidentes em si mesmas, mas também porque as relações mercantis que se expandiam eram a forma elementar da universalização e integração da sociedade humana e dos indivíduos que a constituíam.

De fato, numa primeira etapa, o mundo se ampliou principalmente para os industriais e grandes negociantes. Foi para a burguesia ascendente, em função de suas necessidades específicas, que se realizou objetivamente uma globalização da existência. No

entanto, as relações econômicas são a base de relações sociais em sentido amplo. Por isso, a globalização sócio-política da existência de todos os indivíduos seria uma decorrência natural do desenvolvimento das relações mercantis e capitalistas.

O jornalismo opinativo, de combate político aberto, que teve seu apogeu na primeira metade do século XIX - indicado por Habermas como a segunda fase do jornalismo e a mais significativa entre as três - é exatamente o momento histórico no qual vem à tona, de modo mais evidente, a dimensão particular do fenômeno, isto é, seu caráter de classe. É claro que a teoria não pode deixar de lado essa dimensão, sob pena de não perceber ou não levar em conta a ideologia hegemônica na atividade jornalística desde o seu surgimento. O erro, porém, é tomar essa fase como a própria essência do jornalismo, tal como fazem Habermas e tantos outros seguidores.

A fase abertamente política do jornalismo, quando ele foi, sobretudo, um instrumento direto de combate ideológico e político contra o poder feudal, é a menos representativa de sua essência como fenômeno universal. A mais representativa é a terceira fase que se consubstancia na especificidade do jornalismo moderno a partir da metade do século passado. Na verdade, tanto a primeira fase do jornalismo (notícias mercantis) como a terceira (atual) expressam mais plenamente o conteúdo do conceito do que a segunda, que apenas indica com nitidez seu caráter de classe, sua *forma* particular de existência no modo de produção capitalista, num dado momento histórico. Isso não significa desprezar a necessidade política e ideológica de jornais (e outros meios) de explícito combate antiburguês, como instrumentos de propaganda, denúncia, educação, formação e organização.

Quer dizer, veículos articulados estratégica ou taticamente a determinados objetivos político-ideológicos ou teóricos (tal como o foram os jornais burgueses na sua luta contra o feudalismo), que se utilizem - em maior ou menor grau - de técnicas jornalísticas

propriamente ditas. O que se pretende afirmar, tão somente, é que - numa perspectiva histórica mais ampla, que ultrapassa o próprio capitalismo -, não é o modelo do "jornalismo opinativo" que deve suceder ou substituir o moderno jornalismo burguês. Na medida das possibilidades concretas da esquerda revolucionária e socialista, a luta deve ser travada, também, no terreno desse moderno jornalismo, que não é abertamente propagandístico ou organizativo - assim como não o são os grandes jornais burgueses em período de relativa estabilidade política -, mas que patrocina uma forma específica de conhecimento da realidade social. Essa batalha pode e deve ser travada dentro dos jornais e veículos sob controle da burguesia, a partir do escasso mas significativo espaço individual dos repórteres e redatores em relação às editorias, e do espaço igualmente importante das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários. Como pode e deve também ser travada, especialmente em momentos de transição revolucionária, mas não apenas nesses casos, em veículos de comunicação massiva sob o controle das forças operárias e populares.

Em qualquer caso, no entanto, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que existe a possibilidade e a necessidade de um jornalismo informativo moderno, que não seja meramente propagandístico ou formalmente opinativo. Isto é, reconhecer a possibilidade e a necessidade de um jornalismo informativo com outro caráter de classe, elaborado a partir de outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão principal não seja apenas a de propagandear tais pressupostos. Em segundo lugar, é preciso saber fazê-lo, sendo que, para tanto, antes de mais nada é imprescindível compreendê-lo do ponto de vista teórico.

As três fases e as três dimensões do fenômeno

Hudec afirma que o jornalismo não surgiu de uma curiosidade ancestral de conhecer todos os fatos em todos os lugares, mas dentro de um contexto específico e de uma necessidade social determinada. Mas ele entende que a essência do fenômeno jornalístico é fornecida

exclusivamente por esse contexto específico e por essa necessidade social determinada. Não percebe que, historicamente, a ontologia de um fenômeno não se deduz integralmente de sua gênese. Aliás, se fosse diferente não haveria nada de realmente novo sob o sol.

Por não compreendê-lo, Vladimir Hudec diz que o jornalismo é produto das "*necessidades econômicas, políticas e ideológicas completamente novas da burguesia*", uma necessidade estritamente de classe, portanto. E assim, não consegue discutir a especificidade do jornalismo como forma de conhecimento e sua universalidade como fenômeno que ultrapassa as fronteiras da dominação burguesa.

A necessidade burguesa do jornalismo aparece mediada por relações sociais novas, concretamente constituídas, que fundamentam o surgimento desse fenômeno social. É a burguesia que implementa, segundo seus interesses e sua hegemonia, a satisfação dessa carência de informações de natureza jornalística que nasceu das condições criadas pelo desenvolvimento capitalista e através dele. Mas isso não significa que a natureza do jornalismo se esgote nessa função positiva que desempenha no capitalismo. Que as informações predominantes na pré-história do jornalismo sejam de caráter estritamente mercantil e que, numa segunda etapa, os jornais assumam um papel destacado na luta político-ideológica contra o poder feudal, para finalmente assumirem a função predominantemente informativa que possuem hoje, não pode nos levar ao equívoco de acreditar que sua autenticidade está contida apenas na segunda fase, em virtude do papel politicamente progressista que desempenhou.

Na verdade, as três fases da história do jornalismo nos permitem captar três dimensões do fenômeno que compõem sua essência, ou seja, sua universalidade e especificidade concreta.

A primeira indica a composição historicamente particular de relações econômicas que colocariam, mais tarde, a necessidade universal de informações jornalísticas para toda a sociedade e não mais exclusivamente para os burgueses.

A segunda demonstra que, implícita ou explicitamente, o jornalismo é também um instrumento utilizado segundo interesses de classe, um elemento importante da luta política.

A terceira fase supera as duas primeiras em função de uma necessidade social emergente, a partir da segunda metade do século passado, tornando-se o jornalismo fundamentalmente informativo, sem anular suas características precedentes. As notícias não são mais, predominantemente, sobre assuntos mercantis, mas elas próprias transformam-se em mercadorias e, sobretudo, valorizam como mercadoria o espaço publicitário dos veículos nos quais a atividade jornalística se desenvolve.

O valor de uso das informações sobre os mais variados aspectos da vida social transforma-se em valor de troca em dois sentidos: como coisa vendável em si mesma e, principalmente, como valorização do veículo para a divulgação puramente mercantil. A propaganda comercial tem, em geral, pouco valor de uso. Por isso, a eficiência da publicidade comercial está intimamente ligada aos valores de uso que a ela são associados, ou seja, o acesso efetivo que o veículo proporciona à cultura em geral, à arte, ao lazer e, especialmente, às informações de caráter jornalístico.

Não está em questão aqui a hegemonia ideológica (burguesa) dessa cultura, dessa arte, desse lazer e das informações veiculadas, mas sim o fato de que correspondem a certas necessidades e formam a condição básica para que tenham eficácia tanto a publicidade comercial quanto o reforço ideológico que se manifesta através delas. Se não houvesse essas necessidades, os donos de veículos jamais investiriam, por exemplo, em toda a infra-estrutura necessária à informação. Uma dúzia de laiaios ideológicos seria suficiente, em cada veículo, para manipular a alienação da massa e torná-la receptiva à propaganda comercial e político-ideológica.

A separação feita pelos veículos de comunicação de massa entre a parte referente ao jornalismo, a parte referente à opinião (editorial ou não) e aquela referente à publicidade, por si só,

simboliza as três fases históricas do jornalismo e sua articulação na nova totalidade que caracteriza o jornalismo informativo.

A própria ideologia do jornalismo burguês, que destaca a missão informativa como prioritária em relação às outras duas, demonstra que esse mito é necessário para a respeitabilidade do veículo e, em conseqüência, para sua valorização publicitária. As informações, obviamente, não são puramente objetivas, sequer imparciais ou neutras. Mas é a necessidade universal e efetiva de informações de natureza jornalística que condiciona a possibilidade e a funcionalidade desse mito, quando, a partir da segunda metade do século XIX, as relações sociais se globalizam e os indivíduos de todos os recantos se tornam indivíduos inseridos numa única Humanidade.

A ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo corresponde não ao fato ou possibilidade real da existência desse tipo de informação, mas, ao contrário, ao fato de que as necessidades sociais objetivas e universais de informação só podem ser supridas conforme uma visão de classe. É a carência objetiva da sociedade como um todo que fornece as bases para o mito ideológico de que o jornalismo pode vincular-se direta e abstratamente a essas necessidades gerais, segundo um interesse político global da sociedade, que se revela como mesquinho interesse da manutenção da ordem burguesa. Ora, sabemos que, numa sociedade dividida em classes, a universalidade sempre se manifesta mediada por interesses particulares.

O jornalismo como ideologia: a legitimidade da manipulação

Por não considerar, no caso do jornalismo, essa dialética entre a particularidade e a universalidade, Hudec dissolve a especificidade do jornalismo no seu papel ideológico em função dos interesses de uma ou de outra classe. "O modo de produção capitalista em crescimento - afirma o autor - necessitava de uma *nova organização política da vida social*". O jornalismo é entendido apenas como

meio para atingir um fim exterior, um instrumento de classe para que a burguesia possa atingir seus objetivos políticos e econômicos.

Essa visão teórica da gênese e função histórico-social do jornalismo tem muitas consequências. A mais importante delas é a legitimação da manipulação informativa, desde que isso seja feito em consonância com o que for julgado como "o interesse" das classes revolucionárias, segundo um indivíduo, um partido ou o Estado. Assim, a conhecida opinião de Lênin no sentido de que a verdade é revolucionária e que só a verdade interessa ao proletariado, adquire relatividade e passa a ser interpretada conforme os burocratas de plantão.

No caso presente a manipulação não fica justificada teoricamente com a mera supressão do problema da verdade, como ocorre na aplicação da Teoria Geral dos Sistemas ao jornalismo, mas com a consagração da verdade a partir de critérios puramente ideológicos. O papel revolucionário da classe operária está escrito em determinadas leis férreas do desenvolvimento histórico. Essas leis são objeto da ciência. Portanto, a vanguarda (real ou autodenominada) política e científica vai interpretar tais leis e definir a verdade dos fenômenos conforme o contexto histórico pré-determinado, fora da *práxis* e sem a participação real das massas.

Em certo momento, Hudec reconhece que o jornalismo surgiu de uma necessidade social. "Esta resultaria de todo um conjunto de fatores sócio-econômicos e assim o jornalismo passou gradualmente a fazer parte da vida social". Porém, a partir de premissas que compreendem o jornalismo exclusivamente pela sua função ideológica, como necessidade da classe em ascensão de estabelecer uma nova organização política da vida social - sem perceber que se inaugura uma complexidade e uma dinâmica de ordem superior nas relações sociais, que ultrapassa a lógica mercantil e capitalista -, o autor não consegue explicar de que maneira o jornalismo "passou a fazer parte da vida social".

Se a jornalismo é apenas um instrumento de afirmação e hegemonia burguesa, no socialismo será, tão somente, "um instrumento proletário" e, numa sociedade sem classes, não terá razão de existir. Sua concreticidade, para Hudec, está inevitavelmente ligada aos interesses de classe que ele representa: "O jornalismo não existe numa forma abstrata. É sempre concreto, ligado a uma certa classe social cujos interesses expressa, defende e apóia de um modo mais ou menos preciso".

Essa conclusão do autor pode ser entendida em dois níveis. Se for tomada no sentido de que o jornalismo é apenas um instrumento da luta de classes, teremos como consequência que ele será estritamente um epifenômeno da ideologia. Seu estudo seria um capítulo da discussão teórica sobre a ideologia, uma das formas de manifestação e luta ideológica. Não haveria possibilidade de uma *teoria do jornalismo* propriamente dita, já que ele teria de ser explicado em função da luta de classes.

Se tomarmos a conclusão do autor no sentido de que o fenômeno do jornalismo está sempre vinculado a determinados interesses de classe, embora isso não esgote a sua essência, teremos uma afirmação elementar o óbvio. Uma assertiva que pode ser aplicada para o problema da ciência, da arte, da engenharia mecânica e da criação de galinhas. Numa sociedade dividida em classes tudo está, de uma forma ou de outra, "de modo mais ou menos preciso", vinculado a interesses de classe.

Entretanto, Hudec não recua diante de consequências paradoxais que possam ser extraídas de suas teses e afirma: "jornalismo é um fenômeno, próprio apenas da cultura moderna, de *tipo expressamente ideológico*". (Grifo meu).

Quando o autor fala do jornalismo socialista, aparecem com maior nitidez as consequências manipulatórias de sua concepção teórica: "Quanto ao jornalismo socialista, a visão científica do mundo que constitui sua espinha dorsal imprime-lhe a marca da

veracidade e do otimismo histórico decorrentes do objetivo realista e cientificamente fundamentado de criar uma sociedade sem classes".

É interessante verificar que a "veracidade" e o "otimismo" não decorrem de uma *possibilidade* contida nos próprios fatos, mas de qualidades que são consideradas, aprioristicamente, como inerentes ao "objetivo realista e cientificamente fundamentado de criar uma sociedade sem classes". Em outras palavras, os fatos servirão somente para ilustrar com otimismo uma espécie de veracidade que já foi estabelecida como premissa ideológica e filosófica. Essa perspectiva reduz os fatos ao significado fechado que, de antemão, foi atribuído à totalidade histórica. Desse modo, os fatos são apreendidos e relatados jornalisticamente como cenas de um filme do qual já se conhece o final e, portanto, portadores de um conteúdo integralmente constituído e indiscutível.

Os fatos, por si mesmos, não encerram um significado objetivo totalmente independente do sujeito que os percebe e elabora como mensagem codificada, ou completamente desligado das concepções e ideologias sobre a totalidade histórica. Não obstante, temos que admitir que os momentos de um processo ou as partes de um todo são, efetivamente, constituintes desse processo e desse todo, em que pesem sejam igualmente produto da totalidade. Isso representa que, de algum modo, a dimensão objetiva dos fatos tem sempre algo a dizer. E o que é mais importante, algo novo a dizer. Por exemplo, atribuir a um fracasso econômico ou político o caráter de uma vitória - na medida em que as derrotas "sempre nos ensinam algo" -, é uma evidente manipulação que despreza não só o bom senso como as evidências objetivas de fato. No entanto, essa derrota econômica ou política, no caso de um governo supostamente socialista, pode ser tratada sob dois enfoques ideológicos: como insinuação de que o socialismo é inevitavelmente ineficiente ou inviável, ou como indicação de que é necessário maior competência ou novos rumos para a construção do socialismo.

Ao invés de reconhecer a singularidade dos fatos e a relativa autonomia de significado que eles expressam, como configuração de possibilidades concretas em relação ao futuro, Hudec prefere indicar previamente uma classificação segundo um futuro pressuposto.

"Tudo o que aponta para o futuro, isto é, os rebentos do desenvolvimento futuro, merece a maior atenção entre todos os acontecimentos que ocorrem hoje". A seleção dos fatos jornalísticos obedece exclusivamente a um critério exterior ao processo, a um critério estritamente ideológico que deve ser harmônico "com a importância objetiva da informação decorrente das leis do desenvolvimento social".

De um lado, as "leis" do desenvolvimento social parecem ser puramente objetivas e exatas, de outro, os fatos apenas servem para confirmá-las. Cabe ao jornalismo socialista, conforme o autor, *demonstrar* por intermédio dos fatos o curso geral da história no sentido previsto. Não há nenhuma abertura de sentido ou questionamento realmente novo colocado pelos fatos jornalísticos: "Toda a atividade jornalística que tenha entrado em conflito com *as leis objetivas do desenvolvimento social* é obrigada a esconder o seu caráter reacionário pela distorção dos fatos, pela demagogia e pela preferência da influência psicológica e racional, com a intenção de manipular deliberadamente as massas".

A filiação stalinista dessa concepção é notória à medida que pressupõe uma ontologia *naturalista* da história como seu pano de fundo filosófico, um subjetivismo ideológico na política - que pretende submeter a realidade e certos princípios - e uma epistemologia objetivista com nítidos traços do positivismo.

O "objetivismo" e o "cientificismo" como renúncia da crítica

O processo histórico-social apresenta um movimento contraditório e um leque de possibilidades objetivas, sendo que o desdobramento efetivo da realidade vai depender da consciência e ação dos sujeitos. Assim, a diversidade dos fenômenos que povoam

esse processo expressam contradições e, inclusive, tendências opostas ou diferentes da realidade. Portanto, cada fato tomado em sua singularidade e particularidade expressa a realidade em, pelo menos, três níveis: 1) As possibilidades concretas encarnadas pela totalidade histórico-social na qual o fato está inserido. E uma escolha necessária entre os valores de tais possibilidades. 2) A tendência específica da particularidade que este fato expressa de modo predominante. 3) A contradição que, necessariamente, ele contém dentro de si, ainda que expresse uma tendência dominante da particularidade e seja reproduzido conforme uma escolha ao nível da totalidade.

No primeiro nível, aceita a premissa de que existe mais de uma possibilidade objetiva em relação ao futuro, apesar de tais possibilidades não serem arbitrárias nem infinitas, coloca-se o problema da opção subjetiva ou, mais especificamente, da ideologia.

Em relação ao segundo e terceiro níveis, o processo de apreensão da realidade será, principalmente, indutivo e não dedutivo. Nestes dois níveis, os fatos terão de ser tratados, basicamente, enquanto objetividade, ouvindo e respeitando aquilo que eles têm a dizer, o significado novo que eles inevitavelmente agregam à realidade. Por exemplo: é possível relatar a derrota de uma determinada luta pela reforma agrária, assumindo implicitamente a perspectiva dos camponeses e dos operários urbanos que lutam por ela. Mas não é possível nem desejável deixar de reconhecer que se tratou de uma derrota (tendência específica da particularidade do fato). Além disso, é necessário reconhecer a contradição apanhada em seu movimento vivo, ou seja, que uma derrota jamais é algo absoluto (contradição inerente à singularidade).

Essa contradição aparece porque, a partir das possibilidades globais da totalidade indicada no primeiro nível, sobrevive, inevitavelmente, um aspecto secundário mas importante: uma chama subordinada, mas real, que aponta no sentido oposto à determinação

dominante na particularidade. Assim, também as vitórias jamais poderão ser absolutas porque sempre terão algo a ensinar, um elemento novo que não foi previsto.

Há uma diferença importante entre a "ideologia da objetividade", que vigora no jornalismo burguês, e a "ideologia do jornalismo científico", que Hudec nos apresenta como a alternativa socialista. Na primeira, os fatos devem falar por si mesmos, contextualizados e hierarquizados subjetivamente com base no senso comum e na ideologia burguesa, para que sua apreensão e reprodução jornalística atuem como reforço da ordem e do *status quo* positivamente existentes. Na segunda, os fatos também devem "falar por si mesmos", porém não mais através das evidências percebidas pelo senso comum, mas como um boneco nas mãos de um ventríloquo. Isto é, os fatos devem revelar aquilo que já está previsto pelas leis objetivas do desenvolvimento social, devem ilustrar essas leis em cada momento conjuntural.

No primeiro caso, a objetividade imediata e alienada em sua positividade sempre vai reproduzir a ideologia burguesa que a pressupõe. No segundo, uma ideologia normativa, pretensamente científica, vai selecionar, manipulatoriamente, aqueles aspectos e momentos da imediatividade que confirmam a premissa ideológica estabelecida. Esta última concepção, que não ultrapassa a perspectiva "funcional" da comunicação e do jornalismo, encontra sua melhor expressão teórica no conceito de Althusser sobre os "aparelhos ideológicos de Estado", que seriam como correias ideológicas da reprodução social. Porém, tanto numa como noutra visão, perdem-se as melhores potencialidades epistemológicas dessa forma de conhecimento. Precisamente aquelas potencialidades críticas e desalienadoras mais específicas do jornalismo.

O singular como categoria central da teoria do jornalismo

"A redação da notícia deve ser específica" - diz Hohemberg.
"As generalidades geralmente concorrem para obscurecer o quadro

da notícia. Em vez de escrever que um homem é alto, melhor dizer que tem um metro e noventa. Em lugar de dizer que o orador estava nervoso e perturbado, melhor informar que gritava e dava murros na mesa". Uma das características do moderno jornalismo "objetivo" que se afirmou nas últimas décadas é o desprezo pelas generalidades e adjetivos. A preocupação com a singularidade dos fatos ou pela especificidade, como se diz mais comumente, é a marca dos bons repórteres ou redatores. No entanto, essa questão não, é tratada do ponto de vista teórico, uma vez que a singularidade (que seria o objeto do jornalismo) é entendida no sentido vulgar, não filosófico, com base no senso comum que, via de regra, percebe o fundamento da realidade como uma soma ou agregado de coisas ou eventos singulares, ao invés de percebê-lo também em suas dimensões concretas de particularidade e universalidade.

O resultado é que a singularidade é reificada pela compreensão espontânea do jornalista, que acaba aceitando implicitamente a particularidade e a universalidade sugeridas pela imediaticidade e reproduzidas pela ideologia dominante. Assim, a busca da "especificidade" na atividade jornalística limita-se a uma receita técnica de fundo meramente empírico, uma regra operativa que os jornalistas devem seguir sem saber o motivo, tomando-se presa fácil da ideologia burguesa e da fragmentação que ela proporciona. A realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos. A totalidade toma-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades.

Até o presente, as tentativas de abordagem sobre o fenômeno jornalístico, com seu variados enfoques - funcionalista, ideológico, econômico, semiológico, etc. - não ultrapassaram certos limites teóricos. Uma vez que o jornalismo inaugura historicamente uma nova possibilidade epistemológica, uma teoria capaz de abrangê-lo

deve propor claramente o problema em sua conexão com categorias filosóficas, situando os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão de alcance ontológico sobre o desenvolvimento social.

No seu livro intitulado *Introdução a uma estética marxista*, planejado inicialmente como parte de uma obra maior sobre estética, Lukács discute a natureza da arte, "a sua diferença em relação ao reflexo científico da realidade objetiva e em relação ao reflexo que se realiza na vida cotidiana". Um dos pressupostos fundamentais da teoria lukacsiana sobre a arte é o de que "o reflexo científico e o reflexo estético refletem a mesma realidade objetiva". E disso resulta, segundo o autor em questão, "que devem ser os mesmos não só os conteúdos refletidos, mas as próprias categorias que os formam".

As concepções de Lukács estão inseridas numa velha (e ainda atual) polêmica sobre a arte no interior do marxismo. Essa discussão tem sua origem nos breves escritos de Marx e Engels (principalmente cartas) manifestando opiniões ou preferências em torno de obras de arte de seu tempo, especialmente da literaturas. Plekanov, Lênin, Trótski, Adorno, Benjamin, Brecht, Goldmann e tantos outros, são alguns nomes significativos desse debate.

Algumas limitações da estética de Lukács

Embora reconhecendo a importância do legado teórico deixado por Lukács e a profundidade de suas reflexões no campo da filosofia e da estética, não nos alinhamos entre aqueles que pensam que ele formulou um axioma suficiente para a elaboração de uma teoria marxista da arte. Não aceitamos, por exemplo, o pressuposto de que a arte reflete "a mesma realidade" da ciência, estando, por conseguinte, sujeita às mesmas categorias, mesmo que organizadas de outro modo e obedecendo formulações apropriadas.

Preferimos considerar que a realidade refletida (e constituída, seria oportuno acrescentar) pela arte não é a mesma representada pela ciência, embora não seja completamente arbitrária ou

puramente subjetiva. Trata-se de uma realidade que mantém traços de identidade e pontos de pertinência em relação àquela que é objeto da ciência. São, de fato, realidades complementares, embora a dimensão apanhada pela arte seja mais global e compreenda dentro de si, como momento subordinado, a realidade objetiva que a ciência procura expressar. A ciência tende para a objetividade, para a revelação do em si do objeto, esse é o movimento que a caracteriza. A arte funde sujeito e objeto no contexto de uma totalidade particular, mas cujo conteúdo, embora não seja exaustivo, refere-se sempre à totalidade mais ampla da existência histórica e ontológica dos homens e da sociedade.

A diferença da arte em relação à filosofia é que, ao fundir sujeito e objeto numa reflexão única, a arte não dissolve a singularidade das figuras nos conceitos e nas categorias. A arte, como o indicou o próprio Lukács, supera a imediatez empírica do singular e a abstração generalizante do universal, conservando-os subordinados na particularidade estética, quer dizer, no típico.

Assim, embora cristalice sua representação no particular e não no universal como tendem a fazer as ciências e, de maneira evidente, a filosofia, ela se volta para "a mesma realidade" da filosofia - uma relação de totalidade entre sujeito e objeto - e não para a realidade objetiva da ciência, que é só uma parte da totalidade.

Certamente as limitações da concepção estética de Lukács são responsáveis pela dificuldade que ele sempre teve em compreender as vanguardas artísticas, na medida em que seu método tende a subestimar a autonomia relativa do significado formal. Por outro lado, a consideração epistemológica do fenômeno estético - considerado sempre como "um reflexo da realidade", embora cristalizado no particular - tornou o método crítico de Lukács não apenas fecundo para analisar a grande arte do passado, como para vislumbrar a linha de continuidade no desenvolvimento artístico.

Em síntese, há uma tensão objetivista que perpassa sua teoria estética, a qual reduz a arte ao conhecimento objetivo da realidade

histórico-social (que ela realmente contém, embora não esgote o problema da arte). A dimensão subjetiva da arte, com sua margem de criação livre, na qual ela nada reflete de objetivo, mas instaura uma realidade a um significado completamente novos, não é contemplado pela concepção lukacsiana. Nesse sentido, a arte poderia ser pensada, talvez, a partir da categoria filosófica de trabalho, e não apenas como modalidade do conhecimento.

"A concepção diabética no interior do materialismo, portanto, insiste, por um lado, nesta unidade conteudística e formal do mundo refletido, enquanto, por outro, sublinha o caráter não mecânico e não fotográfico do reflexo, isto é, atividade que se impõe ao sujeito (sob a forma de questões e problemas socialmente condicionados, colocados pelo desenvolvimento das forças produtivas e modificados pelas transformações das relações de produção) quando ele constrói concretamente o mundo do reflexo".

O que Lukács procura estabelecer como premissa materialista é a prioridade da realidade objetiva comum, a qual seria revelada sob formas diferentes; de um lado, pelo reflexo científico (que faria um movimento pendurar entre o universal e o singular) e, de outro, pelo reflexo estético (que teria a particularidade como categoria central). Porém, a inegável prioridade ontológica do ser em relação à consciência, a partir do momento em que a filosofia materialista adota a noção fundamental de *práxis*, não pode ser traduzida para o terreno epistemológico como simples reflexo da objetividade na consciência, mesmo que se considere esse reflexo como não mecânico e não fotográfico.

Nesse ponto, parece que Lukács dá um passo atrás em relação a Hegel, embora este tenha mistificado o papel da consciência pelo pressuposto do "Espírito Absoluto" e a conseqüente transcendência mística do conceito. Portanto, é preciso reconhecer não só que a categoria do conhecimento é insuficiente em relação à arte, pois esta envolve uma *práxis*, isto é, uma atividade de mútua produção entre sujeito e objeto (o que implica a noção de trabalho, que é mais

abrangente), mas também que a idéia de "reflexo" é inadequada e parcial para indicar o próprio conhecimento em cujo processo o homem se apropria subjetivamente da realidade.

As ciências naturais tendem para a objetividade, para a revelação da coisa em si. No entanto, jamais poderão esgotá-la. A condição para a revelação da objetividade é a atividade subjetiva, a posição teleológica do sujeito e sua tendência a uma apropriação crescente do mundo. Mas a subjetividade, aqui, por um lado é um pressuposto necessário (sob o ponto de vista ontológico da práxis) e, por outro lado, é um resíduo decrescente (sob o ângulo epistemológico), embora seja ineliminável exatamente por ser um pressuposto.

As ciências sociais ou humanas, por seu turno, constituem uma revelação da objetividade na qual a subjetividade (ou a ideologia, dito de modo mais específico) que a pressupõe não se manifesta como um resíduo, mas como uma dimensão intrínseca à teoria e que a constitui como um conteúdo necessário e legítimo. Aquilo que na objetividade natural aparece como probabilidade, na sociedade realiza-se como liberdade. Por isso, a adesão a uma ou outra possibilidade do real, da parte dos sujeitos que o investigam, é tanto condição para que seja revelado o objeto como um aspecto constitutivo desse objeto.

A subjetividade ou a ideologia, portanto, deixam de ser um resíduo decrescente para tornarem-se subjetividade objetivada ou, se quisermos, objetividade subjetivada. Mas, de qualquer forma, a dimensão teleológica torna-se, além de condição fundante do saber, tal como nas ciências naturais, parte integrante da elaboração teórica das ciências sociais.

As mesmas categorias para uma nova problemática

Mas o que nos interessa, acima de tudo, na teoria lukacsiana da arte, é a transposição das categorias utilizadas para a elaboração de uma teoria do jornalismo. As limitações da estética proposta por

Lukács, com base em categorias eminentemente epistemológicas, reforça a idéia de que as categorias utilizadas por ele (singular, particular e universal) são mais fecundas para caracterizar as representações que se referem estritamente a formas de conhecimento.

Ao contrário do que ocorre em relação à arte, essas categorias podem fornecer o axioma teórico para uma teoria do jornalismo. Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de modalidades históricas do conhecimento segundo as mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização.

A ciência, o conhecimento teórico em geral, constitui uma dessas modalidades do conhecimento. No entanto, ao contrário de Lukács, não pensamos que o conhecimento científico fixa-se "de acordo com suas finalidades concretas", nos extremos do universal ou do singular. É a especificação crescente do objeto e a especialização do saber, movimento que ocorre paralelo e é complementar ao processo de generalização e abstração, que fornece a imagem falseada de que existe ou tende a existir um conhecimento científico cristalizado no singular. Por mais específico que seja o objeto e por mais especializado que seja o saber, o conhecimento científico aspira sempre ao universal. Ele se projeta nessa aspiração e recebe sempre sua formulação adequada com base na busca da determinação de uma pluralidade ilimitada.

As informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade. A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediatez compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto.

A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade.

No caso da arte, trata-se de uma singularidade arbitrária, um ponto de partida no caminho da criação estética, cujo termo conclusivo coincide com a superação da singularidade pela instauração do típico - o particular estético. Para o jornalismo, a singularidade, além de não ser arbitrária é um ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular. É nesse contexto que a seguinte afirmação de Lukács sobre a arte possui validade também para o jornalismo: "se um fenômeno qualquer deve, enquanto fenômeno, expressar a essência que está em sua base, isto só é possível se se conserva a singularidade".

Lukács demonstra que foi Hegel o primeiro pensador a colocar no centro da lógica a questão das relações entre a singularidade, a particularidade e a universalidade. Hegel toma como seu objeto de reflexão o processo da revolução burguesa como expressão da dialética histórica. O *ancien regime* tem pretensões de ser universal, mas representa interesses particulares. A classe revolucionária, a burguesia, o Terceiro Estado, que para Hegel constituem o verdadeiro universal, são reduzidos à particularidade. A revolução burguesa é a solução desse impasse. Hegel compartilha daquilo que Marx ironizou como "ilusões heróicas": a burguesia se pensa como encarnação a-histórica da vontade universal.

A partir dessa "ilusão heróica", o pensamento idealista de Hegel vê-se induzido a mistificar as relações dialéticas, que ele mesmo esclareceu, entre a singularidade, a particularidade e a universalidade. Quando procura "deduzir" logicamente as instituições particulares da Prússia da época, ou seja, a monarquia constitucional com todos os seus aspectos reacionários, ficam evidenciados os limites idealistas da dialética hegeliana.

Em Hegel, "o processo de determinação é sempre um caminho que leva do universal ao particular". Sua concepção envolve uma dialética na qual, embora sempre em conexão com o particular e o singular, o universal tem uma precedência lógica e se toma, de fato, um pressuposto ontológico.

A dialética, por isso, aparece encerrada no interior do universal como se o particular e o singular fossem apenas níveis degradados da universalidade e, nessa medida, essencialmente direcionados por ela e vocacionados para a ela retomarem. Não há verdadeira criação da essência, pois o desenvolvimento é a especificação e a realização de um conteúdo pressuposto.

O avanço do pensamento de Hegel é ter compreendido a interpenetração dialética e a identidade contraditória entre o singular, o particular e o universal como momentos que constituem a realidade objetiva e formam o concreto. Tais relações não são entendidas apenas no sentido quantitativo, mas como transformação e determinação através das mediações que estabelecem entre si. São essas categorias, entendidas em suas relações, que fornecem as bases fundamentais para a formulação de uma teoria do jornalismo, desde que arrancadas do contexto mistificador do sistema hegeliano e inseridas numa concepção materialista da *práxis*. É nessa direção que pode ser formulada uma fecunda teoria marxista do jornalismo, capaz de dar conta dos diversos aspectos implicados no fenômeno.

Para o entendimento correto da cristalização da informação jornalística no singular, é preciso estabelecer as relações desse conceito com os demais que a ele estão indissoluvelmente ligados.

Existe, como já foi apontado pelas reflexões precedentes, uma relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, categorias lógicas que representam aspectos objetivos da realidade.

Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contém reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas.

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva.

Podemos exemplificar isso da seguinte forma: em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na idéia universal de *gênero humano*, por outro lado, estão presentes - como se "dissolvidos" - todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. Podemos dizer que ele mantém algo dos extremos, mas fica situado logicamente a meio caminho entre eles.

Nos fatos jornalísticos, como em qualquer outro fenômeno, coexistem essas três dimensões da realidade articuladas no contexto de uma determinada lógica. Tomemos o caso de uma greve na região do ABC, em São Paulo. Ao ser transformada em notícia, em primeiro plano e explicitamente, serão considerados aqueles fatos mais específicos e determinados do movimento, ou seja, os aspectos mais singulares. Quem, exatamente, está em greve, quais são as reivindicações, como está sendo organizada a paralisação, quem são

os líderes, qual a reação dos empresários e do governo, etc.; são algumas das perguntas imediatas que terão de ser respondidas. Mas a notícia da greve terá de ser elaborada como pertinente a um contexto político particular, levando em conta a identidade de significado com outras greves ou fenômenos sociais relevantes. Será um acontecimento que, de modo mais ou menos preciso, terá de ser situado numa ou mais "classes" de eventos, segundo uma análise conjuntural que pode ser consciente ou não.

Nesse sentido, a particularidade do fato - embora subordinada formalmente ao singular, pois é ele que dá vida à notícia - estará relativamente explicitada. No entanto, a universalidade desse fato político, em que pese não seja explicitada, estará necessariamente presente enquanto conteúdo. Ou seja, como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno e como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história.

Portanto, tomando essas relações como premissa teórica, podemos afirmar que o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais.

Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligada à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo.

CAPÍTULO VIII

Capitalismo e jornalismo: convergências e divergências

Foi na segunda metade do século XIX que, na Europa e nos Estados Unidos, ocorreram grandes transformações na imprensa, coincidindo com a expansão mundial do capitalismo e o aparecimento de inovações tecnológicas ligadas direta e indiretamente à reprodução e circulação das informações. Nesse período, o jornalismo sofreu modificações profundas. "Até então o jornalismo era um instrumento nas lutas sociais e políticas, identificado com os partidos, difusor de opiniões, escritos em estilo literário, que apenas reservava espaço para a informação".

O capitalismo lançava as bases materiais e sociais para um novo tipo de jornalismo.

"Alguns inventos e inovações tecnológicas, como o telégrafo (1840), a rotativa (1864), o cabo submarino (1850), a expansão das linhas férreas (1828-1850), a linotipo (1886), o aperfeiçoamento da fotografia (1897), permitiram melhorar o jornalismo e produzi-lo em menos tempo. O crescimento da população urbana, a diminuição do analfabetismo e o desenvolvimento do correio contribuíram para aumentar o número de leitores. A utilização dos avanços técnicos e o aumento da circulação, que foi impulsionado com a baixa do preço do exemplar, aumentaram sensivelmente os gastos. O próprio desenvolvimento do capitalismo mostrou a solução através da publicidade. Os anunciantes se encarregariam de financiar os custos".

Estava nascendo o *jornalismo informativo* ou, se preferirmos, o "jornalismo por excelência". A idéia simplista de que "os fatos são sagrados" e de que a opinião pertence a uma órbita autônoma, tornou-se a expressão prosaica do que viria a ser a "ideologia da objetividade", marcando o fim de uma época na qual a notícia sempre se escrevia entremeada de comentários e salpicada de adjetivos. Também os temas da notícia vão mudando gradualmente. Ao lado das questões políticas, econômicas, literárias ou científicas,

surgem as informações sobre acontecimentos banais que, cada vez mais, despertam interesse nos novos leitores e ocupam um espaço crescente nos jornais.

Na América Latina, esse processo está ligado, como indica Fernando Reyes Matta, à dependência informativa que se gerou com base na integração e subordinação econômica, política e cultural aos Estados Unidos. Desde o final do século XVIII, quando nasceu - diz o referido autor -, a imprensa latino-americana era entendida como uma corrente de opinião, tendo se constituído em expressão significativa das lutas pela independência e libertação nacional. No século passado, quando a imprensa norte-americana já tinha um caráter sensacionalista, a imprensa latino-americana seguia seu estilo literário e opinativo. A partir dos anos trinta, com a presença mercante do rádio, começa a impor-se o conceito de notícia objetiva. Principalmente pela integração econômica, cultural e política crescente da América Latina, o que se produzia era uma crescente dependência informativa. Em 1920, a *United Press* (hoje UPI) conseguiu seu primeiro acordo com o diário *La Prensa* de Buenos Aires.

A tonalidade nacionalista dos argumentos de Reyes Matta deixa transparecer, no entanto, mais do que a simples constatação do fato histórico. Ele pretende sugerir, ao que parece, que teria ocorrido uma arbitrária importação cultural e, através dela, a ruptura de uma tradição que poderia (ou até deveria) ser preservada para sempre, não fosse a dominação imperialista. Na verdade, o processo de expansão imperialista dos Estados Unidos e a conseqüente subordinação econômica, política e cultural da América Latina coincide, em linhas gerais, com o processo de urbanização e industrialização dos países mais adiantados do continente. Para esses países - entre os quais se inclui o Brasil - a subordinação ao imperialismo correspondeu a uma forma de integração no contexto mundial do capitalismo e da civilização que ele patrocinou. Por isso, em função também de condições internas e não apenas externas, o "conceito objetivo de notícia" acabaria se impondo - ainda que mais

tarde -, por derivar de *necessidades sociais* geradas pelo desenvolvimento capitalista.

Por trás dessa recusa do "conceito objetivo de notícia", que orienta o fazer jornalístico contemporâneo, está a tese de que o próprio jornalismo não passa de um epifenômeno do capital. Um exemplo que tipifica essa abordagem nos é dado, outra vez, por Marcondes Filho:

"O aparecimento do jornal está subordinado ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica. Ou seja, o jornal surge como o instrumento de que o capitalismo financeiro e comercial precisava para fazer que as mercadorias fluíssem mais rapidamente e as informações sobre exportações, importações e movimento do capital chegassem mais depressa e mais diretamente aos componentes do circuito comercial".

O problema é que essa tese, correta em seu sentido geral, vale tanto para o jornalismo como para o telégrafo, o automóvel, a televisão, a estrada de ferro, etc.

A cidadania real e a imaginária

Embora só no século XIX tenham surgido alguns inventos que favoreceram diretamente o jornalismo, o papel apareceu no Ocidente no século XII, a imprensa em 1450 e os primeiros jornais (que ainda não eram diários) já circulavam no século XVI. Naturalmente, foram os banqueiros e os mercadores os primeiros interessados em receber e utilizar os jornais.

Com a invenção de Gutemberg é que começam a se espalhar pela Europa (primeiro Itália e Alemanha), a partir do século XVII, as gazetas semanais. Embora tenham nascido, de fato, à sombra do interesse dos banqueiros e mercadores, essas gazetas semanais que se espalharam pela Europa (e foram precursoras do nascimento, ainda no século XVII, dos primeiros jornais diários) já apontavam para uma vocação emergente do jornalismo. "Para estes novos

jornais, não se trata já unicamente de informar, mas de distrair e divertir um leitor mundano, cada vez mais culto e curioso. Promoções, anúncios e críticas de espetáculos, nomeações, poesias, enigmas e discursos acadêmicos, misturam-se aí, de uma página a outra". A diversificação indica a razão de fundo do sucesso dos jornais, que é aquilo que nos interessa situar. O público é cada vez mais "mundano" e curioso. É que esse público, com a universalização progressiva das relações mercantis e capitalistas, está cada vez mais ligado, efetivamente, a uma multiplicidade de fenômenos que ocorrem em todos os lugares e, de diferentes maneiras, passam a interferir na vida das pessoas.

Referindo-se aos vários jornais periódicos que surgiram na Europa, todos na primeira metade do século XVII, Nilson Lage observa: "Basta reparar o breve intervalo entre essas datas para concluir que a imprensa periódica vinha atender uma necessidade social difusa". E acrescenta que, nesses jornais primitivos, já o incomum e o sensacional apareciam nos textos.

Pode-se supor que essa distinção nítida entre as "notícias sérias" (sobre o comércio, espetáculos, acontecimentos oficiais, etc.) e aquelas sobre "curiosidades" ou fatos incomuns, o que parece ter atribuído uma ambivalência ao conteúdo desses jornais, possuía uma base histórico-social concreta. A dificuldade para captar o particular e o universal sob a égide do singular, isto é, dos "fatos", certamente está ligada a uma limitação histórica. No período do mercantilismo não havia ainda a dinâmica radical da conversão entre o singular, o particular e o universal. Os fatos apareciam como se fossem estanques, encerrados numa determinada dimensão da realidade. Por exemplo, uma decisão do governo poderia levar meses ou anos para interferir na vida de um indivíduo e gerar todas as suas conseqüências.

A dinâmica radical desse processo somente vai ocorrer mais tarde, com o capitalismo. Portanto, o significado social dos fatos mais diversos não era evidente, já que eles apresentavam mediações

obscuras, longínquas e até místicas com seus contextos particulares e com a totalidade histórico-social. Os significados sociais só se revelavam quando os fatos nasciam com uma cruz na testa, marcados pela autoridade dos acontecimentos econômicos, expressamente culturais ou datados e assinados pelo poder espiritual ou temporal.

Somente mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, é que as relações sociais vão implantar uma nova dinâmica na complexa rede de determinações entre os indivíduos e a sociedade, condicionando uma série de obrigações e direitos que tensionam no sentido da igualdade formal como garantia da desigualdade real. "O sentido individual da leitura jornalística se situa, assim, ao nível da cidadania: condição imaginária do indivíduo na sociedade, o qual através desse procedimento se inteira daquilo que diz respeito ao meio de que é "sócio".

Pode-se, aqui, apenas corrigir a afirmação de que a cidadania patrocinada pela sociedade burguesa é uma "condição imaginária". Ao contrário, a cidadania no capitalismo desenvolvido é, via de regra, uma relação histórica real e efetiva. O que é imaginário ou, mais precisamente, jurídico-formal é a igualdade que ela implica. A cidadania burguesa é constituída por relações efetivas entre os indivíduos, cuja base são as necessidades do capital de assalariar e submeter trabalhadores "livres".

Na perspectiva marxista, essa cidadania apresenta, então, aspectos formais (relativos à igualdade) que devem ser concretizados e, de outro lado, aspectos concretos (exploração e opressão) que devem ser erradicados. Portanto, essa relação social envolve dimensões objetivas de universalidade que transcendem a sociedade burguesa e se projetam como exigência política revolucionária, situada historicamente na perspectiva da explicitação e autoprodução do gênero humano. E envolve, igualmente, aspectos particulares referentes à dominação de classe, que situam a estrutura social como politicamente antagônica às próprias possibilidades da

totalidade. É o fenômeno que Lukács chamou de "centralidade ontológica do presente".

Assim, a universalidade referida aqui nada tem a ver com a tese da "democracia como valor universal", defendida pelos eurocomunistas e outros que pretendem apenas reformar as instituições burguesas para transitar de modo ordeiro e pacífico ao reino do socialismo. As dimensões concretas da cidadania burguesa que apontam para o futuro, no sentido da verdadeira igualdade, estão assentadas nas relações de trabalho cada vez mais socializadas e na própria igualdade formal. Mas tanto uma como a outra estão inseridas numa totalidade cujas relações sociais são de exploração e opressão da grande maioria da sociedade pelos detentores do capital.

A necessidade do jornalismo informativo envolve, portanto, essa contradição entre a cidadania real e, digamos, a "cidadania potencial" que é constituída pelo capitalismo. A cidadania burguesa implica uma situação prática e efetiva de universalidade dos indivíduos. Uma universalidade que, em graus variáveis, vai atingir a todos. Mas essa cidadania está comprometida com a desigualdade econômica, social e política. O jornalismo informativo encarna essa ambivalência, cuja explicação está na relação dialética entre a particularidade e universalidade do próprio modo de produção capitalista.

Por um lado, o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas. Não se trata, então, de carências meramente subjetivas ou ideológicas dos indivíduos que, através do jornalismo, teriam reforçada sua "condição imaginária" de cidadania. Por outro lado, em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social.

Nesse sentido, a jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também *determinadas condições* imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema. Isso ocorre, tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas.

É essa contradição que forma a base histórica para que o jornalismo seja um fenômeno ambivalente, já que esse conflito atravessa a lógica jornalística. É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ótica burguesa, assim como abre brechas para certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes. Esse último aspecto depende, não apenas da capacidade teórica e técnica do jornalismo, da sua ideologia e talento, mas também de uma dupla relação de forças: a luta política interna na redação e a luta mais ampla - e fundamental - pela influência e o controle sobre os meios de comunicação. São batalhas que se travam na redações e sindicatos das categorias, mas basicamente fazendo com que o movimento operário e popular assimile e adote bandeiras políticas vinculadas a essa questão.

A notícia como produto industrial

Para uma abordagem teórica do jornalismo, é imprescindível delimitar com precisão o conceito de notícia, ao invés de generalizá-lo como fazem a maioria dos autores. Nilson Lage afirma que se considerarmos que "a notícia, no sentido mais amplo e desde o tempo mais antigo, tem sido o modo corrente de transmissão da experiência - isto é, a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou - parecerá estranho que dela não se tenha construído uma teoria".

A notícia jornalística não pode ser considerada como uma modalidade da informação em geral. Não foi a transmissão genérica da experiência - o que sempre ocorreu em sociedade - e sim a transmissão sistemática, por determinados meios técnicos, de um tipo de informação necessária à integração e universalização da sociedade, a partir da emergência do capitalismo, que deu origem à notícia jornalística.

"Mudou, de fato, o modo de produção da notícia: crenças e perspectivas nela incluídas não são mais as do indivíduo que a produzia, mas da coletividade hoje produtora, cujas tensões refletem contradições de classe ou de cultura. Provavelmente uma boa razão para o descrédito contemporâneo de uma teoria da notícia se encontre no caráter coletivo, industrial, da produção desse bem simbólico".

Ora, o motivo desse suposto descrédito apontado por Lage - o caráter coletivo e a produção industrial da notícia - é precisamente a consideração básica e preliminar para uma teoria do jornalismo e da notícia enquanto forma de conhecimento historicamente condicionada.

O jornalismo, enquanto forma específica de transmissão de informações, requer um meio técnico apropriado capaz de multiplicar e transportar a mesma informação em proporções de espaço e tempo radicalmente diferentes da comunicação interpessoal direta ou dos métodos artesanais. Por isso, a "indústria da informação" surge como uma extensão da indústria propriamente dita e encontra nela sua base material, seu corpo de existência.

A distinção entre jornalismo e imprensa, conseqüentemente, é fundamental: a imprensa é o corpo material do jornalismo, o processo técnico do jornal - que tem sua contrapartida na tecnologia do rádio, da TV, etc. - e que resulta num produto final, que podem ser manchas de tinta num papel ou as ondas de radiodifusão. O jornalismo é a modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades

histórico-sociais que, conforme já indicamos, expressam uma ambivalência entre a particularidade dos interesses burgueses e a universalidade do social em seu desenvolvimento histórico.

Assim como os produtos industriais diferem dos artesanais, tanto pelas relações sociais em que estão inseridos como pelas características intrínsecas que decorrem nos produtos, a comunicação jornalística tem sua natureza própria, distinta da comunicação interpessoal e das demais formas pré-industriais.

É bastante comum a crítica liberal de que o jornalismo moderno está alicerçado numa estéril "impessoalidade", pois o emissor não se apresenta como um indivíduo em carne e osso, com nome e endereço. Esse tipo de crítica situa-se numa larga tradição de crítica do capitalismo industrial, seja quanto aos objetos materiais de consumo como em relação aos produtos culturais e artísticos. Sua fonte ideológica é, no que diz respeito aos consumidores, aristocrática.

Já vimos como a Escola de Frankfurt acaba defendendo uma posição elitista em termos culturais. Podemos observar também certos segmentos burgueses que cultuam uma tradição aristocrática como elemento de diferenciação dentro das próprias classes dominantes, valorizando móveis ou objetos ornamentais "feitos à mão" e, por isso, "originais". Porém, no que diz respeito aos produtores diretos, essa crítica da "despersonalização" da atividade jornalística possui outra fonte ideológica: ela expressa o saudosismo dos artesãos e pequenos-burgueses que perderam sua identidade ao longo do processo que os subjugou ao capital como trabalhadores assalariados. Ocorre que o jornalista, atualmente, deixou de ser um "intelectual" no sentido adjetivo dessa palavra, tornado-se alguém que - salvo exceções - é apenas um "trabalhador intelectual" (no sentido substantivo) especializado. As velhas gerações de jornalistas, principalmente, não se conformam com essa perda de *status* intelectual.

A crítica da "despersonalização" do jornalismo informativo demonstra, apenas, que a essência da questão não foi sequer tocada por tais análises e, conduz, geralmente, a uma apologia, aberta ou velada, do jornalismo do passado, quando a subjetividade e as idiossincrasias dos redatores eram o aspecto dominante na notícia. Os fatos singulares que, supostamente, estavam sendo informados, precisavam ser procurados como a um pequeno pássaro verde numa floresta exuberante, entre adjetivos, metáforas, paráfrases, anacolutos e literatices diversas.

O problema central é que, assim como os produtos industriais não são mais confeccionados pelo modesto artesão e suas ferramentas individuais, mas coletivamente numa linha de montagem, a informação jornalística manifesta - predominantemente - uma percepção de classe ou grupo social. O talento, a capacidade técnica e a visão ideológica pessoal de cada jornalista são importantes, como já foi acentuado, e poderão até prestigiá-lo diante de seus colegas e do público, não tanto como criador, mas principalmente como intérprete de uma percepção social da realidade, que ele vai reproduzir e alargar.

Enfim, o aspecto estético, ou essencialmente criador - quando se trata de jornalismo -, embora tenha seu espaço garantido em qualquer atividade do espírito (mesmo na aridez da ciência), será sempre subordinado ao processo de conhecimento cristalizado no singular. Isso quer dizer que os aspectos lógicos subjacentes à apreensão do real através do *singular-significante* serão predominantes na atividade jornalística tomada em seu conjunto.

Sob a inspiração de Benjamin

Já referimos, na discussão sobre a Escola de Frankfurt, que Adorno, Horkheimer e Marcuse formam uma vertente importante nas tentativas de teorização sobre a cultura de massa e o jornalismo. As agudas críticas à superestrutura ideológica e cultural do capitalismo monopolista e do "socialismo" stalinista possuem méritos teóricos e políticos inquestionáveis. O jornalismo, por seu

turno, foi tratado como um dos aspectos da "indústria cultural" e desprezado como fenômeno distinto. Em consequência, o pressuposto da cultura como manipulação e, além disto, a falta de especificidade no tratamento do fenômeno jornalístico, impediram uma abordagem capaz de transcender a mera crítica do jornalismo como reprodução da ideologia burguesa.

Portanto, resgatar Walter Benjamin - embora ele não tenha avançado na questão particular do jornalismo - é tomar um outro caminho. Permite iniciar uma crítica à determinados pressupostos que impedem a compreensão teórica do problema. Benjamin percebe as enormes potencialidades culturais e estéticas que nascem com a reprodutividade técnica, ao mesmo tempo que se dissolve a "aura" das obras de arte, que estaria ligada à idéia do "original" e teria suas origens longínquas na magia. Ele reconhece, no terreno cultural e estético, as inovações tecnológicas como parte de uma *práxis* que ultrapassa a manipulação de classe a que presentemente servem tais instrumentos, ou seja, enquanto criação histórica de possibilidades culturais socialistas e comunistas.

Fortemente influenciado por Benjamin, Hans-Magnus Enzensberger indica as potencialidades político-revolucionárias dos meios eletrônicos de comunicação, confrontando igualmente com a tradição de Frankfurt. Para Enzensberger os meios de comunicação não podem ser considerados como simples instrumentos de consumo ou manipulação. "Em princípio, sempre são ao mesmo tempo meios de produção. E uma vez encontrando-se nas mãos das massas, são meios de produção socializados". Ele nota uma função dos meios que ultrapassa as necessidades estritas de reprodução do capital: "Os meios eletrônicos não devem seu irresistível poder a nenhum artifício ardiloso, mas à força elementar de profundas necessidades sociais, que se manifestam mesmo na atual forma depravada de tais meios".

Sob o influxo dessa perspectiva teórica, tomada em seu sentido geral e não pelas conclusões particulares extraídas pelos autores,

talvez seja possível dar um passo à frente. Quer dizer, reconhecer as potencialidades dos meios de Comunicação modernos não só no que tange às configurações culturais e políticas que estão nascendo - e apontam para o futuro -, mas igualmente em relação a uma nova forma de conhecimento.

Noutras palavras, admitir o surgimento de uma nova *forma social de conhecimento* como, por exemplo, foi o caso da ciência e da arte (embora esta última não se limite a essa função). Tais formas de conhecimento surgem com base no desenvolvimento tecnológico e correspondem a determinadas "necessidades sociais profundas", para repetir a expressão de Enzensberger. São, então, incorporadas historicamente como novas modalidades de apropriação subjetiva do mundo e transcendem o modo de produção que está na sua origem. Noutro plano, mas de modo semelhante, surgem muitas disciplinas científicas novas como, por exemplo, nasceu a antropologia no contexto do colonialismo. E, hoje, ela está se legitimando cada vez mais como uma abordagem original e imprescindível à compreensão da sociedade, inclusive com uma forte corrente anticolonialista e anti-imperialista.

O surgimento do jornalismo pode ser situado no contexto desse modelo dialético. Não se trata de um fenômeno eterno, dotado de uma essência apriorística ligada ao conceito metafísico do homem, mas tão somente de um fenômeno histórico que ultrapassa a base social imediata que o constitui, a saber, o capitalismo. A essência do homem é, ela também, um processo e não uma substância inerte. Ou, o que significa a mesma coisa, a substância essencial do ser humano é precisamente o processo - seu processo de autoconstrução.

A ciência, tal como era concebida, ou seja, um ramo especulativo da filosofia, foi superada pela ciência moderna, baseada na experimentação e sujeita a determinados preceitos lógicos e sistemáticos. Esse tipo de ciência, um dia poderá vir a ser superada por outra forma de saber que consiga, talvez, uma reintegração com a filosofia em novas bases, fazendo da ciência contemporânea um

momento subordinado desse novo patamar do conhecimento. Não importa, neste caso, qual seja o futuro, mas apenas assinalar que ele será diferente do passado e do presente. E que o jornalismo, algum dia, poderá também vir a ser radicalmente transformado. Mas o que estamos procurando acentuar é que o jornalismo não desaparecerá com o fim do capitalismo e que, ao contrário, ele está apenas começando a insinuar suas imensas possibilidades e potencialidades histórico-sociais no processo de autoconstrução humana.

Como forma histórica de percepção e conhecimento ele está no fim do começo, não no começo do fim. Noutras palavras, no entardecer do capitalismo, em que estamos adentrando, o jornalismo recém está chegando à sua juventude.

A fecundidade do singular e a necessidade da manipulação

O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um "potencial desalienador" insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes. Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social.

No capitalismo, as singularidades em que se manifestam os fenômenos sociais tendem, pela interpenetração e a dinâmica de tais manifestações, a expressar cada vez com mais vigor e evidência as contradições fundamentais da sociedade. Além disso, existem contradições (embora não antagônicas) entre a ideologia pequeno-burguesa dos setores assalariados ligados ao trabalho intelectual, como os jornalistas, e os interesses políticos do capital monopolista, reproduzindo visões diferenciadas e percepções críticas dos fenômenos sociais. Finalmente, em virtude do aguçamento das contradições globais do modo de produção capitalista, das lutas econômicas que surgem espontaneamente e das lutas políticas promovidas conscientemente pelas vanguardas, aumenta a capacidade crítica das massas em geral e do proletariado em particular. Isso proporciona uma possibilidade maior de apreensão

das conexões que o jornalismo burguês procura obscurecer ou distorcer.

Em consequência dos fatores apontados acima, a tendência do jornalismo hegemonizado pelos interesses da burguesia monopolista é a instituição crescente de formas planejadas e deliberadamente manipulatórias.

Por sua lógica intrínseca de perseguir o singular e expressar sua significação imediata, o jornalismo ao refletir a hegemonia da ideologia dominante, expressa também as contradições com as quais ela se debate, à medida que é obrigado a respeitar certa hierarquia objetiva dos fenômenos. Ou seja, enquanto se aprofundam as contradições do capitalismo, o jornalismo tende a refletir espontaneamente aspectos críticos da própria objetividade que reproduz. A solução é o controle mais estrito e ideologicamente mais cuidadoso dos meios de comunicação e das informações elaboradas.

Em síntese, o caráter objetivo das contradições que se avolumam no capitalismo, lança sementes de crise na própria "objetividade burguesa" do jornalismo, reforçando a necessidade da manipulação. Aliás, a utilização da informática, cada vez mais intensa, amplia essas possibilidades de controle e hierarquização do processo informativo.

A informação jornalística, vale insistir, e a base técnica para sua produção (imprensa, rádio e TV) nasceram no bojo do mesmo processo de desenvolvimento das relações mercantis. Surgiu, então, o jornalismo como uma forma social de percepção e apropriação da realidade, correspondendo a um aspecto determinado da *práxis* humana.

Ocorre que o objeto da apropriação prática dos homens é, cada vez mais, a totalidade do mundo social e natural. Cada indivíduo exerce sua atividade não apenas sobre uma parcela dessa realidade, mas sobre a totalidade, através das mediações objetivas e subjetivas

que se constituem com o avanço das forças produtivas e a socialização da produção.

Portanto, cada indivíduo, em alguma medida, precisa aproximar-se dessa realidade através de uma relação tanto mediata como imediata. Sabemos que o "imediato" que ele percebe pelos meios de comunicação não é, realmente, algo dado imediatamente, mas uma realidade elaborada sistematicamente em função de certas técnicas e segundo um ponto de vista ideológico. Trata-se, portanto, do resultado do processo de apreensão e elaboração feito por intermediários. Mas sabemos, do mesmo modo, que o "imediato" que ele vê com seus próprios olhos - quer dizer, que ele percebe diretamente pelos sentidos - a rigor, tampouco é uma realidade sem mediações.

Entre o sujeito individual e o objeto permeia todo um mundo histórico - o cérebro dos mortos oprime o cérebro dos vivos, como disse Marx -, a cultura, os conhecimentos e conceitos acumulados e a própria ideologia. Assim, todo o imediato é também mediato, como todo o mediato, no final da cadeia de percepções, é apreendido como imediato em relação às mediações precedentes e subseqüentes.

O que diferencia um do outro, relativamente, é o grau de generalidade cristalizada na formulação que vai subsidiar o conhecimento, conforme a predominância do singular, do particular ou do universal. Além disso, há que se considerar também a natureza das mediações: se são apenas aquelas introjetadas através da cultura (como na percepção individual direta) ou se existem objetivamente enquanto instrumentos, atividade social e método atuantes na mediação (tal como ocorre no jornalismo). Neste último caso, o problema da linguagem torna-se crucial para a compreensão e a caracterização da forma de conhecimento, já que ela vai expressar a organização racional das mediações em seu conjunto.

O processo de mediação inerente ao conhecimento jornalístico, que envolve instrumentos adequados a uma atividade social organizada, exige uma linguagem que otimize a predominância da

singularidade. A "funcionalidade" da linguagem jornalística, a que se referem certos autores, pode ser explicada fundamentalmente tomando por critério essa exigência.

É verdade que a linguagem jornalística deve ser pertinente tanto ao "registro formal" como ao "registro coloquial", buscando ao mesmo tempo obter o máximo de informação em menor espaço, através de um estilo conciso, claro e preciso. Mas o que oferece sentido a essas exigências e estabelece uma lógica entre elas é a natureza do conhecimento que o jornalismo produz. Afinal, a concisão, a clareza e a precisão são importantes em muitas outras formas de comunicação e não só no jornalismo. A densidade informativa também é exigida em outras formas de comunicação. Um relatório eficiente ou uma ata bem elaborada não podem dispensar nenhuma das qualidades referidas acima.

No jornalismo não se pode dizer, por exemplo, que "a burguesia procura reprimir as greves porque elas ameaçam a reprodução ampliada do capital", afirmação que poderia caber num ensaio de ciências sociais. Dir-se-á algo como: "os diretores da Ford, fulano e beltrano, pediram a intervenção do Exército para reprimir os piquetes grevistas, depois que a proposta patronal foi rejeitada numa assembléia de cinco mil trabalhadores, realizada ontem à tarde no pátio da empresa. (...)"

A linguagem científica tem uma configuração universal. Ela busca dissolver as singularidades e particularidades, para mantê-las superadas nos conceitos e categorias universais e nas formalizações universalizantes. É claro que, na ciência, não está em jogo uma espécie de universal puro, o que seria uma concepção idealista. À medida que as singularidades e particularidades são *superadas*, elas passam a existir como determinações virtuais do universal, recolhidas pelo conceito em sua concreticidade.

A linguagem jornalística quer apreender a singularidade, mas só pode fazê-lo no contexto de uma particularidade determinada, ou seja, no contexto de generalizações e conexões limitadas capazes de

atribuir sentido ao singular sem, no entanto, dissolvê-lo enquanto fenômeno único e irrepetível.

Por um lado, os conceitos científicos ou teóricos tendem a diluir a força da experiência imediata - o singular - no interior de uma abstração ou mesmo de uma concretitude intangível à percepção dos indivíduos. Por outro lado, a adjetivação excessiva tende ao formalismo do universal-abstrato ou a uma ética puramente normativa. Se afirmo, por exemplo, que um determinado homem que espancou sua mulher praticou "um ato de crueldade", estou qualificando universalmente o fato, isto é, tornando-o simplesmente um exemplar do gênero de "atos cruéis" já sobejamente conhecidos. Assim, não permito que o próprio evento contribua com sua singularidade para complexificar, acrescentar ou negar, com sua determinação irrepetível, a compreensão particular e universal que o público tem da crueldade. Perde-se a fecundidade do singular como dimensão legítima e criadora da realidade e do conhecimento.

CAPÍTULO IX

O segredo da pirâmide ou a essência do jornalismo:

A crítica da "ideologia da objetividade" é feita por muitos autores. Porém, em geral, ela não vai ao fundo da questão, resumindo-se a aspectos sociológicos e psicológicos referentes à inevitabilidade da opinião. É o caso de Hector Mujica, quando afirma que toda a informação *"tiene un contenido, una carga de opinión que deriva de las actitudes y opiniones de las personas que la proporcionan y de las actitudes y opiniones de quien la escribe"*. Esse tipo de crítica não atinge os aspectos ontológicos e epistemológicos do problema. Pode-se, a partir de tais críticas, propor a busca da maior objetividade e imparcialidade possíveis, embarcando no mesmo simplismo da ideologia do jornalismo burguês que se pretendia combater.

Muitos entre aqueles que se colocam numa perspectiva crítica em relação ao capitalismo não conseguem se livrar do mito que mais

combatem: a "informação objetiva". Em geral fecham a porta da frente e deixam entreaberta a porta dos fundos, por onde penetra sinuosamente a idéia irresistível da objetividade pura finalmente revelada. Ciro Marcondes Filho é um deles. A idéia de uma informação objetiva - pelo menos enquanto meta - é acalentada pelo autor como possibilidade teórica, embora reconheça a impossibilidade de realizá-la plenamente. Esta objetividade estaria situada num plano relativista, a partir de um distanciamento crítico dos interesses e enfoques parciais.

Diz Marcondes Filho que "uma objetividade possível (enquanto meta) só poderia ser conseguida, ainda concordando com Cavalla, com a busca da informação como aquela que evita a denúncia de sofismas, instrumentos de persuasão ocultos, afirmações injustificadamente peremptórias; que difunde outras interpretações dos fatos diferentes dos dominantes, a fim de mostrar o caráter meramente parcial e hipotético dos mesmos; que declara explicitamente o caráter questionável da própria escolha e da própria valoração".

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade.

A construção social dos fatos jornalísticos

Assim como cada disciplina científica constrói os *fatos* com os quais trabalha, a *notícia* é a unidade básica de informação do jornalismo. São os *fatos jornalísticos*, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir "seus fatos". Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas.

Isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Além disso, a significação dos fenômenos é algo que, constantemente, vai se produzindo pela dialética dos objetos em si mesmos quanto da relação sujeito-objeto.

O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos. Essa premissa materialista pode ser desdobrada dialeticamente em determinadas teses que são importantes para a discussão do jornalismo:

a) A própria realidade objetiva é, em certa medida, indeterminada. O universo é probabilístico, como já o demonstrou a física moderna. A sociedade, como parte desse universo, tomada enquanto simples objetividade, também é probabilística. Contudo, além de ser objetiva, ela envolve sujeitos humanos enquanto processo de autocriação consciente, isto é, o reino da liberdade. Assim, a realidade social deve ser entendida como totalidade concreta, como transformação da possibilidade e probabilidade em liberdade através da criação e superação permanente de necessidades por meio de trabalho.

b) O conhecimento constitui-se como processo infinito. Não é possível conhecer exaustivamente sequer uma parte da realidade, pois isso implicaria conhecer todo o universo e o conjunto de relações com a parte considerada. E não se pode admitir, nem mesmo teoricamente, o conhecimento integral do todo, já que ele é uma "totalidade em processo de totalização", autoprodução permanente e eterna.

c) No caso da realidade histórico-social há outra questão: os sujeitos humanos, com sua margem de arbítrio sobre o curso dos fenômenos, participam conscientemente na indeterminação objetiva

do universo, à medida mesmo que podem determiná-lo subjetivamente. Desse modo, o conhecimento "científico" da sociedade contém, intrinsecamente, a subjetividade como dimensão inseparável do objeto e da teoria que busca apreendê-lo. Isso significa que o conhecimento sobre a realidade histórico-social é sempre comprometido politicamente, pois ele se configura solidário com certas possibilidades do real e adversário de outras. Se o conhecimento das ciências naturais tende a expressar a objetividade, embora jamais consiga ser exaustivo, o conhecimento da sociedade converge para o momento de mútua criação entre a objetividade e a subjetividade, tendo a *práxis* como seu verdadeiro critério. Pelo conhecimento da *práxis*, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades.

d) A relação sujeito-objeto é uma relação na qual o sujeito não só produz o seu objeto como também é produzido por ele. Ao produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo. Ou seja, o homem não só escolhe o seu destino ao atuar objetivamente sobre o mundo, mas também transforma o mundo à medida que escolhe seu destino, pois ele mesmo - corpo e espírito - é parcela desse mundo.

e) *Os fatos jornalísticos* são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância. Vejamos um exemplo extremo: ocorreu um fato que envolve Pedro e João, no qual o último resultou mortalmente ferido por um tiro disparado pelo primeiro. Posso interpretar que Pedro "matou", "assassinou" ou "tirou a vida de

João". Ou, ainda, que Pedro apenas executou, sob coação, um crime premeditado por terceiros. Não posso esconder, entretanto, que Pedro atirou contra João e que este resultou morto.

Não há dúvida que a chamada "objetividade jornalística" esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de "fatos" prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. Essa visão ingênua, conforme já foi sublinhado, possui um fundo positivista e funcionalista. Porém, não é demais insistir, essa "ideologia da objetividade" do jornalismo moderno esconde, ao mesmo passo que indica, uma nova modalidade social do conhecimento, historicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e dotado de potencialidade que o ultrapassam.

"A ideologia do evento expressa, na realidade, um feixe ideológico peculiar. Em primeiro lugar, tal ideologia propõe uma divisão da história extremamente rígida e previsível sob um véu de flexibilidade e inesperabilidade. A rigidez, e a previsibilidade se originam de uma suposição única: a história humana se constitui por uma-sucessão de 'fatos' que são uma alteração do estado anterior".

A apreensão do senso comum, que corresponde à experiência cotidiana dos indivíduos, é dada pela significação meramente "funcional" no universo social vivido. Logo, em termos epistemológicos, a base na qual o fato será assentado e contextualizado tende a reproduzir de maneira latente a universalidade social tal como é vivida imediatamente. Não é por outro motivo que a ideologia das classes dominantes é normalmente hegemônica e o senso comum tende a decodificar os fatos numa perspectiva conservadora. Isso ocorre espontaneamente na

sociedade, à medida que a reprodução social das pessoas, segundo padrões estabelecidos, aparece como se fosse, diretamente, a reprodução biológica de cada indivíduo. Assim, a "notícia crítica", que apanha os fatos numa perspectiva revolucionária, constitui a singularidade como algo que transborda sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade.

A história e os mitos sobre a pirâmide

A primeira notícia redigida segundo a técnica da "pirâmide invertida" teria aparecido no *The New York Times* em abril de 1861. A partir da segunda metade no século XX, alguns dos mais importantes periódicos latino-americanos passaram a publicar notícias das agências norte-americanas, redigidas segundo esse modelo. Nesse período, essa técnica se espalhou gradativamente, tendo chegado no Brasil exatamente em 1950, pela iniciativa do jornalista Pompeu de Sousa.

Alguns aceitam a tese de que a "pirâmide invertida" surgiu por uma deficiência técnica, um acaso que contemplou, ao mesmo tempo, o comodismo dos leitores e o interesse dos jornais em suprimir os parágrafos finais quando chegava um anúncio de última hora. "A narração cronológica - diz Eleazar Diaz Rangel -, que dominou o que poderia chamar-se toda uma primeira etapa na evolução da notícia, respeitava a ordem em que se sucederam os fatos e era necessário ler todo o relato para inteirar-se do que havia ocorrido. Para os novos leitores que a imprensa conquistou, resultava muito mais prático essa estrutura da "pirâmide invertida". Mais adiante, o autor complementa que o leitor, assim, informa-se brevemente e não pergunta pelas circunstâncias dos fatos. Essa nova estrutura da notícia não foi planejada para chamar o leitor à reflexão, mas apenas "para informá-lo superficialmente, para adormecê-lo, fazê-lo indiferente e evitar que pense".

Deixemos de lado o simplismo da tese segundo a qual a "pirâmide invertida" teria nascido de uma circunstância tecnológica e se generalizado por comodismo ou para impedir a consciência

crítica dos leitores. Vejamos um comentário crítico pertinente, lembrado pelo próprio Diaz Rangel: "De todos, o mais importante é aquele que diz que essa maneira de estruturar a notícia cria uma tendência a uniformizar os primeiros parágrafos, os *leads*, e desestimula a criatividade, e iniciativa dos repórteres".

Sem dúvida, esse problema existe. Mas ele decorre muito mais da perspectiva empirista patrocinada pela "pirâmide invertida" e o *lead* - o que leva a maioria dos redatores a pensar que se deve sempre responder monótona e mecanicamente as famosas "seis perguntas" no primeiro parágrafo - do que realmente pela apreensão singularizada do fato, na qual o *lead* seria apenas a expressão mais aguda e sintética.

A idéia da "pirâmide invertida" pretende encarnar uma teoria da notícia mas, de fato, não consegue. Ela é apenas uma hipótese racional de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo. Somente uma visão realmente teórica do jornalismo pode, ao mesmo tempo que oferecer critérios para a operação redacional, não constranger as possibilidades criativas mas, ao contrário, potencializá-las e orientá-las no sentido da eficácia jornalística da comunicação.

De fato, o *lead*, como momento agudo, síntese evocativa da singularidade, normalmente deverá estar localizado no começo da notícia. Porém, nada impede que ele esteja no segundo ou até no último parágrafo, como demonstram certos redatores criativos.

A tese da "pirâmide invertida" quer ilustrar que a notícia caminha do "mais importante" para o "menos importante". Há algo de verdadeiro nisso. Do ponto de vista meramente descritivo, o *lead*, enquanto apreensão sintética da singularidade ou núcleo singular da informação, encarna realmente o momento jornalístico mais importante. *Não obstante, sob o ângulo epistemológico - que é o fundamental - a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer,*

recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base. O segredo da pirâmide é que ela está invertida, quando deveria estar como as pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural.

Podemos considerar, para efeito de uma demonstração gráfica, que o triângulo equilátero fornece o modelo da estrutura epistemológica da menor unidade de informação jornalística: a notícia diária (Fig. A). Tomaremos essa figura como referência para indicar suas variações. A igualdade dos três ângulos indica um equilíbrio entre a singularidade do fato, a particularidade que o contextualiza e, com base nessa relação, uma certa racionalidade intrínseca que estabelece seu significado universal.

Essa racionalidade pode ser contraditória com a positividade do social, se for elaborada numa perspectiva crítico-revolucionária, ou funcional em relação a essa positividade, o que definirá seu caráter conservador. Sempre que um fato se torna notícia jornalística, ele é apreendido pelo ângulo da sua singularidade, mas abrindo um determinado leque de relações que formam o seu contexto particular. É na totalidade dessas relações que se reproduzem os pressupostos ontológicos e ideológicos que direcionaram sua apreensão.

O que o triângulo equilátero quer representar, portanto, não é o conteúdo ideológico da notícia, como se a estrutura jornalística que ele pretende indicar coincidissem, necessariamente, seja com a "notícia funcional" ao sistema, seja com a "notícia crítica" em relação a ele. Uma notícia diária, considerada conforme a natureza do veículo e a maneira como se insere no "*sistema jornalístico*", pode atingir certo equilíbrio entre a singularidade e particularidade - obtendo um certo nível de eficácia jornalística - independentemente do seu conteúdo ideológico. Aqui entra em jogo não apenas o problema de uma linguagem adequada, mas, principalmente, o

enfoque epistemológico que vai presidir essa linguagem e permitir sua eficácia. Há um grau mínimo de conhecimento objetivo que deve ser proporcionado pela significação do singular (pelo *singular-significante*), que exige um mínimo de contextualização do particular, para que a notícia se realize efetivamente como forma de conhecimento. A partir dessa relação minimamente harmônica entre o singular e o particular, a notícia *poderá* - dependendo de sua abordagem ideológica - tornar-se uma apreensão crítica da realidade.

Falseando essa necessidade estrutural elementar, o *sensacionalismo* é, inevitavelmente, conservador e até profundamente reacionário, mesmo quando se tenta instrumentalizá-lo com intenções democráticas ou socialistas. Porém, mesmo quando a notícia atinge essa relativa harmonia entre o singular e o particular (representada pelo triângulo equilátero), ela pode ainda situar-se na perspectiva da ideologia dominante, como é o caso da maioria das notícias produzidas pelos jornais "sérios" da grande imprensa. Mas há uma tendência histórica subjacente à "lógica jornalística" - lembremos que ela é fruto dos interesses burgueses e também de "necessidades sociais profundas" - no sentido de um conflito potencial com a mera reprodução ideológica das relações vigentes.

A partir dessa referência (puramente convencional e conveniente) ao triângulo equilátero como padrão estrutural da notícia diária, é possível sugerir duas variações. Primeiro, um triângulo isósceles com a base menor que os lados (Fig. B), representando a notícia sensacionalista, ou seja, excessivamente singularizada. Depois, o caso oposto: um triângulo isósceles com a base maior que os lados, representando a abertura de um ângulo de generalização maior do singular ao particular (Fig. C). Aqui, teremos uma abertura que será inversamente proporcional tanto ao público quanto ao ciclo de reprodução da matéria. Um jornal semanal (ou um programa jornalístico na TV de igual periodicidade) não deverá elaborar suas notícias e informações na estrutura do triângulo equilátero.

O contexto de particularização que vai atribuir o próprio significado ao singular ou, noutras palavras, que vai *construir o fato jornalístico*, deverá ser mais amplo e rico em conexões. Um jornal mensal terá de abrir ainda mais esse ângulo de contextualização e generalização, aumentando, portanto, a base do triângulo (Fig. D). Seguindo o caminho dessa representação, podemos ilustrar graficamente como os pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a apreensão e construção do fato jornalístico, geralmente de modo espontâneo e não consciente, são sugeridos e projetados através da notícia (Fig. E).

REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA NOTÍCIA

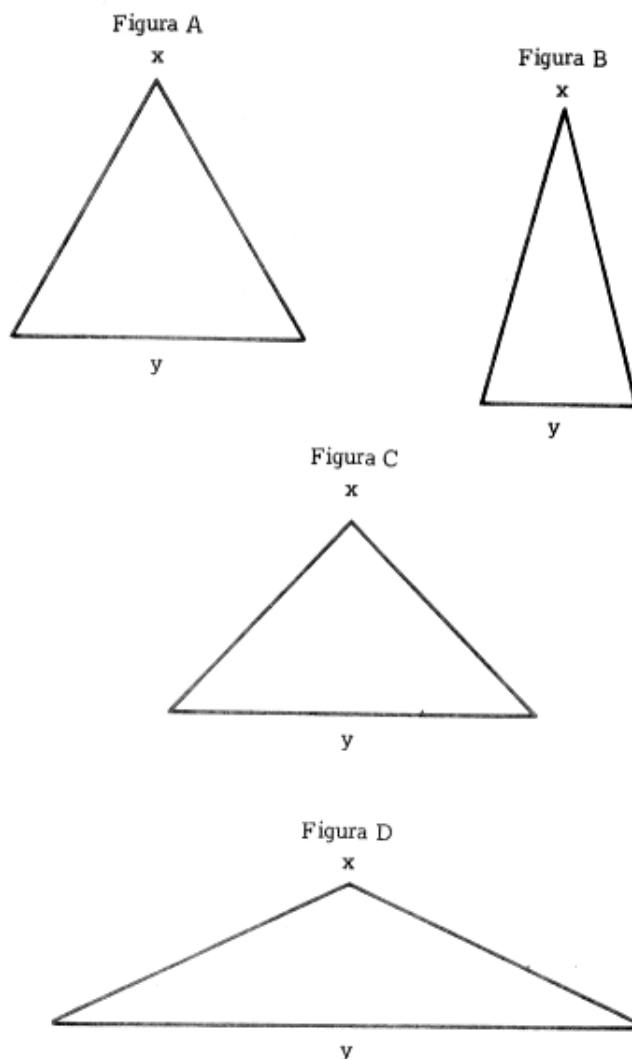
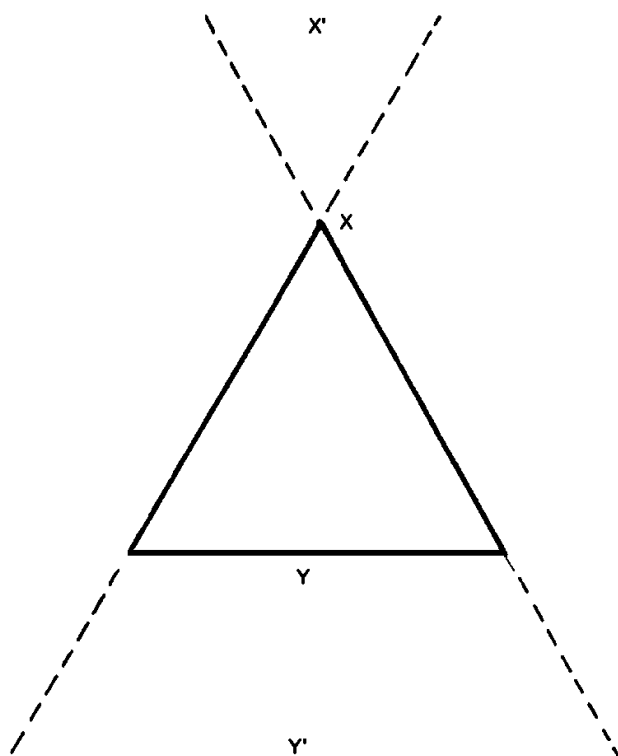


FIGURA E



x - O núcleo singular da notícia.

y - A base de contextualização particular.

x' - Os pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a produção da notícia.

y' - A projeção ideológica e ontológica que emana ou é superior pela notícia.

A necessidade do lead como epicentro do singular

Hohemberg afirma que "há um mal-entendido básico sobre a pirâmide invertida". E acrescenta: "Os jornalistas

inexperientes supõem que ela sempre separa os fatos na ordem de importância, com o fato principal no topo da pirâmide. Não é bem assim. Geralmente há diversos acontecimentos que devem ser coordenados para estruturar um *lead* detalhado, cada um deles documentado no topo da matéria".

O autor consegue intuir que nem tudo é tão preciso no modelo da "pirâmide invertida", embora sem apontar o motivo. O problema é que a "pirâmide invertida" corresponde a uma descrição formal, empírica, que nem sempre corresponde à realidade, exatamente porque não capta a essência da questão. Não se trata, necessariamente, de relatar os fatos mais importantes seguidos dos menos importantes. Mas de um único fato tomado numa singularidade decrescente, isto é, com seus elementos constitutivos organizados nessa ordem, tal como acontece com a percepção individual na vivência imediata. O processo de conhecimento

teórico, como indicou Marx, vai do abstrato ao concreto. A imediatividade da percepção, no entanto, vai da forma ao conteúdo, do fenômeno à essência, do singular ao geral. O *lead* funciona como princípio organizador da singularidade. A rigor, ele pode, inclusive, não estar localizado no início da notícia, embora isso seja o mais comum. Sua localização no começo da notícia corresponde ao processo de percepção em sua ordem mais natural, pois toma como ponto de partida o objeto reconstituído singularmente para, a seguir, situá-lo numa determinada particularidade.

O *lead* é uma importante conquista da informação jornalística, pois representa a reprodução sintética da singularidade da experiência individual. As formulações genéricas são incapazes de reproduzir essa experiência.

O caráter pontual do *lead*, sintetizando algumas informações básicas quase sempre no início da notícia, visa à reprodução do fenômeno em sua manifestação empírica, fornecendo um epicentro para a percepção do conjunto. É por esse motivo que o *lead* torna a notícia mais comunicativa e mais interessante, pois otimiza a figuração singularizada da reprodução jornalística. Eventualmente, como foi dito, esse momento mais agudo da síntese pode estar localizado no segundo parágrafo, no meio ou mesmo no fim da notícia, obtendo-se efeito semelhante.

De qualquer modo, a reprodução jornalística não pode decompor analiticamente um evento a ponto de destruir sua forma de manifestação. É no corpo mesmo do fenômeno que a notícia insinua o conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelece para o singular no contexto do particular. Na face do singular, através da mediação do particular, o universal se mostra num claro-escuro, como indícios, sugestões e pálidas imagens, que constituem a herança deixada pelos pressupostos filosóficos e ideológicos que presidiram a apreensão e reprodução do fenômeno. De fato, essa conexão com a particularidade é fundamental para a definição do conteúdo.

O jornal sensacionalista, por exemplo, singulariza os fatos ao extremo. Esse singular, no entanto, não fica destituído de sua significação já que, de maneira subjacente, ele envolve um contexto de particularidade e uma sugestão universal. A singularidade extrema pressupõe e reforça as categorias do próprio senso comum, quer dizer, a predominância da ideologia burguesa. A percepção do mundo como um agregado de coisas e eventos independentes, do livre-arbítrio metafísico como pressuposto das ações individuais, da "norma" e o "desvio" como padrões éticos de referência, a concepção mística do acaso e do destino, as idéias de "ordem" e "perturbações" como categorias da análise social, a impressão de naturalidade e eternidade das relações sociais vigentes, tudo isso já está contido no senso comum e é reproduzido e reforçado pela radicalização do singular. Não apenas enquanto omissão, mas como presença real - embora subjacente - no tecido da singularidade extrema.

Não é por acaso que esse tipo de jornalismo recebe o nome de sensacionalista. Se a informação jornalística reproduz as condições de uma "experiência imediata", as sensações têm um importante papel nessa forma de conhecimento. Aliás, o que o jornalismo busca é uma forma de conhecimento que não dissolva a "sensação da experiência imediata", mas que se expresse através dela. Porém, na singularização extrema, isto é, no sensacionalismo, ocorre uma distorção do concreto através dos seus aspectos sensíveis no contexto da percepção e da apropriação subjetiva. A sensação assume um papel destacado na reprodução da realidade e o fundamento histórico e dialético do fenômeno, ao invés de ser sugerido, é diluído na superfície do sensível.

A singularidade transforma-se no conteúdo que, dessa forma, afirma a reprodução, o mundo como algo dado. Ao propor a singularidade radical, ou seja, o aspecto sensível do fenômeno como conteúdo, a universalidade que se reforça é a mesma subjacente ao senso comum, que vê o mundo preponderantemente como positividade. A singularização extrema, em si mesma, possui um

conteúdo conservador. Além disso, os jornais sensacionalistas geralmente produzem um discurso de reforço dos valores, como meio para excitar não apenas as sensações como também os preconceitos morais do público.

A reportagem e a velha questão do "novo jornalismo"

É preciso buscar um conceito de reportagem que não seja apenas "operacional" para o editor. Quase sempre ela é considerada como uma "notícia grande" ou matéria que exige investigação mais demorada, sem considerações de ordem epistemológica capazes de esclarecer sua essência como modalidade jornalística.

Nilson Lage classifica reportagem como investigação (que parte de um fato para revelar outros que estão ocultos, um perfil ou situação de interesse); *interpretação*, em que um conjunto de fatos é analisado na perspectiva metodológica de uma ciência, especialmente sociológica e econômica (seria pertinente acrescentar "antropológica" ao enfoque de Lage); ou *literária*, que por tais métodos, busca revelar algo essencial de modo que não seja teórico-científico.

Porém, o essencial na reportagem, e que estabelece um nexo entre aqueles aspectos apontados por Nilson Lage, é que a *particularidade* (enquanto categoria epistemológica) assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular. Ela própria busca sua significação na totalidade da matéria jornalística, concorrendo com a singularidade do fenômeno que aborda e dos fatos que o configuram. Essa significação autônoma pode ser estética (como em "À Sangue Frio", de Truman Capote, para citar um exemplo extremo), *teórico-científica* (como numa reportagem sobre mortalidade infantil utilizando estatísticas ou outros métodos das ciências sociais) ou *informativa* (como no caso das revistas semanais que, muitas vezes, contam a "história da notícia" a que o público já assistiu pela TV e leu nos jornais diários, com maior riqueza de nuances e detalhes,

fornecendo um quadro mais complexo da situação na qual o fato foi gerado).

Na reportagem, a singularidade atinge a particularidade sem, no entanto, superar-se ou diluir-se nela. Fenômeno semelhante ocorre na arte, tal como foi discutido no capítulo VII. Mas essa preservação do singular pode se dar, na reportagem, não só numa totalidade estética como igualmente numa totalidade sintético-analítica, que tanto pode propiciar um nível de apreensão teórico-científica propriamente dita, como simplesmente intuitiva. No caso da apreensão teórico-científica, por exemplo, teríamos a reportagem já referida sobre a mortalidade infantil, utilizando métodos ou categorias das ciências sociais. No caso de uma apreensão intuitiva teríamos uma reportagem contando como nasceu o "Plano Cruzado", por exemplo, desde sua concepção, passando pelos corredores da Fundação Getúlio Vargas e chegando num certo café da manhã do Presidente da República onde teria sido tomada a decisão. A reportagem não nega a preponderância da singularidade no jornalismo em geral, mas implica um gênero no qual se eleva do singular uma particularidade relativamente autônoma que coexiste com ele.

A questão das relações entre o jornalismo e a literatura ou, mais amplamente, entre o jornalismo e a arte sempre gerou divergências. O problema não é saber se o jornalismo envolve ou pode envolver a literatura e a arte - o que parece ser consenso -, mas se ele é ou não *um gênero artístico* ou *literário*. A rigor, qualquer atividade humana (inclusive as mais prosaicas) torna-se grande quando condimentada pelo talento artístico. A arte penetra as ciências e a filosofia, a tecnologia e a religião. Com o jornalismo não poderia ser diferente. Portanto, não é o caso de perguntar se o talento literário ou artístico pode contribuir para o exercício da atividade jornalística.

O fato do jornal impresso estar ligado historicamente à expansão da literatura, a interpenetração entre um e outro (através

dos folhetins e da participação dos escritores nos jornais), a mútua influência entre as técnicas jornalísticas e literárias, tudo isso criou uma confusão que ainda persiste.

Um escritor pode fazer uma notícia ou uma reportagem excepcional, se dominar a lógica jornalística. Um jornalista competente é capaz de fazer uma boa notícia ou uma reportagem interessante, mesmo sem talento artístico. O aspecto decisivo, no entanto, é que nem o jornalista será capaz de escrever um bom romance se não tiver talento literário, nem o escritor poderá fazer uma boa reportagem se desconhecer as técnicas jornalísticas.

O "novo jornalismo" que apareceu nos Estados Unidos na década de 60, trouxe elementos literários da novela norte-americana: Hemingway, Faulkner, Steinbeck, John dos Passos e outros. Seus criadores foram jornalistas que se consideravam romancistas frustrados ou então "escritores de futuro". Segundo Tom Wolfe, eles passavam dias inteiros, semanas, com as pessoas sobre as quais estavam escrevendo. Pretendiam reunir todo o material que pudesse interessar a um jornalista e, ainda, ir mais adiante. Queriam estar presentes durante os acontecimentos, em intimidade com os fatos, para captar diálogos, expressões faciais e outros detalhes do ambiente. Além de fornecer uma descrição objetiva completa, pretendiam oferecer algo que os leitores encontravam apenas na literatura: uma vivência subjetiva e emocional junto aos personagens.

Como se pode notar pelo depoimento de Tom Wolfe, o "novo jornalismo" recorreu às formas literárias para obter um reforço da reportagem, para dizer algo que não estava sendo dito pelas formas usuais do jornalismo e que, por tais formas, seria quase impossível dizê-lo. O *particular estético* - ou o típico - permitia, então, a percepção de certos aspectos que o simples relato jornalístico cristalizado na singularidade não comportava.

Porém, mesmo nesse gênero de reportagem que deliberadamente se socorreu da literatura, o típico não funciona

como categoria preponderante, embora ele seja alcançado nos melhores casos. O recurso literário, aqui, é um instrumento para a dramatização do acontecimento e a revelação mais explícita - e não apenas insinuada ou pressuposta - do conteúdo universal do fenômeno reproduzido. Se a preponderância do singular, no jornalismo, permite ao redator da notícia diluir-se no público, dissimular-se entre os espectadores, a conquista do típico pela reportagem literária conduz o espectador a vivenciar os personagens e as situações como se fosse partícipe do acontecimento. Contudo, de maneira ainda mais evidente do que na arte, ele não deixa de ser um espectador, pois sabe que os fatos são reais e que ele não os viveu, embora pudesse tê-los vivido.

Na arte, ao contrário, ele pode vivenciar a "realidade" dos fatos, personagens e situações como se fosse mesmo um participante, já que essa realidade não é mais do que um "sonho" do autor, que ele também pode sonhar. Sua participação, portanto, é tão "verdadeira" quanto a própria história relatada.

Esse efeito da arte tradicional, segundo Brecht, é capaz de produzir uma catarse no espectador ao invés de conscientizá-lo, o que deveria ser superado pela arte revolucionária. Sem discutir o mérito mais geral dessa tese de Brecht, pode-se dizer que o "novo jornalismo" ou o jornalismo literário, que se situa na região fronteira entre a arte e o jornalismo, consegue (talvez sem o saber) um resultado semelhante ao "distanciamento brechtiano". Aliás, não é por acaso que as obras dessa fase de Brecht utilizam-se de certas técnicas do jornalismo moderno. A indiscutível eficácia revolucionária de tais obras e, igualmente, do jornalismo literário realizado com o talento que o gênero exige deve-se, sobretudo, ao fato de que despertam uma percepção da realidade que sintetiza - de maneira equilibrada - aspectos lógicos e emocionais. O espectador sente-se como participante e testemunha de fatos reais. Porém, depois do mestre, a "arte brechtiana", na maioria das vezes, se transformou numa caricatura insípida.

Quanto ao jornalismo literário, as boas exceções confirmam a regra: não vale a pena substituir um bom jornalismo por má literatura. Sem dúvida, trata-se de um gênero muito difícil, pois exige uma superposição do talento literário e de apuradas técnicas de investigação e redação jornalística, uma vez que o resultado deve articular harmonicamente os efeitos estéticos e jornalísticos, sem que um *supere* o outro. Logo, não se trata de um caminho que possa ser generalizado como substitutivo da arte ou do jornalismo, pois ele se constitui precisamente na difícil confluência de dois gêneros relativamente autônomos.

CAPÍTULO X

Jornalismo e comunismo: considerações finais

Para McLuhan, os meios de comunicação são como extensões dos sentidos humanos. Eles se constituem de todo o aparato que une os homens entre si. Ao se modificar, esse aparato transforma o "meio ambiente" do homem e sua forma de percepção da realidade. Por isso, os efeitos sociais dos meios não dependem do conteúdo das mensagens, mas da natureza técnica desses meios. O desenrolar da história é uma função das transformações dos meios de comunicação. Com o advento dos meios eletrônicos, é superada a comunicação fragmentada e linear e se atinge uma nova percepção, mais direta e autêntica, uma percepção integral da realidade. O mundo, então, do ponto de vista dos sentidos se transforma numa aldeia. A história de toda a sociedade até hoje é a história das lutas dos meios de comunicação. "E essas lutas são também devastadoras guerras internas dos sentidos".

Nessa bizarra concepção do "profeta das comunicações", não são as lutas de classe e os conflitos sociais que movem a história, mas tecnologias da comunicação que travam entre si batalhas épicas. Além do mais, os sentidos humanos não estão associados historicamente ao processo global da atividade humana (Marx), mas a tecnologias específicas que surgem nesse processo.

Certamente os meios de comunicação não podem ser considerados apenas como extensão dos sentidos, nem os sentidos humanos apenas como uma função dos meios, pois isso implicaria um reducionismo inadmissível tanto de um como de outro.

No entanto, embora os meios de comunicação não travem as batalhas devastadoras imaginadas por McLuhan, eles constituem um sistema (a exemplo do que ocorre com os sentidos humanos), no qual se pode falar da predominância de um sobre os demais. Atualmente, a televisão é o veículo predominante e hegemônico não apenas no sistema formado pelos meios de comunicação, tal como sugere McLuhan, mas igualmente no *sistema jornalístico* alicerçado nesses meios.

O jornalismo, aqui tratado como modalidade social do conhecimento, aparece com os meios de comunicação da era industrial, com base na imprensa. Mais tarde, ela vai originar os modernos diários impressos. Porém, essa identificação do jornalismo com a imprensa e o jornal é apenas de caráter histórico. A produção social do conhecimento jornalístico não está incorporada fixamente a um único ou principal veículo. O jornal impresso, notadamente o moderno diário, é o veículo que tipifica inicialmente o jornalismo, o suporte técnico originário no qual ele adquire suas características essenciais. À medida que vão surgindo outros veículos adequados ao jornalismo, vai se configurando uma totalidade articulada e em constante desenvolvimento, na qual cada veículo vai ocupando um determinado papel. Assim, com a televisão hegemонizando o sistema jornalístico, o jornal e o rádio tendem a uma reacomodação buscando suas novas funções, cada vez mais adequadas aos seus potenciais específicos no terreno do jornalismo.

"A força (assim como a possível e eventual fraqueza) da televisão dizem Carlos Alberto M. Pereira e Ricardo Miranda - parece estar diretamente vinculada a seu constante registro do imediato, a sua atualidade. A informação a partir da qual a televisão constrói o material a ser utilizado está voltada para o cotidiano, para

o dia a dia". E acrescentam: "A TV tem, assim, um ritmo marcadamente jornalístico - e mais, de um jornalismo que dispensa o texto escrito".

Exatamente pela sua capacidade de reprodução do mediato no espaço como imediato, de maneira rápida ou até instantânea, o que determina seu "ritmo marcadamente jornalístico" e sua potencialidade de singularização, a televisão é o meio hegemônico do *sistema jornalístico*. Quando um veículo é desbancado de sua hegemonia, como ocorreu com o jornal pelo rádio e, depois, ambos pela TV, ele parece que vai tornar-se supérfluo ou redundante, o que em determinados aspectos é verdadeiro. Depois, vai definindo melhor sua função no contexto do sistema, aproveitando melhor suas características, tanto aquelas que poderiam ser indicadas como suas "vantagens" ou como suas "limitações". No entanto, o papel exato que o rádio e o jornal estão assumindo no atual *sistema jornalístico* hegemônico pela TV - e que poderão assumir no futuro - é um assunto que exigiria não apenas uma reflexão teórica, mas uma investigação empírica.

Com o desenvolvimento das forças produtivas materiais e espirituais - e não apenas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação - há uma alteração histórica dos sentidos humanos, uma ampliação e um aprofundamento da percepção e das possibilidades do conhecimento em geral. O jornalismo, nesse sentido, é a cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através da sua reprodução pelo ângulo da singularidade. Essa reprodução é um processo que tem uma base histórica objetiva e subjetiva. Assim, aquilo que, em si mesmo, constituía uma singularidade há alguns anos, como um transplante cardíaco, por exemplo, hoje não é mais. Para torná-lo notícia, será preciso descobrir alguns aspectos que diferenciam esse transplante dos outros. Por outro lado, um simples acidente de automóvel, sem vítimas, poderia ter interesse jornalístico no início do século quando estavam sendo fabricados os primeiros veículos.

Hoje, no entanto, em geral valerá como um evento estatístico e não em si mesmo.

Além disso, o que pode ser singular para uma comunidade especializada (cientistas, por exemplo), talvez signifiquem uma abstração genérica, aborrecida e impenetrável para os leigos. O importante a ser assinalado aqui é que a relação entre o singular, o particular e o universal não só é dialética intrinsecamente, como está sujeita, também, a uma dialética histórica e social que será o quadro da referência da primeira.

A desintegração do real e a formação da experiência

Para Adorno e Horkheimer, "a cultura capitalista leva obrigatoriamente à desintegração social e política". O próprio Benjamin, embora tenha sugerido que a frase feita do jornalismo aponta para a transformação da cópia num instrumento de produção, liberando novas potencialidades sociais, não deixou de criticar a fragmentação produzida pela abordagem jornalística. Flávio Kothe sintetiza essa crítica originária de Benjamin:

"A informação jornalística se caracteriza por quatro elementos: novidade, concisão, comunicabilidade e não relacionamento das informações isoladas. Em si, ela é contrária à formação da experiência, pois esta se constitui pela correlação e elaboração de dados diversos, obtidos na trajetória entre um estado de carência, que faz com que se constitua um desejo ou um anelo, e a realização - ou não - dessa meta".

A tese muito difundida de que o jornalismo "não relaciona as informações" e, por isso, seria contrária à formação da experiência é até curiosa. Ora, qualquer forma de conhecimento ou expressão conceitual da realidade, desde a mais elementar percepção humana, se dá em bases relacionais. O que varia é somente o grau de amplitude e profundidade dos relacionamentos percebidos e comunicados. Levada às últimas consequências, essa tese interditaria não apenas o jornalismo, mas todas as formas de

conhecimento e discurso que não sejam expressamente filosóficos. Afinal, só a filosofia tem como objeto as relações universais da totalidade.

No jornalismo, a impressão de uma reprodução fragmentária da realidade é forte porque as informações são configuradas pelo ângulo da singularidade. No entanto, o relacionamento é real e efetivo e subjaz à forma autônoma em que são apresentadas as notícias e reportagens. O conteúdo das informações, dada pela particularidade e pela universalidade que dela se projeta, implica um profundo relacionamento entre as diversas matérias - formalmente fragmentadas - de uma mesma edição, de um mesmo veículo e, inclusive, dos veículos em seu conjunto.

A elaboração de uma notícia ou de uma reportagem, seja qual for o veículo, pressupõe todo um processo de abstração feito por repórteres, redatores e editores - segundo uma determinada linha editorial -, o que envolve uma complexa rede de relações pressupostas e outras reveladas no processo. À proporção que as informações vão sendo consideradas em conjuntos cada vez maiores (as notícias de um setor do jornal na mesma edição, o conjunto de informações de uma edição, de um veículo em sucessivas edições ou do *sistema jornalístico*), a consciência individual do relacionamento entre elas torna-se mais diluída. Porém, o relacionamento entre as informações continua existindo orientado, geralmente, pela ideologia dominante.

Por isso, a informação jornalística não é contrária à formação da experiência: trata-se, inclusive, de uma experiência que já vem, em alguma medida, "pré-formada" pelos mediadores e pelo *sistema jornalístico* no qual estão inseridos; noutro sentido, essa experiência "pré-formada" não resulta pronta e acabada, mas convida o público a completá-la como um fenômeno que estivesse sendo percebido diretamente. A sua significação universal, está apenas sugerida ao invés de formalmente fixada. A concepção ingênua de que o jornalismo inevitavelmente fragmenta o real e, em consequência, é

necessariamente manipulatório e alienante, sequer consegue notar que a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade e, além disso, que o singular também contém o particular e o universal.

Assim, reproduzir o real sob o ângulo da singularidade não implica que o conteúdo seja aprisionado na dimensão definida por essa categoria, isto é, dissolvido como tal. Um conteúdo puramente singular, seria uma contradição lógica, um absurdo.

Ciro Marcondes Filho procura estabelecer um nexos entre a *reificação* produzida pela sociedade burguesa e a forma jornalística.

"Tal fragmentação (que é a forma geral de disposição do mundo na perspectiva burguesa) produz igualmente mentalidades fragmentadas, diluídas, difusas, que vêem o contexto social, a realidade, sem nenhum nexos, sem nenhum fio ordenador. Para a mentalidade fragmentada, a fragmentação noticiosa cai como uma luva".

E acrescenta mais adiante:

"A quebra da unidade, da totalidade na apresentação jornalística, torna os homens objetos inconscientes das estruturas de dominação que criam diariamente".

Para Marcondes Filho, a informação reificada é o correspondente Jornalístico do fetichismo geral da mercadoria no modo de produção capitalista. Vejamos de modo mais preciso o significado do conceito de reificação, segundo Goldmann:

"Em grande número de textos, Marx insiste sobre o fato de que, numa economia mercantil, o que caracteriza o valor de troca é que ele transforma a relação entre o trabalho necessário à produção de um bem e esse bem mesmo em qualidade objetiva do objeto; é o próprio processo de reificação".

Assim, uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre

coisas. Foi dessa maneira que Marx definiu o fetichismo da mercadoria. Elas adquirem, aparentemente, vida própria. Sua lógica foge ao controle consciente dos homens e passa a encarnar um mistério. Logo, se a reificação é, do ponto de vista analítico, uma condição do fetichismo, por outro lado, a reificação só assume significação psicológica autônoma no processo de alienação quando o capitalismo amadurece. Ou, como preferem alguns, no capitalismo tardio. Nessa época, as relações entre as "coisas" - isto é, as relações sociais em seu conjunto - aparecem igualmente como coisas. A sociedade passa a ser percebida como pura positividade e facticidade, como um objeto natural.

Portanto, quando se pretende afirmar que o jornalismo, através da "fragmentação noticiosa", produz necessariamente informações reificadas e que isso, corresponde ao fetichismo geral da mercadoria, deve-se, antes, perguntar se realmente a fragmentação formal corresponde a um conteúdo reificado das notícias.

A idéia de fragmentação e de reificação diz respeito ao conteúdo e não apenas à forma. A questão é saber se a "fragmentação noticiosa" reforça mesmo a percepção do mundo como algo natural, como um agregado de fatos ou coisas estritamente objetivas. Ora, a lógica da reprodução jornalística, sua abordagem pelo viés do singular - se deixarmos de lado a vulgaridade de que ela não relaciona *expressamente* os fenômenos entre si - aponta para o sentido oposto ao da reificação.

Os novos meios de comunicação, que emprestam as condições técnicas para a realização do jornalismo, estão orientados para a ação e a dinâmica das relações sociais, não para a contemplação e a estática. O jornalismo é a expressão mais radical dessa potencialidade. A idéia de fluxo, de um movimento no qual os atores aparecem diariamente em ação, muitas vezes instantaneamente, as infinitas possibilidades de combinação das informações jornalísticas que saturam o meio social, tudo isso oferece enormes possibilidades para a negação da reificação ao invés de reforçá-la inexoravelmente.

A ideologia burguesa, pelo conteúdo predominante que atribui ao conjunto das informações que circulam na sociedade, reforça o fetichismo (notadamente pela publicidade) e a reificação, mas encontra na potencialidade social que emana da natureza técnica dos meios e da lógica inerente ao jornalismo um obstáculo, uma contradição que se repõe a cada ato.

A luta de classes e o conteúdo do singular

A crítica de que o jornalismo, ao separar as notícias e tratá-las de forma descontínua, desintegra e atomiza o real favorecendo a superficialidade da reflexão e a alienação, tornou-se um lugar comum que recebe, em cada autor, um verniz teórico diferente.

Já indicamos que a integridade do real não é um dado *a priori* na percepção, mas se revela através da abstração e do conhecimento. O jornalismo não desintegra e atomiza a realidade, pelo simples motivo que essa realidade não se oferece imediatamente à percepção como algo íntegro e totalizado. É no processo do conhecimento que a realidade vai sendo integrada, já que ela se mostra primeiro como caos, como algo desconhecido e imprevisível. Já mostramos também, até a exaustão, que no jornalismo o singular se abre para um contexto particular e sugere uma significação universal, um conteúdo. Na sociedade, a notícia, assim como a percepção individual de um fenômeno singular, vai se inserir em determinadas cosmovisões pré-existentes. Há, como sabemos, uma cosmovisão dominante. Mas ela não é destituída de contradições. Nas sociedades de classe existe sempre um antagonismo político e ideológico tensionando o sistema. Por isso, existe a possibilidade de um ângulo oposto ao da reprodução para a apreensão do *singular-significante*.

Partindo dessa premissa é que se pode pensar a cultura em geral e o jornalismo em particular como *práxis*, não apenas como manipulação e controle. De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas

na perspectiva de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária.

Além disso, como o novo aparece sempre como singularidade, e esta sempre como o aspecto novo do fenômeno, a tensão para captar o singular abre sempre uma perspectiva *crítica* em relação ao processo. A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma.

No processo constante de transformação da realidade, o novo aparece sempre sob a forma do singular, como fenômeno isolado, como exceção. Por isso, o singular é a forma originária do novo. Ele é a diferenciação da mesmice, aquilo que escapa da mera reprodução e da simples identidade em relação ao universal já constituído. Assim, a abordagem jornalística tende a apanhar a realidade pelo movimento e este como produção do novo. Contra essa potencialidade da abordagem jornalística, procurando neutralizá-la e submetê-la, volta-se a ideologia burguesa, patrocinando formas cada vez mais intensas e sofisticadas de controle e manipulação do processo informativo.

Mesmo se considerarmos estritamente a ideologia burguesa que se manifesta no jornalismo, veremos que ela não atua com a lógica destrutiva que Ciro Marcondes Filho atribui à imprensa.

"A lógica da imprensa no capitalismo - afirma o autor - é exatamente a de misturar as coisas, de desorganizar qualquer estruturação racional da realidade, e jogar ao leitor o mundo como um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna".

Mesmo o jornalismo sensacionalista, que singulariza ao extremo os fatos, acaba reforçando uma certa racionalidade já presente na ideologia dominante e nos preconceitos em geral. O jornalismo "sério", ao contrário do que diz Marcondes, procura organizar uma estruturação racional da realidade, e jogar o leitor num mundo cujos fatos estão articulados por uma lógica - a lógica

instrumental que emana da *positividade* do capitalismo. Porém, à medida que se reduz o jornalismo ao aspecto manipulatório, como aniquilador da reflexão e da consciência crítica, ele deve ser visto, fundamentalmente, como um fenômeno que desestrutura a consciência. Na verdade, muito mais do que criar débeis mentais (embora isso também ocorra), o capitalismo produz o consentimento e a adesão ideológica a determinada racionalidade e a certos valores. Quer dizer, o sistema capitalista reproduz a consciência e a atitude burguesas muito mais do que o caos intelectual e subjetivo.

O desvendamento do sujeito coletivo

Antônio Serra aponta outra questão bastante discutida nas críticas ao jornalismo:

"Partiremos da consideração de que o meio de informação busca produzir um efeito de apresentação da realidade, isto é, coloca-se exatamente como 'meio' através do qual os fatos reais seriam transmitidos ao público. Tal efeito se apóia, pois, num truísmo: o meio seria, de fato, meramente um meio, uma ampliação dos órgãos sensórios, perceptivos e experienciais do leitor o qual, através dele, alcança uma realidade afastada e por seus próprios meios individuais, inalcançáveis".

Esse "efeito de apresentação da realidade", para usar a expressão do autor - essencial ao jornalismo - na maioria das vezes é considerado exclusivamente pelas possibilidades manipulatórias que oferece. Esse "efeito" é entendido somente como um reforço da ideologia burguesa da "objetividade jornalística", que pretende inculcar que os fatos apresentados são puramente objetivos, não sendo percebidos em suas potencialidades epistemológicas e até políticas. O resultado, quase sempre, é uma postura saudosista mais ou menos velada, em defesa da informação personalizada e artesanal.

A denúncia de que o jornalismo burguês esconde o sujeito que produz as informações, como se não existissem intermediários entre

os fatos e a sua percepção pelo público, para fins basicamente manipulatórios, é a crítica política decorrente. A proposta resultante, geralmente vai no sentido da "revelação do sujeito" da informação, entendido enquanto sujeito individual, como antídoto ideológico.

Em primeiro lugar, no jornalismo moderno, em virtude da produção coletiva e industrial da informação, não é realmente um sujeito individual que fala. Trata-se, de fato, de um sujeito social que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos. Em segundo lugar, à medida que o público vai compreendendo essas contradições e a lógica dos interesses, os veículos são progressivamente identificados em sua postura ideológica e política, especialmente de parte dos setores mais participantes e politizados. O sujeito é "desvendado" tal qual sua natureza social, ou seja, como sujeito que corresponde a classes sociais ou grupos econômicos e políticos. A personalização dos indivíduos que elaboram diretamente as informações é secundária, pois não corresponde na verdade aos sujeitos que concretamente estão se expressando pelos meios de comunicação. Em síntese, a impessoalidade das informações jornalísticas não constitui empecilho para a descoberta dos verdadeiros sujeitos. Ao contrário, até facilita a identificação dos interesses mais amplos das classes e grupos sociais.

O desvendamento desse sujeito social e político que está por trás de cada veículo, ou mesmo de cada informação, só pode ser realizado num processo que envolve, inclusive, uma participação consciente e deliberada dos setores mais atuantes e politizados. A possibilidade dessa ação está baseada em alguns fatores já existentes na própria realidade, seja de maneira efetiva ou apenas como potencialidade:

a) A participação mais ou menos consciente na luta de classes possibilita identificar os interesses em jogo, bem como a origem dos discursos e das diversas abordagens da realidade.

b) Através da diversidade ou pluralidade que sempre existe, pelo menos minimamente, é possível confrontar e comparar as abordagens dos meios para que revelem os sujeitos políticos e sociais que estão por trás da suposta imparcialidade. Assinale-se que essa diversidade é, em certa medida, criada conscientemente pelos setores antiburgueses ou de oposição ao *status quo*, seja através de veículos sob o controle desses segmentos ou das informações que "passam" nos meios de propriedade burguesa.

c) Na explicitação editorial dos próprios veículos, mesmo que procurem demonstrar que suas opiniões em nada alteram os "fatos imparcialmente relatados", surge a possibilidade do público relacionar aquelas posições abertas com o enfoque velado que preside as demais matérias.

d) Finalmente, pela criação de uma consciência política e teórica de que a informação jornalística não é nem puramente objetiva, nem imparcial ou neutra.

Práxis, comunicação e jornalismo

A comunicação social só pode ser abordada como um dos aspectos da dimensão ontológica do homem, não como um atributo ou uma qualidade adquirida. A comunicação, sob o ponto de vista analítico, é um aspecto do *trabalho* e, mais particularmente, expressa a forma social de produção do conhecimento. Portanto, um aspecto da essência do homem como ser que trabalha e se apropria coletivamente do mundo de modo prático e teórico. Numa palavra, a comunicação é um momento da *práxis*. O homem é um ser que domina e compreende o mundo simultaneamente e, nessa medida, transforma a si mesmo e amplia o seu universo. A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto, está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana.

As máquinas de informação estão, necessariamente, enquadradas por um sistema que delimita ontologicamente sua funcionalidade. Os circuitos eletrônicos, as ondas eletromagnéticas, os fios, as moléculas do ar, os jornais, etc., são meios que podem transmitir efeitos e, por isso, informações. Os homens, porém, sempre são partícipes da "transmissão" das informações. E isso ocorre não como uma espécie de resíduo subjetivo indesejável ou porque, psicologicamente, os indivíduos não conseguem se livrar de suas motivações sociais, políticas ou ideológicas.

Na verdade, a questão é anterior: a comunicação humana envolve a objetividade da base material e a subjetividade da autoconstrução histórica. Mas o conceito de informação implica, tão somente, o aspecto quantitativo desse processo, isto é, a dimensão objetiva que é plenamente formalizável. Esse conceito (de informação) é fundamental para a ação operativa sobre a realidade, mas não consegue totalizar a comunicação como uma dimensão concreta do processo histórico da autoconstrução objetiva e subjetiva dos homens. A sociedade humana, como já foi sublinhado antes, não é um sistema que busca somente a sua reprodução e o equilíbrio, mas um fazer histórico prioritariamente prático que se abre, a cada instante, em novas possibilidades aos sujeitos, embora ela apresente em seu processo de reprodução, sem qualquer dúvida, determinados momentos e aspectos nitidamente sistêmicos.

São esses pressupostos, que compreendem a comunicação no interior da *práxis*, que nos permitem superar os enfoques a-históricos ou puramente ideológicos do jornalismo, concebendo-o enquanto estrutura de comunicação historicamente condicionada e forma social de conhecimento articulada à autoprodução histórica do homem. Tanto uma como outra, embora geradas no ventre do capitalismo, correspondem a necessidades e determinações bem mais duradouras e amplas do que o domínio burguês e seus interesses particulares de classe exploradora.

Lênin e Trótski: intuições e limites

Sabemos que a reprodução jornalística está intimamente ligada à realidade imediata. Assim, a margem para a determinação ideológica do jornalismo está demarcada pela necessidade de manter certos laços com as manifestações objetivas dos fenômenos singulares. Em contrapartida, os fatos só adquirem sentido num contexto particular que precisa - em certa medida - ser posto subjetivamente, não apenas dando ampla margem à ideologia como exigindo-a necessariamente. Numa configuração diversa daquela que ocorre na arte - que singulariza livremente em busca do *particular estético*, conservando *superados* tanto o universal quanto o singular -, o jornalismo, para reproduzir a realidade social, apreende manifestações singulares objetivas e, através delas, repõe implicitamente opiniões, idéias e juízos universais.

Já vimos que a origem da confusão teórica e semântica - em parte conscientemente patrocinada - da "objetividade jornalística", está localizada na própria ideologia que emana *positivamente* das relações de produção capitalistas, da *reificação* que está na base dessa ideologia. (Trata-se, aqui, evidentemente, do conteúdo da percepção do social e não da *forma* fragmentada das notícias.) Quando se diz que o jornalismo deve se ater "exclusivamente aos fatos" está implícito um determinado critério de elaboração mental alicerçado na cosmovisão e na ideologia burguesas. A compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não *reificada*, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária.

No entanto, o esforço de alguns no sentido de extrair uma teoria do jornalismo de escritos ocasionais dos autores clássicos do marxismo está fadado ao fracasso. Ao tempo de Marx, o objeto a que estamos nos referindo (o "jornalismo informativo") mal estava nascendo, a rigor, era ainda "invisível" para a teoria. Pretender que ele possa ter desvendado o fenômeno seria a mesma coisa que

imaginar o nascimento da economia política, como ciência autônoma, antes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, antes que o seu objeto existisse autonomamente.

Por outro lado, a Rússia, mesmo no século XX, ainda era um país atrasado em termos capitalistas. Além disso, o fato de estar em curso uma revolução burguesa condicionava a vanguarda socialista a pensar na imprensa exclusivamente sob o ângulo da intervenção político-ideológica direta. O problema do "jornalismo informativo" só vai surgir depois da Revolução. E, assim mesmo, ele é apenas percebido precariamente por Lênin e Trótski, sendo tratado de modo incipiente e circunstancial.

As opiniões de Lênin sobre a imprensa, antes da tomada do poder, oscilavam segundo as necessidades políticas de organização, discussão teórico-ideológica ou propaganda e agitação de massas. Os fatos deveriam servir como objeto de análise ou como ilustração para as denúncias políticas.

Nesse período, ele captou o grande potencial revolucionário da imprensa, enquanto instrumento de organização da vanguarda e como ligação desta com os segmentos avançados das massas. Por isso, Lênin é o mais legítimo sucessor - agora do ponto de vista do proletariado revolucionário - da tradição do jornalismo político da burguesia em sua luta contra a aristocracia feudal.

Após a Revolução, entretanto, ele parece observar que algo mais específico foi introduzido pelo jornalismo, tanto no que diz respeito às técnicas quanto ao gênero das informações. Num artigo do *Pravda*, em 20 de setembro de 1918, ele conclama:

"Por qué no decir en 20 ó 10 renglones lo que ocupa 200 ó 400; cosas tan simples, notorias, claras, suficientemente conocidas ya por la masa como la ruin traición de los mencheviques lacayos de la burguesia, como la invasión de los ingleses y japoneses para restablecer los sagrados derechos del capital, como las amenazas de los multimillonarios norteamericanos que muestran los dientels e

los alemanes, etc., etc.? Es necesario hablar de ello, señalar cada hecho nuevo, pero no se trata de escribir artículos, repetir argumentos, sino de destacar en unos pocos renglones, 'en estilo telegráfico', las nuevas manifestaciones de esa vieja política, ya conocida y caracterizada".

E acrescenta adiante: *"Más economía. Pero no en forma de argumentos 'generales', ensayos científicos, estruturas intelectuales y absurdos por el estilo, como por desdicha ocurre con demasiada frecuencia. Necesitamos reunir hechos sobre la construcción real de la nueva vida, verificarlos en detalle (grifos no original) y estudiarlos".*

Lênin chega, inclusive, a colocar a questão do cotidiano. *"Prestamos poca atención a lo cotidiano (grifo no original) en la vida interna de las fábricas, en el campo y el ejército, y allí es donde se construye en mayor medida lo nuevo, lo que merece fundamental atención, difusión, que debe ser criticado desde el punto de vista social, combatendo los defectos y llamando a aprender de los mejores ejemplos".*

Não obstante, quem apontou mais agudamente que o fenômeno jornalístico implicava uma forma nova de abordar a realidade, mesmo sem apreendê-lo teoricamente, foi Trótski. No seu livro *Questões do modo de vida*, escrito após a Revolução Russa, ele recomenda aos jornalistas soviéticos:

"Caros colegas jornalistas, o leitor suplica-vos que evitem dar-lhes lições, fazer-lhes sermões, dirigir-lhes apóstrofes ou ser agressivos, mas antes que lhes descrevam e expliquem clara e inteligentemente o que se passou, onde e como se passou. As lições e exortações ressaltarão por si mesmas... Um jornal não tem o direito de não se interessar pelo que interessa às massas, à multidão operária. . . É indubitável que, por exemplo, os processos e o que se chama os faits divers - desgraças, suicídios, crimes, dramas passionais, etc. - sensibilizam grandemente largas camadas da

população. E isso por uma razão muito simples: são exemplos expressivos da vida que se faz."

O jornalismo e a "consumação da liberdade"

Para que se possa compreender as potencialidades que são liberadas pelo jornalismo, as carências que ele vem suprir no processo histórico global, é preciso perceber que está em jogo uma nova dimensão do relacionamento entre o indivíduo e o gênero humano. Uma dimensão que foi inaugurada pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, mas equacionada segundo os interesses particulares da classe dominante. Assim, sob a capa da ideologia e da manipulação que ela procura imprimir ao processo, surge uma modalidade de conhecimento - uma forma de conhecimento e uma estrutura de comunicação -, que deve ser compreendida e recuperada na perspectiva revolucionária e no sentido humanizador.

"A individualidade - ensina Lukács - já aparece como categoria do ser natural, assim como o gênero. Esses dois pólos do ser orgânico podem se elevar a pessoa humana e o gênero humano no ser social tão-somente de modo simultâneo, tão-somente no processo que torna a sociedade cada vez mais social".

A transformação plena da mera individualidade em "pessoa humana" e do simples gênero em "ser social" supõe a progressiva socialização objetiva da sociedade, coisa que o capitalismo já implementou. A integração radical do indivíduo e do gênero, a mútua dependência e penetrabilidade, as amplas e complexas mediações entre um e outro, enfim, a nova dinâmica que emergiu com o capitalismo entre o singular, o particular e o universal - tudo isso, significa que as condições para a transformação da individualidade em "pessoa" e do gênero em "humanidade" estão concretamente colocadas.

Para realizá-la, além das barreiras políticas e sociais que devem ser removidas, é necessário que cada indivíduo tenha acesso à imediaticidade do todo no qual está inserido. E que possa

participar, de forma imediata, na qualificação desse todo em cada momento no qual ele está se constituindo como algo novo. As influências que os fatos mais distantes exercem entre a vida dos indivíduos de todo o planeta não esperam, nem deveriam esperar, interpretações "técnicas" ou "científicas" oficiais ou autorizadas. Na maioria dos casos elas são quase instantâneas. Por isso, os indivíduos precisam viver tais fenômenos como algo pessoal, pela feição indeterminada e inovadora do singular, como realidade que está se desenrolando, se autoproduzindo e que não apresenta um sentido fechado e nitidamente delimitado. Tal como vai germinando a árvore verde da vida.

Quando ainda jovem, Marx observou: "A imprensa em geral é a consumação da liberdade humana". Todos sabemos que as reflexões do jovem Marx nesses escritos sobre a imprensa estão marcadas pelo idealismo hegeliano. Democrata-revolucionário, ele parte de uma essência humana pressuposta racionalmente para denunciar a autocracia. A "verdadeira lei", a "liberdade" e o "Estado" são as categorias prioritárias para sua crítica das leis reais, da falsa liberdade e do Estado autocrático. Porém, há nessas reflexões uma sugestiva preocupação ontológica. Se invertermos a sentença citada teremos uma tese que aponta claramente o sentido que percorreu este trabalho: "A consumação da liberdade humana exige o desenvolvimento da imprensa em geral". Vale acrescentar: *em especial, do jornalismo*. Para pensar e atuar efetivamente como sujeito individual e social no interior do gênero humano - para tornar-se uma "pessoa", na acepção dada por Lukács -, o homem precisa viver amplamente, e não apenas através das mediações particulares e universais da arte e da ciência, a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular. A realização do comunismo, portanto, não pode ser pensada sem o pleno desenvolvimento dessa forma social de apropriação da realidade a que chamamos "jornalismo informativo".

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- ALTHUSSER, Louis. *Resposta a John Louis/Elementos de autocrítica/ Sustentação de tese em Amiens*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. (Posições 1).
- _____. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal. (Biblioteca de Ciências Sociais; 25).
- AMARAL, Luiz. *Técnicas de Jornal e periódico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.
- AXELOS, Costa. Adorno e a Escola de Frankfurt. In: ADORNO, Theodor et alii. *Humanismo e comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- BARBERO, Jesus Martin. *Comunicación masiva: discurso y poder*. Quito, Época, 1978.
- BAZARQUE, G. & TRULLEN, C. *Chaves da informática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. (Col. Chaves da Cultura Atual; 6).
- BELAU, Angel Faus. *La ciência periodística de Otto Groth*. Pamplona, Instituto de Periodismo de la Universidade de Navarra, 1966.
- BOND, F. Fraser. *Introduccion al periodismo*. México, Limusa, 1978.
- BUCKLEY, Walter. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, s/d.
- BRASIL, Pompeu de Souza. Em entrevista à Cláudia Lysias. *Revista de Comunicação, Agora Comunicação Integrada*, ano 2, nº 7, 1986.

- CANEVACCI, Massimo. (Int. e org.) *Dialética do indivíduo/o indivíduo na natureza, história e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973. (Col. Corpo e Alma do Brasil)
- CARDET, Ricardo. *Manual do jornalismo*. Lisboa, Caminho, 1980. (Col. Nosso Mundo).
- CASASÚS, José María. *Ideologia y análisis de medios de comunicación*. Barcelona, DOPESA, 1972.
- CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- COHN, Gabriel. O meio é a mensagem: análise de McLuhan. In: COHN, Gabriel, org. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, 1971.
- COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo, Atlas, 1985.
- ENZENSBERGER, Hans-Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. (Biblioteca Tempo Brasileiro; 56).
- ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- FABRE, Maurice. *História da comunicação*. 2. ed. Lisboa, Moraes, 1980. (Col. Pistas/Problemas Sociais).
- FINKELSTEIN, Sidney. *MacLuhan: a filosofia da insensatez*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

- FREITAG, Bárbara e ROUANET, S.P., (org.) *Habermas: sociologia*. São Paulo, Ática, 1980. (Col. Grandes Cientistas Sociais; 15).
- GENRO FILHO, Adelmo. Questões sobre jornalismo e ideologia. In: Jornal "A Razão". Santa Maria, 22 out. 1977.
- _____. A ideologia da Marilena Chauí. In: *Teoria e Política*. São Paulo, Brasil Debates, 1985.
- _____. Do medo à dialética. In: *Marxismo, filosofia profana*. Porto Alegre, Tchê!, 1986.
- GENRO FILHO, Adelmo et alii. *Hora do Povo: uma vertente para o fascismo*. São Paulo, Brasil Debates, 1981.
- GIDENS, Anthony. *As idéias de Dürkheim*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- GOLDMANN, Lucien. Sobre o conceito de consciência possível. In: *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. (Série Ciência e Informação; 2).
- _____. *Dialética e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. (Col. Pensamento Crítico; 32).
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1982.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública/investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HORKHEIMER, Max e Adorno, Theodor. W. A indústria cultural/O Iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa (org.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 160.

- HERZ, Daniel e Muller, Carlos. O contexto de Armand Mattelart. In: *Revista Comunicação e Política*. São Paulo, Paz e Terra, mar-mai. 1983, v. 1, nº 1.
- HOHEMBERG, John. *Manual de jornalismo*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *O jornalista profissional*. Rio de Janeiro, Interamericana, 1981.
- HUDEC, Vladimir. *O que é o jornalismo*. Lisboa, Caminho, 1980. (Col. Nosso Mundo).
- ILITCH, Ivan. A convivencialidade. Lisboa, Europa-América, 1876.
- JAMESON, Fredic. *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo, Hucitec, 1985.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- KOTHE, Flávio. *Para ler Benjamin*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LADRIÈRE, Jean. *Filosofia e práxis científica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. *Linguagem jornalística*. São Paulo, Ática, 1985.
- LÊNIN, V.I. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Esbozo popular. In: *Obras escolhidas*. Moscú, Progreso, 1970. Vol. 1.
- _____. *Prensa y literatura*. Madrid, Akal, 1976.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. Rio de Janeiro, Agir, 1969. (Col. Ensaio; 8).

- LIMA, Edvaldo Pereira. *O jornalismo impresso e a teoria geral dos sistemas: um modelo didático de abordagem*. Dissertação de Mestrado, apresentada, na Universidade de São Paulo-USP-ECA. São Paulo, 1981.
- _____. *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista/Sobre a categoria de particularidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. (Col. Perspectiva do Homem; 33 - série Estética).
- _____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978. nº 4.
- LUKÁCS, Georg & SCHAFF, Adam. *Sobre o conceito de consciência de classe*. Porto, Escorpião, 1983. (Cadernos O homem e a sociedade).
- MARCONDES FILHO, Ciro J. R. Imperialismo cultural, o grande vilão na destruição da "nossa" cultura. In: *Revista Comunicação & Sociedade*. São Paulo, Cortez/IMS, jun. 1983.
- _____. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação de Artes da Universidade de São Paulo. Set. 1983.
- _____. *O discurso sufocado*. São Paulo, Loyola, 1982.
- _____. Imprensa e capitalismo. In: MARCONDES FILHO, Ciro J. R. org. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo, Kairos, 1984.
- MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre, L&PM, 1980.

- _____. *Para a crítica da economia política/Introdução*. São Paulo, Abril Cultural, 1985. (Col. Os Pensadores)
- MARX, Karl. In: *Karl Marx*. São Paulo, Abril Cultural, 1985. (Col. Os Pensadores).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo, Ed. Sociais, 1975.
- _____. *Sobre literatura e arte*. São Paulo, Global, 1980. (Col. Bases; 16).
- MATTA, Fernando Reyes. *El concepto de noticia en América Latina: valores dominantes y perspectivas de cambio*. México, Instituto Latino-americano de Estudios Transnacionales, 1977. (Mimeo).
- MATTELART, Armand. *La comunicación masiva en el proceso de liberación*. 8 ed. México, Siglo Veintiuno, 1981.
- _____. Comunicação, hegemonia e novas tecnologias na América Latina. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da, Coord. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo, Cortez/INTERCOM, 1982.
- _____. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. São Paulo, Ciências Humanas, s/d.
- MATTELART, Armand e DORFMAN, Ariel. *Para ler o Pato Donald: Comunicação de massa e colonialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (Col. Pensamento Crítico; 14).
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. (Biblioteca Alfa-Ômega de Comunicação e Artes; 1, série 2^a).
- MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973.

- MOISÉS, Leila Perrone. *Roland Barthes*. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Col. Encanto Radical; 23).
- MORIN, Violette. *El tratamiento periodístico de la información*, A.T.E., Colección 'Libros de Comunicación Social', 1974.
- NEPOMUCENO, Eric. Literatura e jornalismo: uma guerra que não acaba nunca. In: *Leia*. Jorruês, out. 1986, nº 96.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- NEVES, Luiz Baeta. Primeira página: descoberto o mito do jornalismo objetivo. In: *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, Vozes, 1980. v. LXXIV.
- OLINTO, Antonio. *Jornalismo e literatura*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d.
- PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles, org. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo, Cultrix, 1972.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. & MIRANDA, Ricardo. *Televisão: as imagens e os sons/No ar, o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Série O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira).
- QUIROS, Felipe Torroba Berlando de. *La información y el periodismo*. Buenos Aires, Editorial Universitária, 1969.
- RANGEL, Eleazar Diaz. A notícia na América Latina: mudanças de forma e conteúdo. In: *Comunicação & Sociedade*. São Paulo, Cortez/IMS, 1981, nº 5.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Primeiros Passos; 15).

- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marx e a comunicação: a subsunção da produção de bens simbólicos ao capital. In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Centro Brasileiro de Estudos LatinoAmericanos, 1983, nº 2, v. 1.
- _____. Alan Swingewood: os limites da crítica. In: *Comunicarte*. Campinas, Pontifícia Universidade de Campinas, ano II, nº 3, 1º Semestre de 1984.
- RUYER, Raymond. *A cibernética e a origem da informação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- SARTI, Ingrid A. Comunicação e dependência cultural: um equívoco. In: WERTHEIN, Jorge. org. *Meios de comunicação: realidade e mito*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. (Col. Biblioteca Universitária, Ciências Sociais, série 2ª; 55).
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires, Losada, 1979. Libro I.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Que país é este?* 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SERRA, Antonio. *O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980. (Série Universitária; 7).
- SILVA, Carlos Eduardo da. *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre os trabalhadores*. São Paulo, Summus, 1985. (Col. Novas Buscas em Comunicação; 6).
- SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- STALIN, J. *Materialismo dialético e materialismo histórico*. 2. ed. São Paulo, Global, 1979. (Col. Bases; 10).

- STEINBERG, Charles S. (org.) *Meios de comunicação de massa*. 2. ed. São Paulo, Cultrix.
- SWINGEWOOD, Alan. *O mito da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Interciência, 1978.
- TAUFIC, Camilo. *Periodismo y lucha de classes/la información como forma del poder politico*. Buenos Aires, Ediciones de La Flor, 1974.
- THOMAS, Louis-Vicent. A etnologia, mistificação e desmistificação. In: CHÂTELET, F. *A filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- TROTSKY, Leon. Apud: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. jornalismo Popular no Rio Grande do Norte. In: *Comunicação & Sociedade*. São Paulo, Cortez, 1981. n° 6.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças/história e sociologia*. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Vãos; 16).
- VON BERTALANFFI, Ludwig. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis, Vozes, 1977. (Col. Teoria dos Sistemas; 2).
- WARREN, Carl. *Gêneros periodísticos informativos*. 2. ed. Barcelona, ATE, 1975.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 3. ed. São Paulo, Cultrix, s/d.
- WOLFE, Tom. *El nuevo periodismo*. 2. ed. Barcelona, Anagrama, 1981.